



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Março/2016.



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, por meio do Sistema E-CONTAS, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as normas gerais de prestação de contas anuais conforme Resolução TCU nº 234/2010 e 244/2011 e disposições das Instruções Normativas TCU Nº 63/2010 e 72/2013, das normas específicas das contas de 2015 de acordo com Decisão Normativa TCU Nº 146/2015 e 147/2015, da Portaria TCU Nº 321/2015, e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 522/2015, a qual divulga a Norma de Execução nº 01/2015.

Brasília, 2016.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. -	INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	14
QUADRO 2. -	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
QUADRO 3. -	AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DO DNPM – OFSS	21
QUADRO 4. -	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	38
QUADRO 5. -	DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	38
QUADRO 6. -	RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO DNPM NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	40
QUADRO 7. -	VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.	40
QUADRO 8. -	SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	40
QUADRO 9. -	PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	41
QUADRO 10. -	DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	44
QUADRO 11. -	DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	45
QUADRO 12. -	RESULTADO DA AÇÃO FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA	50
QUADRO 13. -	ATOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	51
QUADRO 14. -	CPKS EMITIDOS	56
QUADRO 15. -	DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015	60
QUADRO 16. -	CFEM – EVOLUÇÃO COMPARATIVA	61
QUADRO 17. -	DISTRIBUIÇÃO COTAS DA CFEM (R\$ MILHÕES)	62
QUADRO 18. -	MAIORES CONTRIBUINTES DA CFEM NO EXERCÍCIO DE 2015	62
QUADRO 19. -	ARRECADAÇÃO DA TAH EM 2015	63
QUADRO 20. -	ARRECADAÇÃO DE OUTRAS RECEITAS	64
QUADRO 21. -	QUANTITATIVO DE INSCRITOS NO CADIN – 2014/2015	65
QUADRO 22. -	DESEMPENHO COMPARADO DE AUTUAÇÕES	67
QUADRO 23. -	FORÇA DE TRABALHO DO DNPM	83
QUADRO 24. -	DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	83
QUADRO 25. -	DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO DNPM	83
QUADRO 26. -	SITUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:	84
QUADRO 27. -	LOTAÇÃO GERAL X ABONO DE PERMANÊNCIA	85
QUADRO 28. -	ESTIMATIVA DE APOSENTADORIAS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS.	85
QUADRO 29. -	ABONO DE PERMANÊNCIA	88
QUADRO 30. -	PLANO DE CARGOS E CARREIRAS (PCC)	88
QUADRO 31. -	PLANO ESPECIAL DE CARGOS (PEC)	88
QUADRO 32. -	SITUAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DO DNPM	89
QUADRO 33. -	CUSTO DE TREINAMENTOS	89
QUADRO 34. -	EMPREGADOS GERIDOS PELO DNPM	91
QUADRO 35. -	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	100
QUADRO 36. -	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	101
QUADRO 37. -	IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	102
QUADRO 38. -	IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL – OBRAS,	103
QUADRO 39. -	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL CEDIDOS AO DNPM POR ESTADOS E MUNICÍPIOS ..	104
QUADRO 40. -	CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	106
QUADRO 41. -	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	108
QUADRO 42. -	IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS LOCADOS PELO DNPM	108

QUADRO 43. -	ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL	118
QUADRO 44. -	DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO.....	120
QUADRO 45. -	PROCESSOS LIQUIDADOS A PAGAR.....	126
QUADRO 46. -	PROCESSOS A LIQUIDAR.....	127
QUADRO 47. -	PLANOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS EM 2015	129
QUADRO 48. -	DETALHAMENTO DAS ANÁLISES TÉCNICAS POR UNIDADE REGIONAL	131
QUADRO 49. -	VISTORIAS DE PESQUISA MINERAL POR UNIDADE REGIONAL E EVENTO.....	132
QUADRO 50. -	ATOS PUBLICADOS D.O.U. FISCALIZAÇÃO DA PESQUISA MINERAL.....	133
QUADRO 51. -	IFRP - RELATÓRIOS DE PESQUISA ANALISADOS, DE 2012 A 2015.	134
QUADRO 52. -	RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA POR SUPERINTENDÊNCIA.....	134
QUADRO 53. -	RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA E RELATÓRIOS PARCIAIS DE PESQUISA	135
QUADRO 54. -	ANÁLISES TÉCNICAS DE LAVRA POR SUPERINTENDÊNCIAS	135
QUADRO 55. -	VISTORIAS DE LAVRA POR SUPERINTENDÊNCIA.....	136
QUADRO 56. -	ATOS DECISÓRIOS DA FASE DE LAVRA.	137
QUADRO 57. -	VISTORIAS EFETUADAS POR SUPERINTENDÊNCIAS	140
QUADRO 58. -	ATIVIDADES REALIZADAS DE PROTEÇÃO DE DEPÓSITOS FOSSILÍFEROS	142
QUADRO 59. -	MAIOR ARRECADAÇÃO POR SUBSTÂNCIA MINERAL - 2015	144
QUADRO 60. -	MUNICÍPIOS QUE MAIS ARRECADARAM CFEM EM 2015	144
QUADRO 61. -	ESTADOS QUE MAIS ARRECADARAM CFEM EM 2015	144
QUADRO 62. -	BALANÇO FINANCEIRO 2015.....	145
QUADRO 63. -	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2015.....	147
QUADRO 64. -	BALANÇO PATRIMONIAL 2015	152
QUADRO 65. -	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 2015	156
QUADRO 66. -	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	158

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	14
FIGURA 2.	OUTORGA DE REQUERIMENTO – REQUERIMENTO E ANÁLISE	48
FIGURA 3.	REQUERIMENTOS E DESISTÊNCIA.....	49
FIGURA 4.	RENÚNCIA	49
FIGURA 5.	PAÍSES DE DESTINO DOS CPKS BRASILEIROS EMITIDOS.	56
FIGURA 6.	DISTRIBUIÇÃO DOS PARECERES TÉCNICOS EMITIDOS EM 2015.....	58
FIGURA 7.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARRECADAÇÃO CFEM – 2003 A 2015 (R\$ MILHÕES).....	61
FIGURA 8.	EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA TAH	63
FIGURA 9.	PERCENTUAL SERVIDORES PEC/PCC COM ABONO POR ÁREA/CARGO/NÍVEL.....	87
FIGURA 10.	EXIGÊNCIAS RESULTANTES DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS.	131
FIGURA 11.	DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS ANÁLISES TÉCNICAS REFERENTES A PESQUISA MINERAL POR SUPERINTENDÊNCIA. .	131
FIGURA 12.	DISTRIBUIÇÃO DAS ANÁLISES TÉCNICAS POR ASSUNTO DA PESQUISA MINERAL.	132
FIGURA 13.	VISTORIAS DE PESQUISA MINERAL POR SUPERINTENDÊNCIA.....	132
FIGURA 14.	VISTORIAS POR ASSUNTO DA PESQUISA MINERAL.	133
FIGURA 15.	DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DE DESPACHOS DECISÓRIOS POR ASSUNTO	134
FIGURA 16.	ANÁLISES TÉCNICAS DA LAVRA POR SUPERINTENDÊNCIA.....	135
FIGURA 17.	ANÁLISES TÉCNICAS DA LAVRA POR ASSUNTO.....	136

FIGURA 18.	VISTORIAS DE LAVRA POR SUPERINTENDÊNCIA.....	136
FIGURA 19.	VISTORIAS POR ASSUNTO DA LAVRA.....	137
FIGURA 20.	ATIVIDADES EXECUTADAS MENSALMENTE EM 2015.....	138
FIGURA 21.	ATIVIDADES EXECUTADAS NA FISCALIZAÇÃO DISTRIBUÍDOS POR SUPERINTENDÊNCIA.....	139
FIGURA 22.	VISTORIAS REFERENTES A LAVRA GARIMPEIRA E ORDENAMENTO MINERAL POR SUPERINTENDÊNCIA.....	140
FIGURA 23.	VISTORIAS DE LAVRA GARIMPEIRA E ORDENAMENTO MINERAL.....	140
FIGURA 24.	CPKS EMITIDOS NO BRASIL.....	141
FIGURA 25.	PESO EM QUILATES DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL.....	141
FIGURA 26.	VALOR EM US\$ DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL.....	141
FIGURA 27.	COLETAS DE FÓSSEIS EM 2015.....	143
FIGURA 28.	EVOLUÇÃO DO NÍVEL ESTÁTICO (M) DO AQUIFERO TERMAL ARAXÁ.....	143
FIGURA 29.	EVOLUÇÃO DO NÍVEL ESTÁTICO (M) DO AQUIFERO TERMAL PARANOÁ.....	143

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AMB – Anuário Mineral Brasileiro
ANM - Agência Nacional de Mineração
CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CGTIG – Coordenação Geral da Tecnologia da Informação e Geoprocessamento
CGU – Controladoria Geral da União
CPK - Certificados do Processo Kimberley
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
D.O.U. - Diário Oficial da União
DIFIS - Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária
DGADM – Diretoria de Gestão Administrativa
DGTM – Diretoria de Gestão de Títulos Minerários
DIPAR - Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios
DIPLAM - Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração
DIPEM – Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LOA – Lei Orçamentária Anual
MME - Ministério de Minas e Energia
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI - Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PPA – Plano Plurianual
PEN - Processo Eletrônico Nacional
PLG – Permissão de Lavra Garimpeira
PO - Plano Orçamentário
PSI – Política de Segurança da Informação
RAL – Relatório Anual de Lavra
RFP – Relatório Final de Pesquisa
SGM – Secretaria de Geologia e Mineração
SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS - Sistema de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPU - Sistema de Patrimônio da União
TRF – Tribunal Regional Federal
TAH - Taxa Anual por Hectare
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. VISÃO GERAL.....	12
1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	12
1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	12
1.3 Ambiente de Atuação	13
1.4 Organograma Funcional	14
1.5 Macroprocessos Finalísticos.....	16
1.5.1 Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios.....	17
1.5.2 Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração	17
1.5.3 Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários	18
1.5.4 Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária	18
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	19
2.1 Planejamento Organizacional	19
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	20
2.2 Desempenho Orçamentário	20
2.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	20
2.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	39
2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	40
2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	43
2.4 Informações Sobre a Execução das Despesas.....	44
2.4.1 Análise Crítica.....	46
2.5 Desempenho Operacional.....	46
2.6 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	65
3. GOVERNANÇA	69
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	69
3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados.....	70
3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	71

3.4	Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	75
3.5	Gestão de Riscos e Controles Internos	76
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	77
4.1	Canais de Acesso do Cidadão.....	77
4.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	77
4.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	77
4.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	78
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	80
5.1	Desempenho Financeiro do Exercício	80
5.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	80
5.3	Demonstrações Contábeis Exigidas Pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas	82
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	83
6.1	Gestão de pessoas	83
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	83
6.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	86
6.1.3	Informações Sobre os Controles Para Mitigar Riscos Relacionados ao Pessoal	86
6.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários	92
6.2	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura	101
6.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	101
6.2.2	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	106
6.2.3	Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros	108
6.3	Gestão da Tecnologia da Informação	109
6.3.1	Principais Sistemas de Informações	109
6.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.....	111
6.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	117
6.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	117
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	119
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	119
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	124

7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário	125
7.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	125
7.5	Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento	128
ANEXO		129

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão agrupa as informações da atuação e dos produtos entregues a partir das atividades desenvolvidas e serviços prestados à sociedade, buscando principalmente a transparência, o cuidado com o Interesse Público e a Responsabilidade com as prioridades do país para a Produção de Bens Minerais e a Atividade de Mineração. Refere-se ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), tendo como base as atividades de gestão realizadas no exercício de 2015.

O Departamento Nacional de Produção Mineral é o Órgão da Administração Pública Federal responsável por acompanhar, fiscalizar e desenvolver as políticas públicas e ações do governo relacionadas com a pesquisa e lavra das substâncias minerais.

O ano de 2015 foi marcado por dois importantes eventos: comemoramos 81 anos de criação do Departamento em pleno debate sobre o seu resgate institucional e como agente estratégico para a regulação do setor mineral; e o trágico acidente ocorrido em Mariana, MG, que afetou diretamente as atividades do DNPM, colocando em prova sua experiência fiscalizadora e de seu papel como agente regulador e normatizador. O rompimento da barragem de rejeitos do Fundão no dia 5 de novembro provocou a morte de 19 pessoas, afetou profundamente a vida de mais de 1.000 famílias, e lançou cerca de 35 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro diretamente no rio Doce.

O acidente ocorrido em Mariana impactou diretamente todos os setores do DNPM, tornando-se a maior prioridade da instituição. A partir da mobilização de técnicos (força-tarefa) e de recursos orçamentários, a Autarquia elaborou um roteiro de fiscalizações para intensificar as ações nas demais barragens de rejeitos no território brasileiro, com foco primordial no estado de Minas Gerais. Com o apoio do Ministério de Minas e Energia, que prontamente liberou os recursos orçamentários e financeiros necessários, foi possível realizar um esforço emergencial para responder à crise causada por esse grave acidente, conforme demonstrado ao longo desse Relatório de Gestão. Vale lembrar ainda que a atuação emergencial do DNPM ainda está em andamento, até completar as fiscalizações em todas as barragens de rejeitos de mineração no Brasil.

Uma decisão também significativa no ano de 2015 foi a entrada do DNPM no Programa Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa de adoção do processo eletrônico na Autarquia por meio da utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), disponibilizado pelo TRF 4ª Região para uso nas instituições da Administração Pública Federal.

A estrutura do Relatório de Gestão obedece os tópicos sugeridos pelo Tribunal de Contas da União, por meio do sistema e-Contas, no qual elenca as informações que o DNPM, no caso Unidade Prestadora de Contas, deve apresentar, além de nortear a estrutura e os conteúdos sugeridos para uma clareza e coerência do Relatório, em cumprimento às disposições das normas gerais de prestação de contas anuais conforme Resolução TCU nº 234/2010 e 244/2011 e disposições das Instruções Normativas TCU Nº 63/2010 e 72/2013, das normas específicas das contas de 2015, de acordo com Decisão Normativa TCU Nº 146/2015 e 147/2015, da Portaria TCU Nº 321/2015, e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 522/2015, a qual divulga a Norma de Execução nº 01/2015.

O Relatório de Gestão está estruturado com as informações que devem ser apresentadas pelo DNPM. Ele é composto por sete partes mais Apêndices e Anexos, além de suas subdivisões, assim apresentadas no Sistema e-Contas:

- Visão Geral;
- Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário;
- Governança;
- Relacionamento com a Sociedade
- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
- Áreas Especiais da Gestão;
- Conformidade da Gestão e Demandas de órgãos de Controle;

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Missão Institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral é a de planejamento, fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa.

1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no ano de 1994, com a sanção da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, foi transformado em Autarquia Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia(MME), inicialmente criado em 1934, como Órgão Central de Direção Superior vinculado à época ao Ministério da Agricultura, possui mais de 81 anos de existência, conforme expresso na Lei 8.876/94. Compete a Autarquia, em especial:

- I. Promover a outorga ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;
- II. Coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;
- III. Acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;
- IV. Formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;
- V. Fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- VI. Fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;

- VII. Baixar normas em caráter complementar e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;
- VIII. Implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;
- IX. Baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição e das demais receitas da Autarquia;
- X. Fomentar a pequena empresa de mineração; e
- XI. Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa.

O Decreto Lei nº 4.146, de 4 de março de 1942, também estabelece como competência do DNPM autorizar e fiscalizar a extração de espécimes fósseis.

1.3 Ambiente de Atuação

O Departamento Nacional de Produção Mineral possui representação em todos os Estados da Federação. A base legal que respalda a atuação do DNPM é o Código de Mineração e sua Legislação Complementar. Destaca-se que a representação Nacional do DNPM é composta de uma Sede localizada no Distrito Federal, 25 Unidades Gestoras, 6 escritórios regionais e um Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (museu do Crato). Cada Unidade Gestora possui uma estrutura organizativa própria com autonomia administrativa e financeira para realizar a gestão no âmbito de sua circunscrição.

A previsão da estrutura funcional do Departamento Nacional de Produção Mineral se fundamenta no Decreto nº 7.092/2010 e por meio da Portaria nº 247/2011, que foram modificados pela Portaria nº 401/2013. A Composição Funcional da Autarquia possui uma gestão centralizada na Sede em Brasília, gerida por um Diretor-Geral, com órgãos de assistência direta e imediata - Gabinete, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento - como órgãos seccionais: Auditoria Interna, Corregedoria e Diretoria de Gestão Administrativa

A Autarquia possui também quatro Diretorias Finalísticas, a Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração,

a Diretoria de Gestão de Títulos Minerários e a Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária. Nos estados é composta de vinte e cinco Superintendências estaduais, dispostas em Classes, quais sejam Classe I-A, Classe I-B, Classe II, Classe III, Classe IV, conforme as estruturas administrativas estabelecidas no Regimento Interno.

1.4 Organograma Funcional

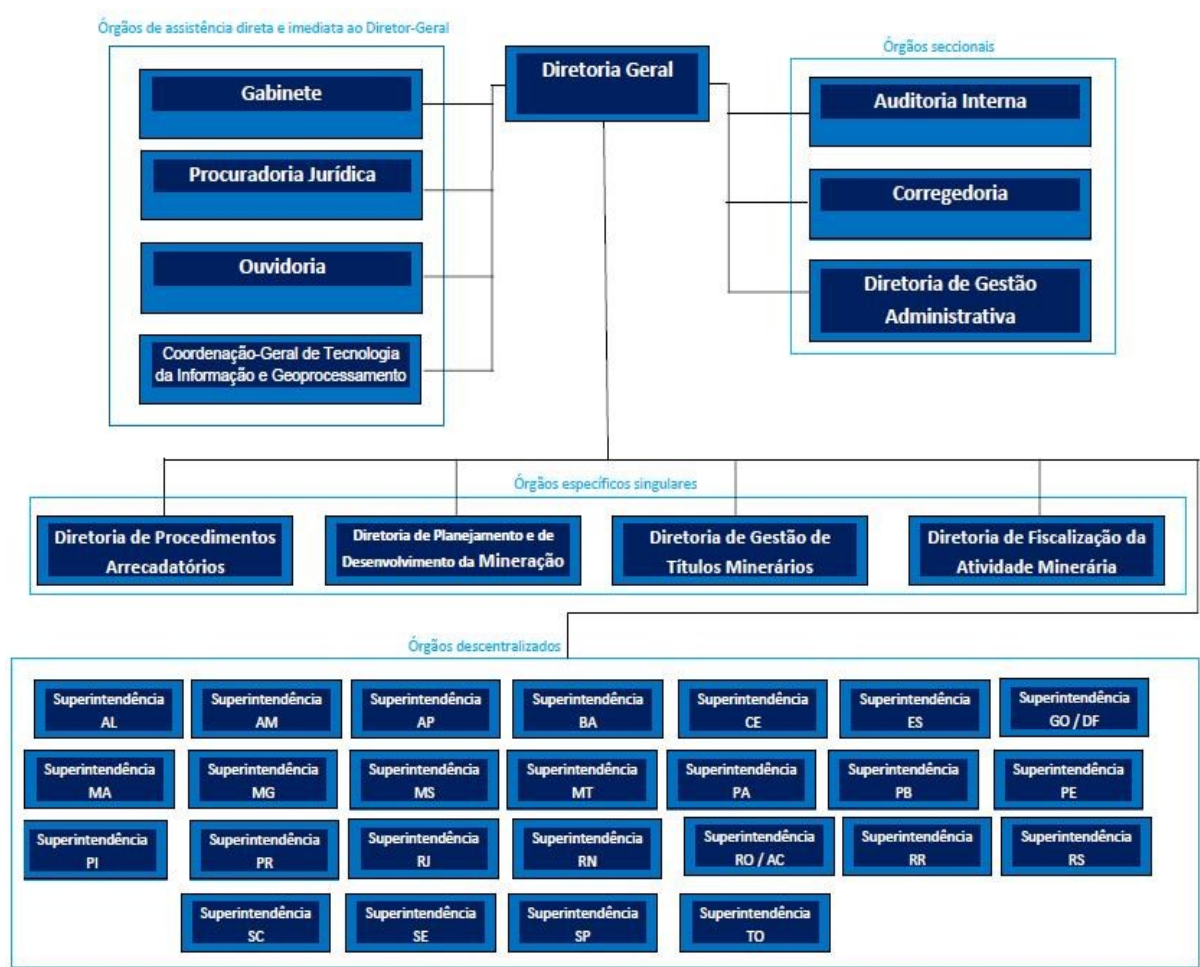


FIGURA 1. Organograma Institucional

QUADRO 1. - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS	O planejamento e a execução de ações de fiscalização da atividade minerária no Território Nacional.	Walter Lins Arcoverde	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral - CFPM	As ações de fiscalização das atividades de pesquisa mineral, inclusive de Água Mineral.	Peterson Augusto Guedes; Luiz Paniago Neves	Coordenador	01/01/2015 a 02/06/2015; 02/06/2015 a 31/12/2015

Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral - CFAM	As ações de fiscalização das Lavras Registradas e Concedidas, inclusive de Água Mineral.	Roger Romão Cabral	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral - CORDEM	As ações de fiscalização das Permissões de Lavra Garimpeira, e certificação no Processo Kimberley-CPK. Bem como ações de fiscalização para coibir e formalizar a extração mineral não autorizada e promover a proteção de depósitos fossilíferos.	Ricardo Eudes Parahyba; João da Goméa Fidelis da Silva	Coordenador	01/01/2015 a 10/12/2015; 10/12/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Gestão de Títulos Minerários - DGTM	Planejar, gerenciar e padronizar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais.	Vanda Lima de Andrade; Aloísio Souza de Jesus e Cruz	Diretora e Diretor	01/01/2015 a 11/09/2015; 11/09/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários	Coordenar e gerir a análise dos processos minerários relativos as atividades de outorga, manutenção e extinção dos direitos minerários	Vanda Lima de Andrade	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação da Gestão de Estudos de Áreas	Coordenar e orientar as ações de controle de áreas relativas ao ordenamento territorial dos direitos minerários a nível nacional.	Roberto da Silva; Paulo Júnio Ribeiro Peixoto	Coordenador	01/01/2015 a 31/03/2015; 31/03/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários	Coordenar e acompanhar os programas relativos a organização, qualidade e produtividade da criação, manutenção e extinção de títulos minerários.	Francisco da Silva Freire; Peterson Augusto Guedes;	Coordenador	01/01/2015 a 31/07/2015; 31/07/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios - DIPAR	Arrecadar, fiscalizar e cobrar, além de distribuir a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	Marco Antônio Valadares Moreira	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Gestão das Receitas - CGR	Prover os meios e controlar a arrecadação e a cobrança dos créditos do DNPM, distribuir a CFEM e elaborar previsões.	Yvone Sena de Sá	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Fiscalização das Receitas - CFR	Planejar a fiscalização da CFEM e empreende-las através de auditorias fiscais e contábeis. Gerir as inscrições do DNPM no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).	Airlis Luis Ferracioli	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração	Compatibilizar o planejamento institucional com o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento regional.	Paulo Guilherme Tanus Galvão; Wagner Fernandes Pinheiro	Diretor	01/01/2015 a 14/09/2015; 14/09/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Sustentabilidade da Mineração	Acompanhamento de ações para as pequenas e médias empresas de mineração, por meio de estudos e divulgação de novos métodos e técnicas adequados ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração;	Kiomar Oguino	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015

Coordenação de Desenvolvimento da Mineração	Acompanhar, analisar e divulgar Informações e Estudos do desempenho do Setor Mineral	Oswaldo Barbosa Ferreira Filho	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
---	--	--------------------------------	-------------	-------------------------

1.5 Macroprocessos Finalísticos

O Departamento Nacional de Produção Mineral possui quatro macroprocessos finalísticos, que são agrupados conforme as quatro áreas da Estrutura Funcional, de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 2. - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Procedimentos Arrecadatórios	Gerenciar e fiscalizar as receitas do DNPM e adotar medidas institucionais para desenvolver e aprimorar a atividade arrecadatória.	Arrecadação das Receitas da Autarquia e Distribuição da CFEM.	Municípios, Estados e público interno	Coordenação de Gestão das Receitas – CGR; Coordenação de Fiscalização das Receitas – CFR.
Planejamento e Desenvolvimento da Mineração	Estruturar os dados e Informações da Produção Mineral Brasileira para a geração de conhecimento e desenvolvimento do Setor Mineral e promover ações com foco na competitividade e sustentabilidade na pequena mineração e promoção do conhecimento geológico	Publicações Institucionais; Projetos e Ações de Sustentabilidade na Mineração	Setor Mineral, Universidade, cidadãos e pequenos mineradores	Coordenação de Sustentabilidade da Mineração; Coordenação de Desenvolvimento da Mineração.
Gestão de Títulos Minerários	Planejar, gerenciar e padronizar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de pesquisa, exploração e aproveitamento de recursos minerais	Títulos Minerais mantidos	Mineradores e cidadãos	Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários; Coordenação da Gestão de Estudos de Áreas; Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários
Fiscalização da Atividade Minerária	Coordenar e realizar a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País, da fase de pesquisa à lavra.	Fiscalizações Realizadas	Mineradores e cidadãos	Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral – CFPM; Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral – CFAM; Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral - CORDEM

1.5.1 Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios

O Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios que possui as subunidades de Coordenação de Gestão das Receitas e Coordenação de Fiscalização das Receitas é responsável por gerenciar as receitas do DNPM e por meio de seus processos coordena e controla a arrecadação, executa a cobrança, a distribuição das quotas-partes e a fiscalização sobre a arrecadação.

Em conformidade com a Legislação vigente promove a interação e dá suporte institucional às Superintendências do DNPM para promover, fiscalizar e controlar o recolhimento de taxas, emolumentos, multas e ressarcimentos, bem como, realizar a interação em suas áreas de atuação

A definição e atualização dos valores a serem cobrados, bem como a previsão das receitas da Autarquia a partir da elaboração de estudos e estimativas de receitas, são atividades que constituem o Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios, e também a celebração de acordos e convênios de cooperação técnica com os entes federados, para fins de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.

1.5.2 Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração

O Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração composto por duas subunidades que são responsáveis pelo processo de Desenvolvimento da Mineração e pelo processo Sustentabilidade da Mineração, busca compatibilizar o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento regional, com o planejamento institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Esse Macroprocesso coordena o desenvolvimento de sistemas de bancos de dados estatísticos de recursos, reservas, produção, consumo e fluxo de comércio exterior de bens minerais, e também atua na supervisão da elaboração de estudos e projetos referentes aos mercados interno e externo de bens minerais.

Na atuação visando a sustentabilidade da mineração promove as ações de extensionismo mineral, realizadas por meio de atividades de orientação técnica ao pequeno minerador; apoio as formas associativas, cooperativistas, a organização de arranjos produtivos locais e desenvolve estudos estratégicos compostos de exercícios de cenários prospectivos de mercado de bens minerais. Outra atividade é a de implantar e gerir banco de dados geológicos

dos depósitos minerais oriundos dos trabalhos de pesquisa mineral realizados pelos detentores de títulos minerários.

1.5.3 Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários

O Macroprocesso Gestão de Títulos Minerários apresenta como subunidades a Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários, a Coordenação da Gestão de Estudos de Áreas e a Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos que planejam, gerenciam e padronizam as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de pesquisa, exploração e aproveitamento de recursos minerais.

As atividades são integradas com as Superintendências que são orientadas para realizar as rotinas e procedimentos relacionados à manutenção de informações em banco de dados, relativas aos títulos minerários, promovendo sua modernização e racionalização, bem como no atendimento ao cidadão-usuário, no âmbito da sede da autarquia e das Superintendências, no que se refere a processos de direitos minerários.

1.5.4 Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária

O Macroprocesso Fiscalização da Atividade Minerária é composto pela Fiscalização da Pesquisa Mineral, Fiscalização do Aproveitamento Mineral e da Extração Mineral, como subunidades, coordena e realiza a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País, que por meio de seus processos efetua o aperfeiçoamento normativo dos procedimentos fiscalizatórios e promove o relacionamento com outras instituições de fiscalização em matérias correlatas.

As ações desse Macroprocesso objetivam o desenvolvimento efetivo da pesquisa mineral, o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas, o controle ambiental nas operações mineiras, bem como contribui para a formalização da extração mineral; promove a proteção dos depósitos fossilíferos; apoia as Superintendências em sua área de atuação; coordena a participação do DNPM em fóruns interinstitucionais afetos à deliberação de temas de interesse da Autarquia, bem como de normativos sobre assuntos relacionados às águas subterrâneas, em especial, às águas minerais e potáveis de mesa.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

O Departamento Nacional de Produção Mineral é Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia e tem como objetivo a gestão do patrimônio mineral brasileiro, bem como o acompanhamento da produção mineral que inicia com a pesquisa mineral, passando pelas etapas do processo minerário e concluindo com a autorização da lavra dos bens minerais e segue até o fechamento da mina. No que concerne as Políticas Públicas para a Mineração, o Órgão da Administração Direta responsável pela Política Mineral é o MME, o qual estabelece as diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a mineração, por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM).

O Planejamento Estratégico com objetivos de longo prazo, com os cenários de atuação construídos e a análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças para o delineamento de planos e metas não está formalizado e estruturado em um documento validado e disseminado para toda a Gestão do DNPM. Em decorrência dessa situação as ações e desempenho estão subordinados ao Planejamento Governamental expressamente baseado no Plano Plurianual e Macro estratégias, como o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) que se origina no Ministério de Minas e Energia, ou mesmo, na Presidência da República, em razão da natureza executiva do Departamento Nacional de Produção Mineral.

O ano de 2015 situou um ambiente com os esforços para a realização dos Objetivos do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA), e as ações orçamentárias da Lei Orçamentária Anual 2015 (LOA).

As atividades desenvolvidas anualmente na Autarquia são objeto de um planejamento anual denominado Programação Anual de Trabalho, na qual são planejadas as ações do Departamento Nacional de Produção Mineral antes do início do ano. A construção desta programação requer a informação das metas do PPA desdobradas para o ano e a compatibilização das metas com a dotação orçamentária consignada a Autarquia, resultando em uma fonte norteadora para as realizações e atividades programadas.

No desempenho da Programação Anual de Trabalho o principal risco observado ao desenvolvimento das atividades é a discrepância entre os recursos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para custeio e investimento da Autarquia e os referenciais para execução orçamentária e financeira estabelecidos pelo seu órgão supervisor – o Ministério de

Minas e Energia. Como poderá ser visualizado nos vários itens adiante, há evidente escassez de recursos orçamentários autorizados e, principalmente, de recursos humanos para a realização das inúmeras demandas operacionais para a Autarquia.

O acompanhamento do desempenho da Autarquia ocorre de duas maneiras, uma por meio do monitoramento do PPA e LOA, onde são fornecidas informações do alcance dos produtos referentes às metas da Instituição no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e também por parte da Avaliação de Desempenho Institucional que utiliza o PPA como referência, possui um ciclo que se inicia em maio e termina em abril do ano seguinte, tendo ligação direta ao pagamento da Gratificação de Desempenho dos servidores.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

A Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral, participou do PPA 2012-2015 no Programa 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral por meio dos objetivos:

0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Ações do OFSS

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões físicas e financeiras da execução das ações, considerando, inclusive, os valores executados a título de Restos a Pagar no decorrer do exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.

QUADRO 3. - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade do DNPM – OFSS

Identificação da Ação						
Código		20TZ		Tipo: Atividade		
Título		Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração				
Iniciativa		01LR-Consolidação, Ampliação, Fortalecimento e Incentivo a Programas de Extensionismo				
Objetivo		Consolidar e Ampliar os Programas de Formalização da Atividade Minerária e de Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas do Setor Mineral.			Código:0481	
Programa		Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	45.640,03	45.640,03	45.097,98	542,05	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Tecnologia Mineral Difundida			Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada
				4	4	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.900,00	3.443,20	51.454,30	Tecnologia Mineral Difundida		Unidade	0

Identificação da Ação						
Código		8890		Tipo: Atividade		
Título		Informações e Estudos do Setor Mineral				
Iniciativa		0018 - Promoção da Gestão e Difusão do Conhecimento Geológico e das Informações do Setor Mineral				
Objetivo		Realizar o Levantamento Geológico do Brasil e das Províncias Minerais nas Escalas Adequadas e Promover a Gestão e a Difusão do Conhecimento Geológico e das Informações do Setor Mineral.			Código:0032	
Programa		Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	23.800,82	23.800,82	23.800,82	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Estudo Realizado		Unidade	6	0	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Estudo Realizado	Unidade	0

Identificação da Ação						
Código		4396		Tipo: Atividade		
Título		Avaliação de Distritos Mineiros				
Iniciativa		003D-Estudos e Projetos para Otimização do Aproveitamento dos Recursos Minerais				
Objetivo		Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral.				Código:0046
Programa		Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.651,00	200.651,00	74.668,40	28.429,39	11.326,55	17.102,84	46.239,01
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Distrito Avaliado			Unidade	2	-	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.050,00	21.000,00	6.850,00	Distrito Avaliado	Unidade	0	

Identificação da Ação						
Código		20WT		Tipo: Atividade		
Título		Fiscalização das Atividades Minerárias				
Iniciativa		003E-Fiscalização da Atividade Minerária				
Objetivo		Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral.				Código:0046
Programa		Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000,00	10.000.000,00	2.842.147,24	1.821.353,61	1.817.993,61	3.360,00	1.020.793,63

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
Fiscalização Realizada		Unidade	35.097	10.049	11.977
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
93.838,83	54.484,82	13.220,12	Fiscalização Realizada	Unidade	0

Identificação da Ação						
Código	2377		Tipo: Atividade			
Título	Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção de Direitos Minerários					
Iniciativa	003G - Gestão dos Direitos Minerários					
Objetivo	Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral.					Código:0046
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.100.000,00	1.100.000,00	596.048,11	167.460,81	164.642,78	2.818,03	428.587,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Título Mantido		Unidade	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
158.950,97	144.906,62	15.337,43	Título Mantido	Unidade	0	

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					Código:-
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código:0089	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

31.345.600,00	38.198.898,00	38.193.108,71	38.193.108,71	38.193.108,71	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	0005		Tipo: Operação Especial				
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0901	Tipo: Operações Especiais			
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
407.860,00	431.245,00	430.739,18	430.645,09	430.645,09	0,00	94,10	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada	
23.644,42	4.817,53	18.826,89	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código:0901	Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.405,00	31.405,00	5.386,76	491,76	491,76	0,00	4.895,00
Execução Física						

Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
4.907,42	0,00	4.907,42	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	0Z00		Tipo: Operação Especial			
Título	Reserva de Contingência - Financeira					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Reserva de Contingência			Código:0999		Tipo: Operações Especiais
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
160.053.350,00	160.053,350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Operação Especial			
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041		Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
71.376,00	71.376,00	34.762,77	34.762,77	34.762,77	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	-

Identificação da Ação						
Código		09HB		Tipo: Operação Especial		
Título		Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041 Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.740.000,00	26.440.000,00	26.087.323,23	26.087.323,23	26.087.323,23	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta	
-			-		Prevista	Reprogramada
					-	-
					-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

Identificação da Ação						
Código		14UE		Tipo: Projeto		
Título		Aquisições de Imóveis para Unidades do DNPM				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041 Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária		32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta	
-			-		Prevista	Reprogramada
					-	-
					-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizada
2.086.348,75	1.561.026,02	86.180,01	-	-	-

Identificação da Ação						
Código	15AL		Tipo: Projeto			
Título	Reforma de Unidades do DNPM					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.500.000,00	12.500.000,00	1.294.708,65	668.270,00	668.270,00	0,00	626.438,65
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida de	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.582.000,00	50.582.000,00	49.523.847,01	34.695.584,75	29.425.659,16	5.269.925,59	14.828.262,26
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida de	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizada	

9.788.151,98	8.802.510,52	671.573,37	-	-	-
--------------	--------------	------------	---	---	---

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.581.948,00	1.220.000,00	901.276,44	894.011,40	894.011,40	0,00	7.265,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-		-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada
76.700,00	3.163,84	0			-	-

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código:2041		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
156.000,00	156.000,00	124.861,10	124.861,10	124.861,10	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-		-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	de Realizada
0,00	0,00	0,00			-	-

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código:-	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.260.000,00	1.260.000,00	842.451,29	842.451,29	842.451,29	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-	-

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código:-	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
7.800.000,00	7.800.000,00	7.401.951,56	7.401.951,56	7.401.951,56	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-	-

Identificação da Ação

Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					Código:-
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código:2041	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
166.734.291,00	177.709.723,00	177.409.591,70	176.873.528,87	176.687.974,69	536.062,83	185.554,18
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
1.425.046,65	987.743,45	444.782,65		-	-	-

Análise Situacional

a. Ação Avaliação de Distritos Mineiros

O ano de 2015 foi de enormes dificuldades em relação a liberação de recursos para os projetos, face às limitações orçamentárias de todo o Governo Federal que atingiram o DNPM e a área fim. Como exemplo, até 31/06/2015 a Coordenação de Sustentabilidade da Mineração havia recebido das Superintendências do Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará e Minas Gerais pedidos de descentralização de recursos para a execução das ações e projetos programados para o ano de 2015, que totalizaram R\$ 49.225,00, no entanto, até aquela data e por falta de financeiro, foi descentralizado apenas R\$ 7.823,50, correspondentes a 16% do que foi solicitado. No restante do ano houve um pequeno aumento no financeiro disponibilizado, mas isso inviabilizou completamente qualquer planejamento realizado.

Os projetos entregues foram realizados ou no escritório (Projeto SIG's) ou apenas finalizados (Tanguá). Os Estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás têm sido grandes executores dessa ação, sendo o desafio a ampliação para os demais Estados.

Dois projetos foram concluídos no ano de 2015:

1) Projeto SIG's: disponibiliza as informações cadastradas e georreferenciadas de 4 projetos já executados. Esses SIG's estão disponíveis na página do DNPM para consultas do público em geral. Executado pela Superintendência do Ceará.

2) Projeto Caracterização geológica-hidro geoquímica da mina subterrânea de fluorita de Tanguá. Executado pela Superintendência do Rio de Janeiro.

b. Ação Fiscalização da Atividade Minerária

A Ação Fiscalização das Atividades Minerárias representa uma atividade que está diretamente relacionada à Missão da Instituição, pois visa a gestão do patrimônio mineral brasileiro e a garantia do aproveitamento racional da jazida, por meio de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores, minimizando o impacto ambiental e local (sustentabilidade social e ambiental), em áreas tituladas, em cumprimento ao Código de Mineração e legislação vigente.

Em 2015 foram vistoriados 4.396 eventos em empreendimentos minerários e áreas não autorizadas, incluindo deslocamentos para atendimento de demandas externas. Foram analisados 9.368 projetos e relatórios técnicos nas fases de pesquisa e lavra em processos minerários. Destaque para as auditorias nos RALs que é instrumento na fiscalização de acompanhamento da produção, das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral.

O custo da atividade se concentra em emissão de diárias aos agentes técnicos e motoristas, material de consumo para combustíveis, pedágios e serviços eventuais com a viatura em deslocamento. Também são emitidas passagens aéreas para deslocamento de equipes em apoio técnico às Unidades e em regiões com alvos distantes, como na Amazônia. Por estas razões operacionais, a Ação só consegue obter uma boa execução financeira e trazer resultados efetivos à Sociedade se a disponibilidade orçamentária e principalmente financeira obedecer uma regularidade mensal durante o ano de exercício.

No ano de 2013, os recursos da Ação concentravam-se na Fonte 250 (própria). Em 2014, houve mudança e só 55% mantiveram-se nessa Fonte, enquanto 45% ficou dependente do repasse financeiro do MME, na Fonte 174. Em 2015, a totalidade do orçamento estava na fonte 141 e 0% na fonte própria.

Assim, em todo o ano de 2015, a área de fiscalização passou a disputar os recursos financeiros que chegavam com as demais áreas da Autarquia, via de regra, em volume aquém do necessário, embora a Ação tivesse capacidade orçamentária, especialmente no primeiro semestre de 2015 quando os repasses financeiros ao DNPM foram bastante reduzidos.

Durante o ano, as descentralizações de recursos financeiros para todas as Unidades, iniciaram com apenas R\$ 80 mil/mês (em fevereiro), aumentaram ao início do 2º semestre para em torno de R\$ 160 mil/mês e só no último trimestre alcançou R\$ 240 mil/mês. Ao fechamento do exercício, houve a liberação de saldo orçamentário, conseqüentemente, boa parte só pode ter sua aplicação na forma de empenhos.

Para maior qualidade e efetividade nas vistorias, o planejamento é condição básica para o sucesso do trabalho, pois distribui a força de trabalho durante o ano, garantindo qualidade e efetividade das ações, além de proporcionar fiscalizações de forma preventiva nas lavras autorizadas, diminuindo conseqüentemente as ações reativas advindas de vários setores da sociedade.

A Autarquia tem se esforçado para que a cultura de planejamento seja adotada em sua plenitude e seguida ao longo do ano. Todavia, a falta de constância ou até mesmo de planejamento das descentralizações financeiras tem dificultado, e muito, a implantação da cultura de planejamento e também a execução do que é planejado.

c. Ação Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção de Direitos Minerários

O número total de deferimentos e indeferimentos realizados no exercício de 2015 foi respectivamente, de 19.727 e 7.105 despachos, atingindo 109,6%% da meta prevista de 18.000 requerimentos deferidos. Esta meta foi estabelecida pelo no Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional 2015/2016, alinhada com com os objetivos do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA). No ano de 2015, foram emitidos os seguintes novos títulos minerários: 17.285 Alvarás de Pesquisa; 492 Concessões de Lavra; 1.802 Registros de Licença; 226 Registros de Extração e 175 Permissões de Lavra Garimpeira, além de 132 títulos retificados.

Foram empenhados R\$ 596.048,11 na Execução Orçamentária e Financeira de janeiro/2015 a dezembro/2015, dos quais R\$ 167.460,81 foram efetivamente liquidados, sendo que esse valor não está vinculado diretamente ao pagamento de despesas com a publicação dos títulos emitidos, mas sim vinculados ao custeio e pagamento das despesas com diárias e passagens aéreas dos servidores envolvidos na realização de deslocamentos a nível nacional para o desempenho das atividades finalísticas e apoio técnico solicitados pelos superintendentes, devido a carência de pessoal existente em todas as superintendências.

O atingimento da meta geral estipulada, para análise de requerimento de títulos, somente se dá quando se contabiliza o esforço realizado pela equipe de Outorga, (somatório dos deferimentos mais os indeferimentos), porém, poderiam ser obtidos resultados bem mais

satisfatórios referente ao atingimento parcial das metas estabelecidas nos P. Os. – Planos Orçamentários.

Os fatores que influenciam diretamente na produtividade são: carência de pessoal, falta de sistemas informatizados, orçamento restrito, recursos financeiros para movimentação de pessoal especializado (“forças-tarefa”), e a dependência dos mineradores de documentos originados em outros órgãos públicos, como as licenças ambientais.

d. Ação de Difusão Tecnológica e Extensionismo Mineral

Mesmo com a ausência de recursos foram realizados projetos e ações que independem destes, tais como palestras e trabalhos de escritórios, participação em eventos para disseminação do conhecimento, ou ainda aqueles que já vinham sendo executados e que mostraram resultados apenas no 1º semestre.

Os recursos financeiros disponibilizados foram distribuídos para os Estados do Pará, que mudou sua estrutura local com grandes possibilidades de apresentar resultados nos próximos anos e Minas Gerais, que vêm trabalhando em várias áreas de forma a buscar soluções para o pequeno minerador. Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará são outros Estados que vêm solicitando recursos ao longo do tempo e apresentando resultados consistentes.

Foram finalizadas 13 ações e 2 projetos no ano de 2015:

- 1) Palestras no I Congresso de Direito Minerário: Tema Direito de Pesquisa e Lavra e o tema Expansão da Atividade Minerária.
- 2) Participação do DNPM no 24º Congresso Brasileiro de Indústria de Água Mineral: o Diretor-Geral proferiu palestra sob o tema “Política brasileira para o setor de Águas Minerais Naturais e Termais”.
- 3) A Superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no Rio Grande do Sul realizou, nos dias 4 e 5 de fevereiro, em Porto Alegre (RS), na sede do Sindicato da Indústria de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem (Sicepot), com apoio da Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro (Agabritas), treinamento com os Responsáveis Técnicos (RTs) que entregam o Relatório Anual de Lavra (RAL) no RS, a “I Capacitação para a Declaração do RAL – DNPM/RS”.
- 4) O DNPM/SP participou do evento ECOSP-2015, organizado pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e pela Federação Nacional dos Engenheiros, com foco em temáticas ambientais e sustentabilidade. O DNPM dispôs de um estande, oferecido pela organização do evento, onde expôs materiais institucionais, como a

Coleção Didática de Fósseis da Bacia do Araripe, Kit de minerais e rochas, e apresentação digital da instituição e alguns de seus instrumentos e projetos atualmente em curso.

5) Participação do seminário “A Importância da Mineração para o Desenvolvimento da Região Sudoeste”, na Câmara de Vereadores de Itapeva/SP, realizado pela Subsecretaria de Mineração do Estado de São Paulo e pelo Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo - CODERSUL. O Superintendente do DNPM/SP, Eng. de Minas Ricardo Moraes participou da mesa de abertura do evento e fez uma exposição sobre o DNPM.

6) Ações de formalização em Santo Antônio de Pádua, que resultaram na outorga de 13 concessões de lavra e mais 18 licenciamentos (DNPM/RJ).

7) Elaboração de manual para distribuição aos principais demandantes de informações ao DNPM, (Ministério Público, Polícia Federal, Inbra, dentre outros.) visando melhoria da interação (DNPM/RJ).

8) Apoio ao TAC Polo Cerâmico Centro Oeste Espírito Santo com destaque para aprovação de 4 RFP+, 4 GU 1 registro de licenciamento.

9) Realização do 1º Fórum Catarinense de Desenvolvimento do Setor de Água Mineral (em parceria com a ACINAM), norteado pelo desiderato “unificando o entendimento para o crescimento do setor”. Na ocasião foram debatidos temas relacionados à rotulagem, telemetria, sala de assepsia, estocagem/paletização, prazos e periodicidades, CFEM e atualização da regulamentação da legislação em curso.

10) Parceria com o Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Alagoas e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no desenvolvimento de ações conjuntas, como a elaboração de um manual de procedimentos para atividades.

11) Contatos junto a CBPM para conclusão da cessão de direito de uma área para ambas as cooperativas (COOMIRES e COOPEGAVI) junto a CBPM- Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (que se mostrou bastante receptiva a implementar a cessão de direitos, pois houve um erro na protocolização do pedido de cessão de direito no DNPM, por uma das cooperativas).

12) Arenito Serra do Tombador Distrito de Laje do Batata em Jacobina Bahia: Orientações aos diretores e aos técnicos da Cooperativa dos Extratores de Arenito do Tombador. Também foi realizada campanha de campo com reuniões entre as autoridades locais, Secretaria de Meio Ambiente de Jacobina e extratores.

13) CMB – Cooperativa Mineral da Bahia – foram atendidas diversas demandas da referida cooperativa e de seus filiados. Reunião no DNPM/ Salvador, com a diretoria, filiados, advogados das partes numa tentativa de resolução de conflitos entre cooperados. Também foram atendidas as demandas da cooperativa relativas a prorrogação das PLG(s).

Projetos:

- 1) Cotação dos preços dos agregados da construção civil (GO)
- 2) Treinamento de elaboração do Relatório Anual de Lavra (RAL) através do Sistema RAL Web (RS).
- 3) Controle da Poluição por Mercúrio - Tapajós/PA" (Estudo da Contaminação provocada pela queima de amálgama nas casas de compra de ouro da cidade de Itaituba-PA).
- 4) Levantamento Socioeconômico e apoio técnico das atividades de extração de minerais com emprego imediato na construção civil na região metropolitana de Belém (PA).
- 5) Levantamento Socioeconômico e apoio técnico das atividades de extração de minerais com emprego imediato na construção civil em Santarém e região (PA).
- 6) Levantamento Socioeconômico e apoio técnico das atividades de extração de minerais com emprego imediato na construção civil em Redenção e região (PA).
- 7) Organização e Formalização das atividades de extração de calcário no Noroeste do Estado do Ceará (CE).

e. Informações e Estudos do Setor Mineral

A ação surgiu como uma das estratégias desenvolvidas pelo Ministério de Minas e Energia para identificar as características da indústria extrativa mineral do País e sua transformação no tempo, por meio de levantamentos e estudos periódicos necessários à formação, implementação e acompanhamento de políticas públicas e, às empresas privadas base de planejamento, como subsídios para tomada de decisões de investimentos e otimização operacional, econômica e financeira.

Essas demandas requerem constante atualização dos recursos de tecnologia da informação disponível para dar maior alcance e efetividade à disseminação das informações e conhecimentos gerados.

Parte importante dos conhecimentos e informações resultantes da ação é disseminada por veículos impressos e, nestes últimos anos, com alcance ainda mais amplo, por meios eletrônicos.

Em consonância com os objetivos estabelecidos no Programa Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, PPA 2012/2015, foram planejados para 2015, os seguintes produtos e atividades:

- Anuário Mineral Brasileiro (AMB Publicação) objetiva divulgar, anualmente, as mais importantes informações estatísticas sobre a indústria extrativa mineral;
- Sumário Mineral, objetiva apresentar uma síntese de dados e informações sobre as principais substâncias minerais do país.
- Informe Mineral, objetiva mensurar, através de levantamento sistemático e periódico, o desempenho da mineração por semestre.

O Informe Mineral do primeiro e do segundo semestre de 2015 foi executado e publicado na internet. A avaliação que se tem do Informe Mineral é a de que ele apresenta informações acerca da mineração com intervalos semestrais e é a publicação que possui os dados mais recentes acerca do setor no âmbito do DNPM.

f. Ações de Manutenção e Funcionamento

No ano de 2015 houve a continuidade da utilização dos Planos Orçamentários como ferramenta de planejamento, proporcionando aos gestores o acompanhamento da execução das ações em todos os seus níveis, conforme Quadro 47 – Planos Orçamentários Utilizados em 2015.

A execução das ações 0005, 00G5, 00M1, 0181, 09HB, 20TP, 2004, 2010, 2011 e 2012, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS de responsabilidade do DNPM transcorreram de forma regular no exercício de 2015. Todas as demandas apresentadas e legalmente instruídas foram executadas. Cabe ressaltar que os atos administrativos que envolvem essas ações são vinculados, não cabendo a gestão do órgão nenhum ato discricionário.

Cabe ressaltar que da ação 2004, Plano Orçamentário 0002 - EXAMES PERIÓDICOS – CIVIS, houve continuidade do ciclo de investigação do estado de saúde dos servidores, que teve início no ano de 2014, com a execução do Programa Exame Médico Periódico – EMP/2015 (Processo 48400.000663/2012), foi executado o montante de R\$ 6.448,92.

Os Exames Periódicos de 2015 foram realizados com o intuito de investigar a saúde e qualidade de vida dos servidores com faixa etária a partir de 45 anos, detectando fatores que influenciam na sua saúde e qualidade de vida no trabalho. A prestação dos serviços de exames periódicos, na execução do Programa 2015, ficou a cargo da empresa Centro Médico Check Up Vida e instituições parceiras para a realização de exames médicos complementares.

Após o encerramento, o Programa apresentou 144 (cento e quarenta e quatro) convocações, que resultaram:

- 22 (vinte e dois) atestados, 15 % do total;
- 35 (trinta e cinco) termos de recusa, 24% do total;
- 87 (oitenta e sete) convocações mantiveram o status de não respondidas, não iniciadas, não concluídas, 61% do total.

Observa-se que esse programa foi iniciado em 2014 e tem uma execução baixa por pouca adesão dos servidores. Em 2016 objetiva-se manter o programa e buscar trabalhar essa mudança de cultura dos servidores.

A ação OZ00, por se referir a Reserva de Contingência, não apresentou execução no exercício.

Quanto a ação 14UE - Aquisições de Imóveis para Unidades do DNPM, cabe informar que o DNPM necessita de aquisição de unidades regionais, considerando que atualmente há 12 superintendências com imóveis locados. No entanto, do valor aprovado em 2015, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não foi possível execução considerando que a Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, art. 3º, inciso II, suspendeu a realização de contratações de aquisição de imóveis para o exercício de 2015.

Quanto a ação 15AL - Reforma de Unidades do DNPM havia um planejamento de execução aprovado, no valor de R\$ 16.500.000,00 (dezesesseis milhões e quinhentos mil), no entanto a Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, art. 3º, inciso III, suspendeu também a realização de contratações de reformas de bens imóveis para o exercício de 2015. Cabe ressaltar que houve a continuidade de dois projetos já existentes, no DNPM-SEDE - conclusão da Sala Cofre – (R\$ 697.923,28) e na Superintendência da Bahia - conclusão da reforma do prédio do edifício sede (R\$ 596.785,37). O montante executado foi de R\$ 1.294.708,65 (um milhão duzentos e noventa e quatro mil, setecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos).

A Ação 2000 - Administração da Unidade foi executada, durante o ano de 2015, de maneira a dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Autarquia e também com o foco no bom funcionamento administrativo e da gestão.

O DNPM é composto em sua estrutura por uma sede em Brasília e 25 superintendências nos estados. A utilização dos créditos disponibilizados à Autarquia obedece a uma execução descentralizada, subdividida por Planos Orçamentários, possibilitando à sede o acompanhamento da execução nas unidades gestoras, bem como a execução de Capacitação, Serviços de Desenvolvimento de Sistemas, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Investimento em Tecnologia da Informação e Investimento na Estrutura da Autarquia.

Dentre os Planos Orçamentários da Ação 2000, destacam-se os Planos Orçamentários da Administração das Unidades. Esses recursos foram disponibilizados para as despesas de funcionamento das unidades. Dentre as mais vultosas despesas destacaram-se vigilância, aluguel, limpeza, apoio administrativo e energia elétrica, que consumiram R\$ 21.723.777,49, considerando que o orçamento inicialmente previsto foi de R\$ 41.582.000,00, as despesas citadas corresponderam a 52% do orçamento aprovado, conforme Quadro 4 – Despesas de Funcionamento:

QUADRO 4. - Despesas de Funcionamento

Serviços		Despesa Empenhada
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	874.022,17
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	7.173.118,86
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	3.174.241,39
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	7.097.052,61
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	1.356.651,35
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	2.048.691,11
Total		21.723.777,49

Dos 48% restantes, R\$ 9.216.205,73, em termos percentuais 22%, foram para atender despesas de TI com os contratos de Fábrica de Software, manutenção do ambiente tecnológico, rede VPN e acesso internet à rede esplanada (contrato SERPRO), ver Quadro 5 - Despesas com Tecnologia da Informação

QUADRO 5. - Despesas com Tecnologia da Informação

Serviços		Despesas empenhadas
33903956	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.606.781,96
33903957	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	3.070.807,94
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	3.326.515,83
33903997	COMUNICACAO DE DADOS	212.100,00
Total		9.216.205,73

Observa-se que 74% dos recursos disponíveis foram para cobrir despesas básicas de funcionamento de uma estrutura, sobrando 26% para as demais despesas, capacitação, diárias,

investimento na estrutura, combustível, material de consumo, manutenção de bens imóveis, publicações de atos na imprensa oficial e demais despesas necessárias.

2.2.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

As dotações orçamentárias aprovadas para o DNPM e também os recursos disponibilizados não atendem de forma plena as necessidades do órgão nas suas diversas frentes de atuação, e com isso vem acumulando situações deficitárias em sua estrutura, bens móveis e imóveis, mobiliário, recursos tecnológicos e capital humano.

O órgão acumulou desde o exercício de 2009 um déficit com a Imprensa Nacional num montante aproximado de R\$ 11.000.000,00. Dos quais R\$ 8.123.133,86, constam registrados no SIAFI, e o valor remanescente está em fase de liquidação.

No exercício de 2014 houve o encerramento do contrato da Microsoft, que atende o DNPM com produtos voltados para banco de dados, sistema de informação, correio eletrônico, segurança e pacote de escritórios (Word, Excel, entre outros), e não houve nova contratação, uma vez que o orçamento autorizado não comportou a referida despesa.

Fato que se repetiu em 2015 com a descontinuidade do contrato de Brigada contra Incêndio que atendia a SEDE do DNPM.

Em 05 de novembro do exercício de 2015, houve o rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG, com isso surgiu a necessidade de revisão das outras barragens da região, o que demandou recursos orçamentários suplementares.

Diante do quadro de déficit/demandas o MME suplementou o orçamento do DNPM em R\$ 9.000.000,00, foi possível celebrar contrato emergencial por dispensa de licitação com a empresa Geoestavel Consultoria e Projetos Ltda. no valor total de R\$ 4.342.818,58 para atender aos serviços de consultoria e assessoria em barragens de minérios localizadas no estado de Minas Gerais e realizar as medidas emergenciais de competência da Autarquia na cidade de Mariana e região.

Em 2015 foi assinado o Termo de Execução Descentralizado entre o DNPM e a Imprensa Nacional, com o objetivo de pagamentos das despesas de publicação dos atos oficiais no DOU, inclusive de exercícios anteriores. Com isso houve um repasse a Imprensa Nacional-IN no exercício de 2015 no montante de R\$ 6.560.000,00. Cabe ressaltar que desse montante a IN executou R\$ 6.147.000,00. Deixando de executar R\$ 413.000,00 que não foi devolvido a este órgão para possível execução.

2.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

QUADRO 6. - Resumo dos Instrumentos Celebrados pelo DNPM nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Departamento Nacional de Produção Mineral					
CNPJ:	00.381.056/0001-33					
UG/GESTÃO:	323002/32263					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio			1	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse (TED)	1			6.560.000,00	-	-
Termo de Cooperação¹		1	1	51.308,57	211.220,96	419.514,39
Termo de Compromisso				-	-	-
Totais	1	1	2	6.611.308,57	211.220,96	419.514,39

Fonte: SIAFI

Nota¹: Houve retificação dos valores 2014 e 2013, em razão de análise junto ao SIAFI.

Endereço Eletrônico http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/copy_of_convenios

QUADRO 7. - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL						
UG/GESTÃO: 323002/32263						
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso
2015	Contas Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado				
2014	Contas Prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado			211.220,96	
2013	Contas Prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado			419.514,39	

Fonte: SIAFI e Processos DNPM nº 48400.000819/2012-19, 48400.001625/2013-35, 48410900870/2012 e 48400.001616/2013-44.

QUADRO 8. - Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	

Valores em R\$ 1,00

UG/GESTÃO: 323002/32263					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso
Contas analisadas	Quantidade aprovada				1
	Quantidade reprovada				0
	Quantidade de TCE instauradas				0
	Montante repassado (R\$)				0
Contas NÃO analisadas	Quantidade				1
	Montante repassado (R\$)				245.529,65

Fonte: SIAFI e Processos DNPM nº 48400.000819/2012-19, 48400.001625/2013-35, 48410900870/2012 e 48400.001616/2013-44.

Nota: A UNB, com referência ao Termo de Acordo firmado (Vant), apresentou relatório em julho/2015, que se encontra em fase de análise.

QUADRO 9. - Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL					
UG/GESTÃO: 323002/32263					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termo de Cooperação ¹					

Nota¹: O Termo de Acordo firmado com a UNB, Vant II, Processo nº 48400.000819/2012-32. O Relatório final foi apresentado em Julho de 2015 e está em fase de análise das contas apresentadas. Ressalte-se que a análise da execução orçamentária e financeira está sendo realizada pelo setor competente.

O Termo de Acordo firmado com a UFC, Processo nº 48410.900870/2012-27 está em vigência, com prestação de contas parcial primeira parcela, apresentada em maio de 2014, analisada pelo fiscal, conforme relatório de folhas nº 268. Ressalte-se que a análise da execução orçamentária e financeira está sendo realizada pelo setor competente.

O Termo de Acordo firmado com a UFRGS, Processo nº 48400.001625/2013-35, está com prestação de contas parcial, apresentada em julho 2015, analisada pelo fiscal, conforme relatório de folhas nº 210. Ressalte-se que a análise da execução orçamentária e financeira está sendo realizada pelo setor competente.

Análise Crítica

O DNPM utiliza-se da ferramenta convênios ou acordos de cooperação técnica com objetivo de solucionar questões ambientais/sustentabilidade, de interesse social, de pesquisas tecnológicas, serviços ou de capacitação, dos quais a iniciativa privada não tem interesse e são de grande importância para o desenvolvimento do país.

No DNPM, em vigência, há 03 (três) Termos de Cooperação celebrados com o Centro de apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O contingenciamento imposto em 2015 e a falta de financeiro comprometeram os repasses orçamentários/financeiros para andamento das atividades.

a. Projeto VANT:

O projeto VANT idealizado pela Diretoria de Fiscalização que objetiva o sobrevoo para identificação do alvo, planejamento e operacionalização da fiscalização em áreas de interesse de mineração, formalizadas ou clandestinas, em obediência a Constituição Federal e Legislação mineral correlata.

Esse projeto foi finalizado com êxito em 2014, a prestação de contas física já fora realizada, os processos estão na fase de análise da prestação de contas da execução orçamentária/financeira.

b. Projeto de- segurança em minas subterrâneas - UFRS:

O Projeto de segurança em minas subterrâneas é outro acordo, firmado com a UFRS, com objetivo de aumento da qualidade e consequente diminuição dos riscos da atividade, bem como atender exigências do MPF em Ação Civil Pública, que envolve o DNPM, FATMA e Empresas Carboníferas.

Em junho de 2015 houve a apresentação do relatório parcial de execução, sendo aprovada a entrega física do acordo, estando o processo em fase de prestação de contas da execução orçamentária e financeira. Não houve repasse orçamentário e financeiro em 2015.

c. Projeto areia de britagem - UFC:

O Projeto areia de britagem – UFC - de Estudos Técnicos sobre areia de britagem na região metropolitana de Fortaleza - CE, objetiva saber as aplicações possíveis do citado recurso mineral, e objetiva também incentivar a redução do uso de areia de rio, evitando possíveis problemas ambientais de assoreamentos de rios. Este é outro Acordo firmado. DNPM e UFC.

Esse projeto está em vigência até 2016, em 2015 houve descentralização orçamentária no valor de R\$ 51.308,57, mas não houve repasse financeiro por déficit financeiro nesta autarquia, porém o valor foi realizado e o financeiro será repassado neste exercício.

Projeto calcário de Frecheirinha- CE

O Projeto calcário de Frecheirinha de Estudos Técnicos sobre o calcário de Frecheirinha-CE, para saber sua qualidade e avaliar outras aplicações com maior potencial de aproveitamento, visa fomentar a produtividade de cal na região.

Há perspectiva sobre celebração de novo acordo.

d. Perspectiva Convênio regularização das áreas de extração artesanal de Granito de Alagoas

A perspectiva de assinatura do convênio que seria firmado com a SEPLANDE que tinha por objetivo a regularização das áreas de extração artesanal de Granito de Alagoas, não prosperou, o processo fora arquivado.

Há perspectiva sobre celebração de novo acordo.

e. Termo de Execução Descentralizada

Em 2015 o DNPM firmou acordo com a Imprensa Nacional para publicação de atos oficiais e das matérias de interesse do DNPM no DOU, seções I, II e III, conforme estabelecido no Decreto nº 4.520, de 16.12.02, combinado com a Portaria nº 268, de 5.10.09. O Termo fora assinado no final do exercício de 2015, porém o registro no SIAFI somente ocorreu em 2016.

O valor executado em 2015 foi no montante de R\$ 6.560.000,00, realizado por meio dos documentos hábeis 2015NC000744 e 2015NC000745.

2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Com a publicação do Regimento Interno, em 2010, a área de Contratos ficou com a responsabilidade e a atribuição da gestão dos Termos de Execução Descentralizada-TED. No entanto, teve dificuldades para absorver a rotina, tanto pela falta de servidores, capacitação e manuais, quanto pela cultura existente.

Culturalmente a formalização, gestão e execução de convênios e termos congêneres, no DNPM, era de iniciativa da área demandante. A cargo da administração ficava a publicação dos atos legais quando solicitados, bem como emitir empenhos, executar a transferência de recursos e emitir relatórios técnicos sobre a execução no SIAFI.

Após várias solicitações da auditoria interna, bem como da CGU-PR, a Autarquia vem buscando melhorar os processos que envolvem Termos de Execução Descentralizada, orientando a área demandante quanto a rotina e formalização dos TED's.

Os processos com Termos de Execução Descentralizada, na Autarquia, obedecem um fluxo de procedimentos, que são analisados tanto pelos seus aspectos técnicos e produtos entregues, quanto pela regularidade orçamentária e financeira no seu processo de prestação de contas.

2.4 Informações Sobre a Execução das Despesas

QUADRO 10. - Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade orçamentária: DNPM		Código UO: 32263		UGO:323002	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.721.969,30	29.061.589,90	20.897.073,36	24.405.576,68	
a) Convite					
b) Tomada de Preços		141.969,08		141.969,08	
c) Concorrência		2.535.293,62		2.408.528,93	
d) Pregão	24.721.969,30	26.384.327,20	20.897.073,36	21.855.078,67	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	8.573.414,61	8.131.864,21	7.134.345,27	7.222.154,52	
h) Dispensa	5.810.713,11	5.596.570,59	4.782.107,92	5.200.619,44	
i) Inexigibilidade	2.762.701,50	2.535.293,62	2.352.237,35	2.021.535,08	
3. Regime de Execução Especial	373.412,92	549.574,05	373.412,92	549.574,05	
j) Suprimento de Fundos	373.412,92	549.574,05	373.412,92	549.574,05	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	243.080.756,05	196.847.834,44	242.295.201,87	196.847.834,44	
k) Pagamento em Folha	241.585.097,66	193.307.479,04	241.399.543,48	193.307.479,04	
l) Diárias	1.495.658,39	3.540.355,40	1.495.658,39	3.540.355,40	
5. Outros (modalidade não se aplica, auxílios, indenizações)	11.584.122,31	44.316.322,57	11.284.339,08	42.762.148,44	
6. Total (1+2+3+4+5)	288.333.675,19	278.907.185,17	282.584.372,50	271.787.288,13	

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO 11. - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: Departamento Nacional de Produção Mineral				Código UO: 32263		UGO: 323002		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
3190.11	163.275.912,67	155.887.559,76	163.275.912,67	155.860.872,46	0,00	26.687,30	163.275.831,87	155.860.872,46
3190.13 e 3191.13	34.148.236,20	32.771.650,94	33.993.018,56	32.140.614,74	155.217,64	631.036,20	33.807.545,18	32.140.614,74
3190.01	31.443.430,04	26.550.499,08	31.443.430,04	26.550.499,08	0,00	0,00	31.443.430,04	26.550.499,08
Demais elementos do grupo	13.258.570,68	11.177.076,20	12.872.736,39	10.381.201,21	385.834,29	795.874,99	12.872.736,39	10.290.706,88
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3. Outras Despesas Correntes								
3390.39	18.093.734,61	21.559.100,31	14.815.070,45	17.123.078,95	3.278.664,16	4.436.021,36	12.117.963,11	14.247.264,13
3390.37	22.413.434,54	19.893.447,76	16.394.594,71	16.581.899,60	6.018.839,83	3.311.548,16	14.541.233,71	14.424.709,75
3390.46	7.401.748,11	7.558.407,14	7.401.748,11	7.558.407,14	0,00	0,00	7.401.748,11	7.558.407,14
Demais elementos do grupo	13.097.120,90	13.137.152,65	7.121.337,42	10.842.285,43	5.975.783,48	2.294.867,22	6.436.630,62	10.642.096,35
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
4490.52	1.559.453,39	2.337.742,28	475.812,34	185.228,49	1.083.641,05	2.152.513,79	418.686,47	164.004,03
4490.39	600.657,37	33.990,00	0,00	0,00	600.657,37	33.990,00	0,00	0,00
4490.51	538.567,00	2.154.268,00	538.567,00	2.154.268,00	0,00		538.567,00	269.283,50
Demais elementos do grupo	1.447,50		1.447,50		0,00		0,00	
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

2.4.1 Análise Crítica

Em 2015 o DNPM recebeu Dotação Orçamentária muito inferior ao valor ideal para manutenção das despesas continuadas. No âmbito da execução orçamentária, destaca-se o fonteamento por parte da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG em alocar 100% das despesas discricionárias do Órgão na fonte 0141 – CFEM, o que impactou a execução financeira, uma vez que a UG fica condicionada aos repasses do Órgão Setorial.

No que se refere a execução financeira da Autarquia, o repasse recebido no montante de R\$ 32.300.294,29 ficou aquém do solicitado R\$ 69.446.926,28, o que impactou numa inscrição significativa de Restos a Pagar, no valor total de R\$ 21.244.403,57.

Ressalta-se que em 2015, o DNPM celebrou contrato emergencial por dispensa de licitação com a empresa Geoestavel Consultoria e Projetos Ltda. no valor total de R\$ 4.342.818,58 para serviços de consultoria e assessoria em barragens de minérios localizadas no estado de Minas Gerais, conforme Notas de Empenhos n.ºs 2015NE800465 e 2015NE800466.

Ressalta-se, ainda, que no exercício de 2015 junto ao Fundo de Imprensa Nacional foi negociado pagamento do montante da dívida adquirida no período de 2009 a 2014. A dívida era por volta de R\$ 11.000.000,00 e foi amortizado o valor de R\$ 6.560.000,00, por meio das Notas de Crédito n.º 2015NC000744 e 2015NC000745. A baixa das obrigações junto ao SIAFI ocorrerá quando do repasse financeiro àquela instituição.

2.5 Desempenho Operacional

Nas atividades relacionadas ao desenvolvimento da mineração em 2015 alguns resultados operacionais tiveram destaque, foram quase finalizadas as publicações dos Anuários Minerais de 2011, 2012 e 2013 que estarão disponíveis na Internet. Também foi elaborado o Sumário Mineral de 2015 (ano-base 2014), o qual se encontra atualizado e disponível no endereço eletrônico do DNPM, na seção de Economia Mineral, <http://www.dnpm.gov.br>.

As publicações apresentaram uma maior aderência das informações prestadas às do mercado, decorrentes do maior rigor nas revisões dos textos das substâncias minerais. Também apresentou uma boa sinopse, com análises detalhadas do setor mineral em 2015, que poderá servir como instrumento de apoio à definição de políticas de atuação do DNPM.

O Sistema do Comércio Exterior do Setor Mineral - COMEX é um instrumento informativo, por meio do qual é reunido de forma dinâmica, sistematizada e continuada, dados sobre as importações e exportações brasileiras de produtos da mineração brasileira.

A compilação eletrônica dos dados estatísticos de exportação e importação do setor mineral será baseada nos dados do Sistema Alice, administrado pela SECEX/MDIC, levando em conta um grupo de produtos minerais pré-selecionados.

Os dados serão apresentados em US\$ e em toneladas, tanto para as exportações (FOB) quanto para as importações (FOB), por valores mensais e acumulados e distribuídos de acordo com a Classificação Comum do Mercosul (NCM). As exportações/importações serão apresentadas por segmentos (bens primários, semimanufaturados, manufaturados e compostos químicos), distribuídos por substâncias minerais; por países e blocos econômicos; por portos; por áreas de produção (Estados da Federação) com periodicidade mensal.

O Sistema está em processo de desenvolvimento pela empresa prestadora de serviços de TI ao DNPM.

O Informe Mineral do primeiro e do segundo semestre de 2015 foi executado e publicado na internet. A avaliação que se tem do Informe Mineral é a de que ele apresenta informações acerca da mineração com intervalos semestrais e é a publicação que possui os dados mais recentes acerca do setor no âmbito do DNPM.

As informações referentes às anuências prévias realizadas em 2015 para a importação de amianto (crisotila), a exportação e importação de diamante bruto e a exportação de fósseis, utilizando como instrumento de controle do Siscomex - Exportação e Importação.

Na Ação Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção do Título Minerário, em 2015 realizou as atividades relacionadas com os 4 regimes de outorga de direitos minerários, o de Autorização e Concessão, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira e Registro de Extração. A Meta de manutenção de título para 2015 foi de 18.000.

O procedimento de outorga de títulos minerários se inicia com o protocolo dos requerimentos eletrônicos nas Unidades Regionais do DNPM. Em 2015 houve um aumento na quantidade de petições protocoladas, equivalente a cerca de 34% em relação ao ano anterior, o que equivale a um incremento de 6.800 requerimentos a serem analisados.

A Concessão de Lavra deve ser requerida no DNPM por pessoa jurídica no prazo máximo de um ano após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. A lavra é requerida mediante a apresentação do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida. Depois de requerida a concessão de lavra, e caso o DNPM aprove e considere oportuno o Plano de Aproveitamento Econômico e os demais documentos necessários, é emitido um despacho ao

Ministério de Minas e Energia, sugerindo a outorga da Concessão de Lavra, que tem como título uma portaria assinada pelo Ministro de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União.

Ressalta-se que, desta forma, a outorga de concessão de lavra é um procedimento que não depende apenas do DNPM, mas também de órgãos externos como, por exemplo, o MME e órgãos ambientais.

A quantidade de requerimentos analisados no DNPM, incluindo requerimentos tanto deferidos como indeferidos, afere mais precisamente o desempenho das Superintendências em cada ano. A relação do que foi requerido e o esforço realizado desde 2005 até 2015, permite observar que dos requerimentos que são solicitados, grande parte é analisada. Nos anos de 2005 e 2009, o esforço realizado foi maior que o número de requerimentos.

No ano de 2015 a quantidade de análises realizadas superou a quantidade de Requerimentos. Conforme se observa na Figura 2 -Outorga de Requerimento – Requerimento e Análise.

O pedido de anuência e averbação de cessão total ou parcial de direitos minerários é realizado através de formulário padronizado de pré-requerimento eletrônico. Depois de solicitado, o requerimento é analisado para decisão e posterior execução da cessão de direitos, que é dada através da publicação no D.O.U - Diário Oficial da União.

A anuência e a averbação de contratos de arrendamento são realizadas por meio do pré-requerimento eletrônico, que após sua protocolização é submetido à análise para deferimento ou indeferimento.

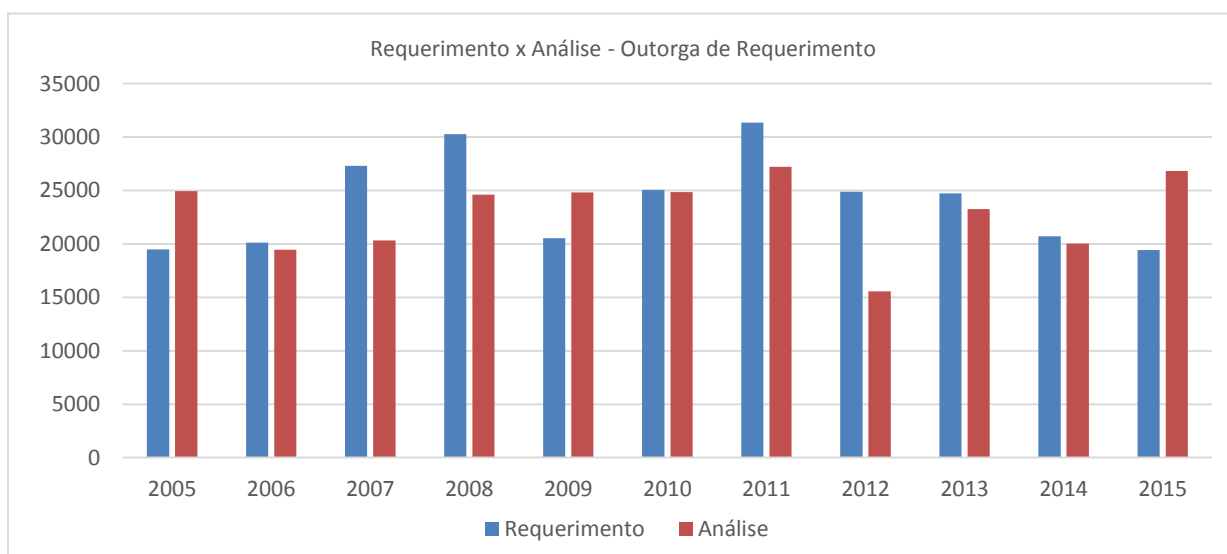


FIGURA 2. Outorga de Requerimento – Requerimento e Análise

A desistência ocorre ainda na fase de requerimento, sendo assim, nessa fase não há extinção de título minerário. A Figura 3 -Requerimentos e Desistência, a seguir ilustra os requerimentos e as análises de desistência entre os anos de 2005 e 2015.

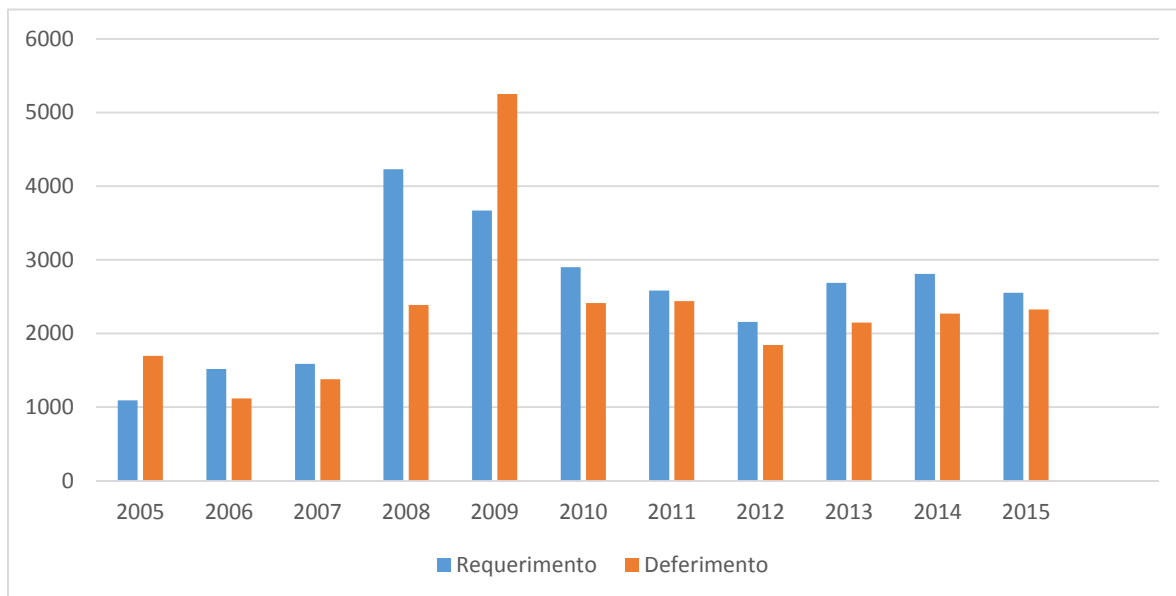


FIGURA 3. Requerimentos e Desistência

A renúncia é admitida a qualquer tempo e tem como efeito a extinção do título minerário na data da protocolização de renúncia, com a desoneração da área. Em 2013 a quantidade de requerimentos de renúncia foi a menor dos últimos anos, em consequência o esforço também foi inferior aos demais anos. A Figura 4 – Renúncia, ilustra os requerimentos e as análises de renúncia entre os anos de 2005 e 2015.

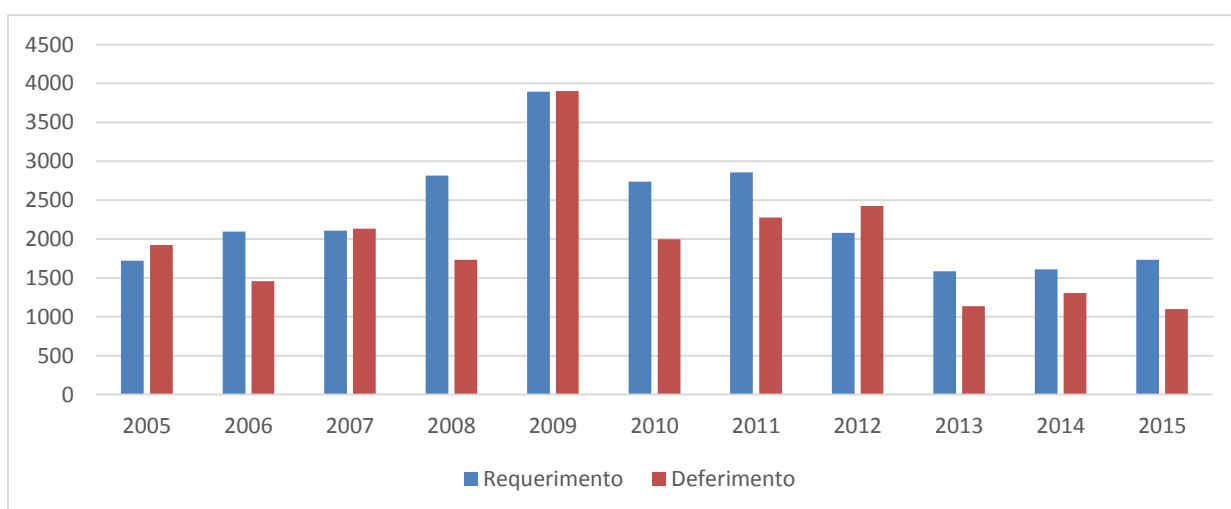


FIGURA 4. Renúncia

Foram processados em 2015 em torno de 26.121 estudos no SigÁreas, este número abrange processos que tiveram estudo de controle de áreas de qualquer natureza iniciado até

mesmo em período anterior a 2015, mas que somente adquiriram a condição de publicação da alteração no Banco de dados nesse exercício.

Dos 26.121 estudos processados, os que se iniciaram em 2015 e foram processados nesse mesmo período, atingiu o valor de 25.969 análises, quanto a estudos que iniciaram durante o ano, mas que não foram processados por não ter alcançado a condição de aptos para publicação soma-se um total de 329 estudos. Computando assim um total de 25.640 análises de controle de áreas iniciadas e concluídas no decorrer do exercício de 2015.

Foram realizadas 13 imissões de posse de jazida sendo: 7 no Ceará, 3 no Pará, 2 no Espírito Santo e 1 no Rio Grande do Sul. Embora o número de imissões pareça reduzido, vários trabalhos de vistoria de campo para levantamento de dados espaciais de Concessões de Lavra vêm sendo realizados com objetivo de retomar em toda a Autarquia o ato de se fazer demarcação das áreas de lavra de forma rotineira.

Em 2015 foram vistoriados 4.396 empreendimentos minerários e áreas não autorizadas, incluindo deslocamentos para atendimento de demandas externas. Foram analisados 9.368 projetos e relatórios técnicos nas fases de pesquisa e lavra em processos minerários.

Destaque para as auditorias nos RALs que é instrumento na fiscalização de acompanhamento da produção e das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral.

A meta física alcançada é apresentada no Quadro 12 - Resultado da Ação Fiscalização da Atividade Minerária - POs sob Gestão da DIFIS (2015). Produto: Fiscalização Realizada - Pesquisa e Lavra (informa, por item, os componentes do indicador da Ação no PPA).

QUADRO 12. - Resultado da Ação Fiscalização da Atividade Minerária

	Vitorias	Análise processual	Total	Total-Meta⁽¹⁾
Minas Gerais	515	1.409	1.924	1.687
Goiás	707	758	1.465	1.335
Bahia	401	1.022	1.423	1.228
Rio Grande do Sul	286	833	1.119	963
Santa Catarina	353	652	1.005	816
Espírito Santo	150	544	694	681
São Paulo	370	529	899	615
Paraná	205	454	659	533
Ceará	144	460	604	512
Mato Grosso do Sul	105	409	514	506
Rio de Janeiro	165	374	539	487

Mato Grosso	153	388	541	475
Pará	190	284	474	416
Rio Grande do Norte	128	208	336	285
Pernambuco	69	195	264	242
Maranhão	35	169	204	198
Paraíba	122	102	224	188
Rondônia	37	161	198	186
Tocantins	78	100	178	151
Piauí	13	127	140	137
Sergipe	48	74	122	118
Amazonas	30	61	91	86
Alagoas	59	27	86	79
Roraima	19	16	35	33
Amapá	14	12	26	20
Total	4.396	9.368	13.764	11.977

Nota: ⁽¹⁾ A coluna Total-Meta é calculada pela soma das vistorias extraídas do Relatório Gerencial Mensal mais as análises processuais registradas no Cadastro Mineiro, que são atos decisórios publicados no DOU, sendo que são excluídas as vistorias de relatórios finais de pesquisa (1B), relatório parcial de pesquisa (1C), testes de vazão de poços de água mineral (1E3) e de requerimentos de Guias de Utilização (1D), Relatórios de Reavaliação de Reservas (2E), aditamento de nova substância (2F) e renúncia de título de lavra (2J) para evitar dupla contagem das atividades realizadas.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM.

Outras atividades (aprovações, autuações e exigências técnicas) também com atos publicados no DOU são apresentados no Quadro 13 - Atos publicados no Diário Oficial da União e na Figura 10 - Exigências resultantes das fiscalizações realizadas, no anexo:

QUADRO 13. - Atos publicados no Diário Oficial da União

Evento	Quantidade
Auto de infração por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	2.808
Multa imposta por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	836
Auto de infração por não entrega de RFP	4.286
Multa imposta por não entrega de RFP	2.270
Relatório Final de Pesquisa aprovado	1.608
Relatório Final de Pesquisa negado	2.627
Relatório Final de Pesquisa arquivado	9
Relatório Final de Pesquisa sobrestado	13
Relatório de Reavaliação de Reserva aprovado	84
Relatório de Reavaliação de Reserva negado	6
Relatório de Nova Substância aprovado	40
Relatório de Nova Substância negado	3
Prorrogação do alvará de pesquisa deferida	1.210
Prorrogação do alvará de pesquisa indeferida	314
Guia de Utilização emitida	856

Guia de Utilização negada e cancelada	292
Prorrogação do início dos trabalhos de lavra	46
Aprovação de modificação de PAE em área concedida	105
Aditamento de nova substância em concessão de lavra	27
Suspensão temporária da lavra em fase de concessão	41
Renúncia ao título de concessão de lavra	15
Aprovação e não aprovação de rótulo de Água Mineral	221
Exigências publicadas em Concessões de Lavra, Registros de Licença e Permissões de Lavra Garimpeira	3.531
TOTAL	21.248

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

Também em 2015 foram realizadas 7.062 análises técnicas com decisões finais publicadas no DOU e 1.789 vistorias, pertinentes à atividade de pesquisa mineral. Decorrentes dessas fiscalizações, foram homologados no DOU 16.970 atos, conforme pode ser observado no Quadro 48 -Detalhamento das Análises Técnicas por Unidade Regional , Figuras 11 Distribuição do Total das Análises Técnicas Referentes a Pesquisa Mineral por Superintendência, Figura 12 - Distribuição das Análises Técnicas por Assunto da Pesquisa Mineral, Quadro 49 - Vistorias de Pesquisa Mineral por Unidade Regional e Evento, Figuras 13 – Vistorias de Pesquisa Mineral por Superintendência, Figura 14 – Vistorias por Assunto da Pesquisa Mineral, Quadro 50 - Atos Publicados D.O.U. Fiscalização da Pesquisa Mineral e Figura 15 - Distribuição das Publicações de Despachos Decisórios por Assunto, presentes no anexo.

As atividades desenvolvidas de Relatórios Finais de Pesquisa em termos quantitativos, foram análises e fiscalizações de relatórios de trabalhos de pesquisa apresentados ao DNPM, realizadas por titulares de áreas de autorizações de pesquisa. Dessa atividade, avaliam-se os relatórios de pesquisa dos novos depósitos minerais, que, após aprovados, serão adicionados ao patrimônio mineral do País.

Em 2015, foram analisados 5.914 relatórios de pesquisa, com decisão publicada no Diário Oficial da União, 90% da meta prevista de 6.505 relatórios, conforme Quadros 51 a 53, presentes no anexo.

Na atividade de Fiscalização de Relatórios de Pesquisa e Guias de Utilização - IFRP-GU, os relatórios de pesquisa analisados com decisão publicada no DOU, composto por todos os processos que já tenham guia de utilização emitida e Relatório Final de Pesquisa apresentado e por 100% da previsão da capacidade de análise dos relatórios finais e parciais de pesquisa no

período, mais análise de demandas de guias de utilização pendentes de decisão, conforme meta de Gratificação de Desempenho da Atividade de Recursos Minerais.

A Meta em 2015 era analisar 6.505 Relatórios de Pesquisa e 903 pedidos de Guia de Utilização, totalizando 7.408 análises. Como Resultado foram analisados 5.914 relatórios e 1.148 pedidos de Guia de Utilização, correspondendo a 7.062 análises, ou 95% da meta.

A Fiscalização da Atividade de Lavra está diretamente relacionada à Missão da Instituição, pois visa garantir o aproveitamento racional da jazida, por meio da gestão do patrimônio mineral brasileiro, a partir de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional, boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores, minimizando o impacto ambiental e local, em áreas tituladas, em cumprimento ao Código de Mineração e legislação vigente.

Em 2015, foram realizadas 2.306 análises técnicas e 1.555 vistorias, pertinentes à atividade de lavra, com destaque para as auditorias nos Relatórios Anuais de Lavra - RAL que é instrumento na fiscalização de acompanhamento da produção e das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral.

Em decorrência dessas fiscalizações, foram homologados no DOU 3.831 atos, apresentados nos Quadros 54 a 56 e Figuras de 16 a 21, presentes no Anexo.

No Exercício de 2015 foram homologadas 15 renúncias ao título de lavra, que constituem processos de fechamento de mina e 41 análises de suspensões temporárias de lavra, sendo 32 autorizadas e 9 negadas.

Em decorrência das fiscalizações foram publicadas 3.531 exigências em empreendimentos com Concessão de Lavra, Licenciamento, PLG e Registro de Extração, com destaque para as 1.060 exigências de retificação do Relatório Anual de Lavra que corresponderam a 30% do total.

Adicionalmente foram realizadas as seguintes ações da Fiscalização da Atividade de Lavra, em 2015:

- Retomadas das oficinas de trabalho junto as Chefias da Fiscalização das Superintendências do DNPM para orientação sobre as Diretrizes, Planejamento, Metas e procedimentos da fiscalização;
- Finalização do desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Fiscalização - SIGFIS;
- Novos aperfeiçoamentos Normativos para procedimentos nas ações de fiscalização, poeira em mina subterrânea;
- Aperfeiçoamentos de normas para exploração de Água Mineral.

Fiscalização de Minas de Risco-IFMR

Este índice corresponde às vistorias realizadas nas Minas Subterrâneas e nas Barragens de Mineração.

Barragens: Após a publicação da Lei nº 12.334/2010, o DNPM ficou responsável por implantar e assegurar o cumprimento da Política Nacional de Segurança de Barragens no âmbito das Barragens de Rejeito de Mineração.

Com isto, tem-se trabalhado para que esta nova atribuição da fiscalização seja internalizada pelo DNPM, até que a cultura de fiscalização de Barragens esteja inserida na rotina de trabalho da Autarquia. Sendo o principal serviço, desta atividade de fiscalização, a maior segurança para a população à jusante destas estruturas, além de buscar a implantação da cultura de Gestão da Segurança de Barragens na atividade de Mineração, promovendo também a maior aceitação da atividade minerária por parte da sociedade.

O resultado alcançado foi de 152 vistorias em barragens de mineração realizadas, todavia, em função do acidente em Mariana - MG, foram feitas várias vistorias nas mesmas estruturas remanescentes do Complexo minerário de Germano, não atingindo todas as barragens faltantes.

As atividades consistiram no acompanhamento das obras emergenciais exigidas no dique de Selinha e na barragem de Santarém, que apresentaram anomalias após o acidente na barragem de Fundão. Coube destaque às fiscalizações no Estado do Pará especialmente no último bimestre do exercício.

Minas Subterrâneas: a atividade de lavra subterrânea é considerada de alto risco. Portanto, os principais produtos desta fiscalização para a Sociedade são: garantir o aproveitamento racional da jazida, a segurança técnico-operacional desta atividade, além de garantir a Saúde e Segurança dos trabalhadores desta atividade. Função primordial do DNPM.

Em 2015, a meta acordada foi de realizar 94 vistorias técnicas, tendo sido realizadas 96 vistorias de minas subterrâneas no período, correspondendo a 102% de alcance.

Fiscalização de Minerais Estratégicos- IFME

Objetivo de fiscalizar as áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, coprodutos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos para o desenvolvimento do País, tais como as substâncias: Potássio, Fosfato, ETR's e Lítio. A Meta em 2015 era de fiscalizar 81 empreendimentos a serem vistoriados ou analisados, o resultado alcançado foi de 57 vistorias, correspondendo a 70.4% da meta.

Fiscalização de Água Mineral-IFAM

Este índice corresponde às vistorias realizadas em Complexos produtores de Água Mineral, buscando o aproveitamento racional deste recurso mineral, além de garantir a qualidade da água. A Meta em 2015 era de realizar 188 vistorias técnicas em concessões de águas minerais, representando 25% do total de concessões emitidas pelo DNPM, porém o resultado alcançado foi de 149 vistorias em empreendimento de águas minerais, correspondendo a 79% da meta.

Projeto Redução de Acidentes

Devido à falta de recursos financeiros, não foi realizado nenhum projeto. O objetivo dessa meta, em 2015, era concluir os trabalhos definidos no âmbito do TDC com a UFRGS, cujo prazo venceria ao final do primeiro semestre de 2015. Entretanto, devido à reduzida disponibilidade de recursos nesse período, não foi possível a descentralização financeira àquela instituição, impossibilitando o cumprimento da meta.

Fiscalização da Lavra Garimpeira e do Ordenamento Mineral

Teve como objetivo o desenvolvimento de ações coordenadas e integradas com as Superintendências, elaborando projetos de fiscalização da lavra não autorizada, bem como no aprimoramento de metodologias para a viabilização, formalização e fiscalização da atividade garimpeira e de empreendimentos para aglomerados minerais regionais.

Em 2015, foram realizadas 1.052 vistorias, pertinentes à atividade de atendimento de demandas externas e ordenamento mineral. Com destaque para 609 fiscalizações de denúncias em áreas irregulares, nos termos do Manual de Fiscalização da Lavra Não Autorizada, detalhado no Quadro 57 - Vistorias Efetuadas por Superintendências e Figuras 22 e 23, constante no Anexo.

Emissão de Certificado Kimberley

Após vistoria e procedimentos de controle de origem, em 2015 o DNPM emitiu 25 Certificados do Processo de Kimberley válidos, evidenciado no Quadro 14 – CPK emitidos, referentes a 34.652,13 ct de diamantes brutos avaliados em US\$ 5.697.051,45.

Desde a retomada do processo de certificação Kimberley pelo DNPM, em setembro de 2006, já foram emitidos 291 Certificados, correspondentes a 621.173,86 ct de diamantes brutos com valor acumulado de US\$ 70.654.964,46.

As Figuras 24, 25 e 26 presentes no Anexo, apresentam, respectivamente, a evolução do número de CPKs emitidos, o peso em quilates e o valor em dólares referentes à produção brasileira exportada no período entre setembro de 2006 e dezembro de 2015.

O Quadro - 14 resume os dados relativos a CPKs emitidos a partir de setembro de 2006, detalhando por ano os quantitativos de peso (ct) e valor (US\$) exportados; o número de empresas responsáveis pelas exportações; o número de municípios exportadores; e o número de áreas produtoras.

QUADRO 14. - CPKs Emitidos

Ano	Peso (ct)	Valor (US\$)	Nº de Empresas	Nº de Municípios	Nº de Áreas produtoras
2006	73.826,56	4.479.328,39	4	3	7
2007	168.070,94	18.017.143,17	12	7	18
2008	106.835,29	9.362.524,66	12	11	27
2009	35.935,19	2.012.799,40	8	9	35
2010	20.037,49	3.253.593,02	8	14	27
2011	35.773,39	4.785.536,53	8	11	27
2012	37.737,01	3.994.678,03	10	9	15
2013	55.519,58	6.693.863,20	11	11	25
2014	52.786,28	12.357.446,61	12	9	23
2015	34.652,13	5.697.051,45	07	11	15
Total	621.173,86	70.653.964,46	---	---	---

A Figura 5 - Países de destino dos CPKs brasileiros emitidos, abaixo, ilustra os países de destino dos CPKs brasileiros emitidos entre setembro de 2006 e dezembro de 2015.

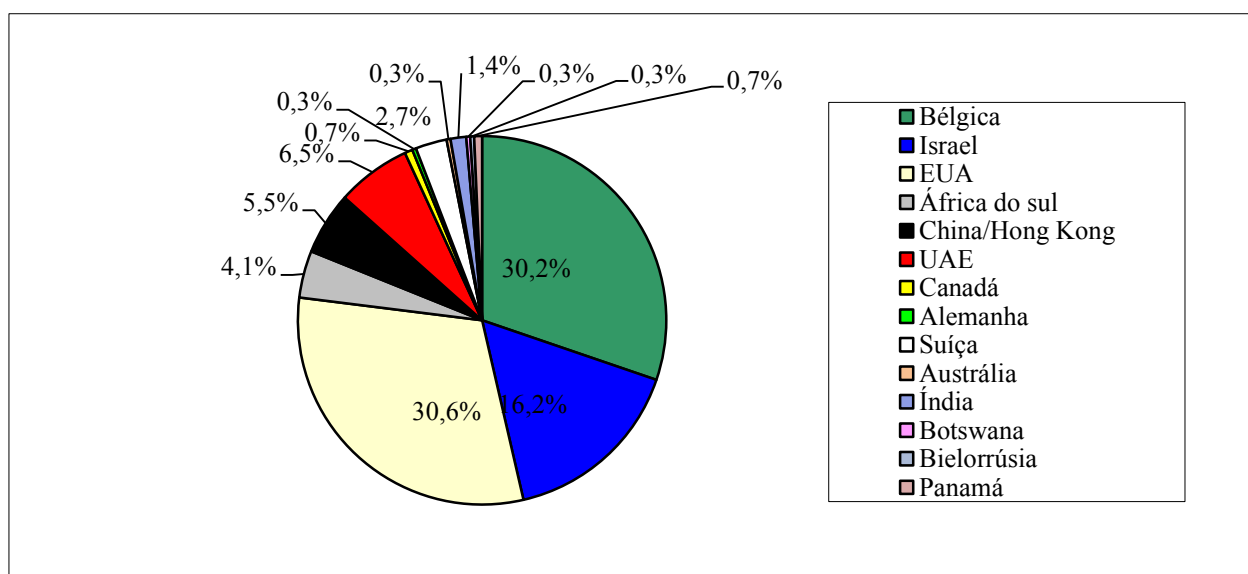


FIGURA 5. Países de destino dos CPKs brasileiros emitidos.

Proteção de Depósitos Fossilíferos

No ano de 2015 foram realizadas 11 atividades fiscalizatórias que abrangeram a verificação de ocorrências fósseis fora de áreas de mineração, acompanhamento da extração de fósseis por pesquisadores de instituições oficiais, atendimento de demandas dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, verificação de coleções de fósseis de instituições privadas de ensino e pesquisa, verificação de ocorrências fossilíferas em áreas de lavra.

Portanto, no âmbito do Plano Orçamentário 002 - Fiscalização e Proteção de Depósitos Fossilíferos, da Ação 20 WT, do PPA Exercício 2015, que previu uma meta de 12 atividades (fiscalizações), foi atingido 92% da meta, conforme Quadro 58 – Atividades Realizadas de Proteção de Depósitos Fossilíferos do Anexo.

Quanto aos salvamentos paleontológicos, 1 (um) relatório final de programa foi analisado e aprovado; 2 (dois) relatórios parciais de programa foram analisados e aprovados; 29 (vinte e nove) projetos de execução de programa foram analisados e criticados, com elaboração de exigências para autorização de coleta de fósseis; e 6 (seis) projetos de execução de salvamento paleontológico foram autorizados.

Além dos 6 (seis) salvamentos paleontológicos, foram autorizadas 10 (dez) solicitações de coletas de fósseis relativas a projetos de pesquisa científica: 3 (três) para pesquisadores estrangeiros e 7 (sete) para pesquisadores brasileiros não enquadrados no art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.146/42.

Com relação aos pesquisadores vinculados a instituições oficiais congêneres a museus nacionais e estaduais, isentos da autorização de coleta de fósseis pelo DNPM (conforme o art. 1º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.146/42), foram recebidas 101 (cento e uma) comunicações de coleta de fósseis.

Ademais, foi analisado e aprovado 1 (um) pedido de anuência de exportação de espécimes fósseis.

A Bacia do Araripe (destaque aos municípios de Santana do Cariri e Nova Olinda, o sul do Estado do Ceará; Araripina, Trindade e Ipubi, no Noroeste pernambucano; e Simões e Marcolândia, no leste piauiense) foi o principal destino dos pesquisadores paleontólogos brasileiros vinculados a instituições oficiais congêneres.

As atividades de campo por eles desenvolvidas tiveram por principal finalidade a coleta de fósseis para uso na pesquisa científica (paleontológica), e também como treinamento de graduandos em Geologia e Ciências Biológicas no decorrer de aulas práticas. A Figura 27

de Anexo apresenta os estados cujas ocorrências paleontológicas foram alvo de coleta de fósseis no ano de 2015.

Avaliação da Qualidade Técnica da Água Mineral

A equipe de químicos do DNPM avaliou no exercício de 2015 os resultados de boletins de estudos *in loco* emitidos pelo laboratório oficial LAMIN/CPRM (análises bacteriológicas completas + parâmetros obtidos na fonte + análises químicas e físico-químicas) para classificação e/ou reclassificação dos tipos de águas.

Tais boletins constam dos processos de água mineral e potável de mesa em dois eventos:

- - Na fase de pesquisa para fins de aprovação do relatório final de pesquisa;
- - Na fase de lavra, nas captações em produção a cada três anos e com possíveis desdobramentos, caso haja reavaliação de reserva de novos poços dentro das concessões.

No ano de 2015 foram emitidos 150 Pareceres Técnicos, somente na Sede. Em 2014 foram analisados 120 processos e em 2013, 88 processos. Grande parte dos Pareceres de 2015 foi gerada por necessidade de classificação e nova classificação de análises provenientes do LAMIN, segundo a Figura 6 - Distribuição dos Pareceres Técnicos Emitidos em 2015.

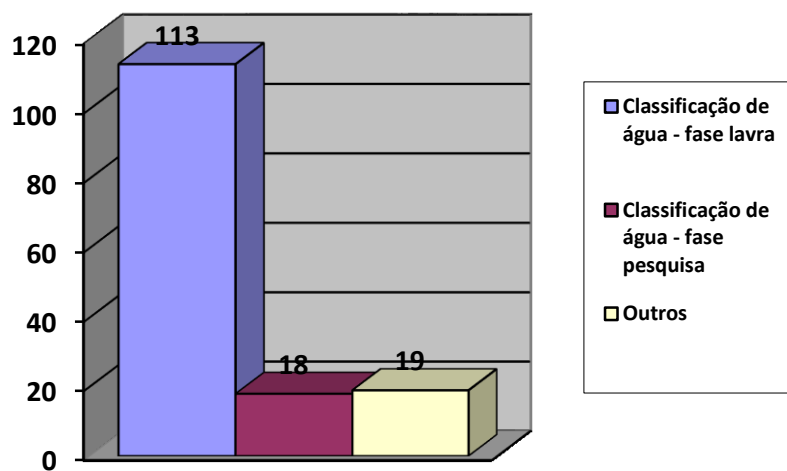


FIGURA 6. Distribuição dos Pareceres Técnicos Emitidos em 2015

Em 2015 foram emitidos apenas 4 Pareceres. A maior produção dos últimos 3 anos ocorreu em 2013, com 17 Pareceres Técnicos emitidos e 5 em 2014.

A comercialização de água mineral de procedência estrangeira no Brasil depende de autorização do DNPM. A Portaria DNPM nº 159/96 estabelece as instruções sobre o

requerimento para importação e comercialização dessas águas minerais provenientes de outros países. Com base na portaria citada, a equipe da área de química da DIFIS/DTAM analisa os requerimentos e emite pareceres técnicos que poderão ser de aprovação imediata, quando atendida plenamente a legislação ou para cumprimento de exigências técnicas visando a complementação de informações do processo, em obediência à norma legal instituída.

O ano de 2015 foi profícuo para a Comissão Permanente de Crenologia - CPC que conseguiu retomar suas atividades com 3 encontros no ano, com destaque para os seguintes assuntos:

- Dois processos minerários passaram pela CPC para avaliação de Projeto de Caracterização Crenoterápica;
- Classificação da água pelo teor de sódio - este assunto veio à pauta em várias reuniões da CPC;
- Separação de constituintes instáveis na água, ainda em análise;
- Teores de arsênio na água destinada para fins balneários;
- Interdição de fontanários públicos em estância hidromineral de São Paulo

Outro ponto relevante diz respeito aos laboratórios aptos para apresentação de análises químicas das águas junto ao DNPM. Por fim trabalhou-se para a conclusão da revisão da Portaria nº 374/2009 e revogação da Portaria nº 117/72.

Em agosto de 2015, durante o Congresso da Associação Brasileira Indústria Águas Minerais (ABINAM) foi apresentada ao público a Publicação Técnica, que está disponibilizada por meio de pen drive e no sítio eletrônico do DNPM no endereço: <http://www.dnpm.gov.br/acervo/publicacoes>.

A publicação consistiu na revisão e atualização de documento síntese sobre a situação, distribuição, classificação e significado econômico dos vários tipos de águas subterrâneas dos distritos hidrominerais do país.

A atividade de Monitoramento e Controle de Aquíferos de Águas Minerais e Termas vem sendo desenvolvida na Superintendência do DNPM em Goiás. Tal monitoramento caracteriza um modelo de gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos do Sistema Hidromineral Termal de Caldas Novas/Rio Quente - GO.

São três sistemas aquíferos caracterizados:

- Aquífero Superior (livre) associado ao capeamento de solo/manto de alteração e fraturas superficiais (xistos Araxá + cobertura detrítica da Serra de Caldas).

- Aquífero Intermediário (confinado a semi-confinado) associado aos xistos e mármores do Grupo Araxá.
- Aquífero Inferior (confinado) associado aos quartzitos, metarrilitos e metassiltitos do Grupo Paranoá.

Em Caldas Novas/Rio Quente há um total de 141 poços no sistema aquífero termal; sendo 103 em funcionamento e em monitoramento. Ainda, dos 103 poços, 13 encontram-se em área em fase anterior à concessão.

O objetivo é não acentuar o desequilíbrio no balanço hídrico do sistema aquífero termal do distrito hidromineral.

As Figuras 28 e 29, do Anexo, frutos dos monitoramentos mensais pela equipe da Superintendência do DNPM de Goiás, demonstram que, mesmo com todo o controle e bloqueio feitos, os níveis dos aquíferos termais apresentam-se em queda. Não esquecendo que tem-se enfrentado crise hídrica em boa parte das regiões do país. Desta forma, deve-se manter o bloqueio a novos alvarás de pesquisa e intensificar o monitoramento e a tomada de medidas de recuperação do aquífero, em conjunto com o órgão de recurso hídrico estadual.

A arrecadação do DNPM no exercício de 2015 superou a cifra de R\$ 1,614 bilhões, apresentando decréscimo nominal 10,97% em relação a 2014, apresentado Quadro 15 - Demonstrativo da Arrecadação no Exercício de 2015 e na Figura 7. O resultado do exercício ficou 8,49% abaixo da meta estabelecida pelo Órgão por conta do desaquecimento da economia mundial, notadamente do baixo desempenho da China, maior comprador das commodities minerais brasileiras, ressalta-se ainda a grande queda nos preços dessas commodities.

QUADRO 15. - Demonstrativo da Arrecadação no Exercício de 2015

Receitas	Total (R\$)
Exploração de Recursos Minerais – CFEM (Fonte 141)	1.519.001.456,17
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral – TAH (Fonte 129)	65.479.790,28
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH	60.589.711,23
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH (Parcelamento)	4.890.079,05
Multas previstas na Legislação Mineral (Fonte 174)	10.868.940,45
TAH	1.791.300,00
Rel. Pesquisa	2.779.876,74
Outras Multas previstas na Legislação Mineral	2.041.176,70
Multa (Parcelamento)	4.256.587,01
Certificação e Homologação da Atividade Mineral (Fonte 250)	4.413.294,46
Imissão de Posse	630.205,93
Certificado de Rochas Ornamentais	260,31
Anuência p/ Imp. de Amianto	253,56
Anuência p/ Imp. de Diamante	1.014,24
Cessão Parcial	632.224,56

Cessão Total	1.327.399,95
Certificado de Kimberley - CPK	19.533,03
Demais Atos	1.732.589,03
Transferência de Direitos	69.813,85
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral (Fonte 250)	12.232.322,47
Autorização de Pesquisa	11.467.917,08
PLG	219.525,60
Registro de Licença	543.696,37
Anuência para Aerolevanteamento Geofísico	1.183,42
Serviço Inspeção e Fiscalização (Fonte 250)	1.226.172,23
Inspeção e Fiscalização	1.218.854,96
Inspeção e Fiscalização (Parcelamento)	7.317,27
Compras e Publicações (Fonte 250)	142.699,27
Parcelamentos Cancelados	1.279.100,54
Total R\$	1.614.643.775,87

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (DIPAR)

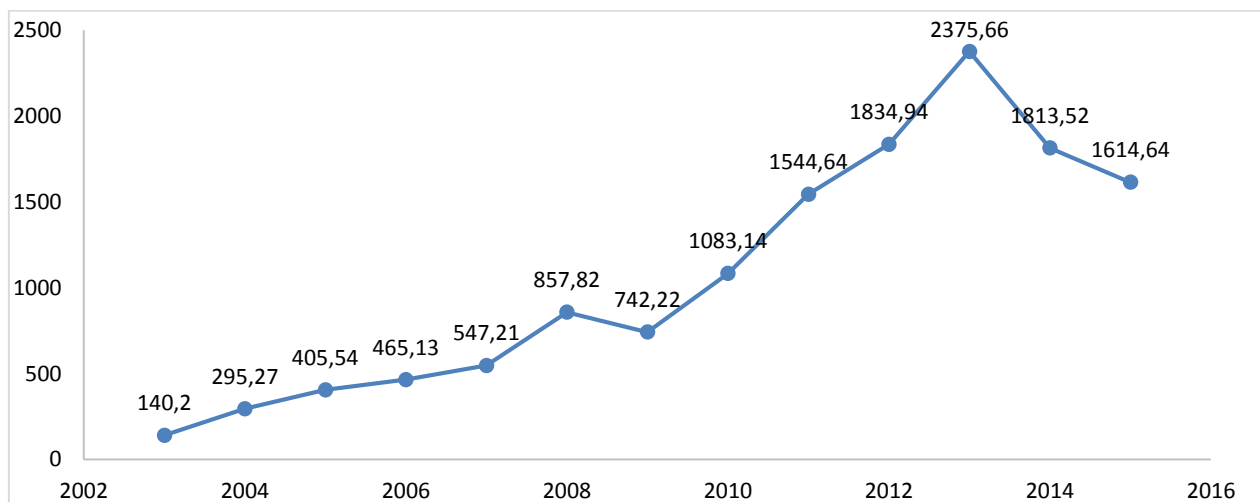


FIGURA 7. Evolução Histórica da Arrecadação CFEM – 2003 a 2015 (R\$ milhões)

Informações Relevantes sobre a CFEM

No exercício de 2014, um total de 2.465 Municípios recebeu recursos provenientes da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM; em 2015 esse número passou para 2.570 Municípios, observado crescimento de 4,25%, conforme Quadro 16 - CFEM – Evolução Comparativa.

QUADRO 16. - CFEM – Evolução Comparativa

2014 (R\$)	2015/2014 (%)	2015 (R\$)	Meta 2015 (%)	Meta 2016 (R\$)
1.813.516.034,72	-10,97	1.614.643.775,87	91,51	1.931.919.000,00

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Os ingressos de CFEM no exercício de 2015 ficaram 8,49% abaixo da meta fixada pelo DNPM. Disto cabe à União, 12% desse total, distribuídos entre o DNPM (9,8%), IBAMA

(0,2%) e ao FNDCT/MCT (2%), conforme previsto no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001/90, de acordo com o Quadro 17 – Distribuição Cotas da CFEM.

QUADRO 17. - Distribuição Cotas da CFEM (R\$ milhões)

Anos	Total	Município (65%)	Estado (23%)	IBAMA (0,2%)	MCT/FNDCT (2%)	DNPM (9,8%)
2014	1.813,52	1178,78	417,10	3,62	36,27	177,72
2015	1.614,64	1049,51	371,36	3,22	32,29	158,23

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

A queda do desempenho verificado na arrecadação da CFEM em 2015 deveu-se à recessão mundial e a forte queda nos preços dos bens minerais, notadamente no minério de ferro. O Quadro 18 apresenta o ranking para 2015 dos maiores contribuintes, das substâncias com as maiores arrecadações, dos municípios e dos estados para os quais houve o maior volume de recolhimentos, o Quadro 59 – Maior Arrecadação por Substância Mineral, o Quadro 60 – Municípios que mais Arrecadam CFEM e o Quadro 61 – Estados que Mais Arrecadam CFEM, presentes no Anexo.

QUADRO 18. - Maiores Contribuintes da CFEM no Exercício de 2015

	Empresa	Recolhimento CFEM (R\$)
1	Vale S A	465.577.526,64
2	Minerações Brasileiras Reunidas Sa	118.292.644,73
3	Samarco Mineração S A.	89.653.749,09
4	Salobo Metais Sa.	65.118.314,29
5	Companhia Siderúrgica Nacional	32.403.259,01
6	Kinross Brasil Mineração S A	17.819.680,99
7	Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.a.	16.383.240,66
8	Mineração Maracá Industria e Comercio Sa	24.801.071,20
9	Anglo American Minério de Ferro Brasil S.a	23.039.435,12
10	Congonhas Minérios S.a.	19.304.306,12

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Taxa Anual por Hectare – TAH

A arrecadação no exercício de 2015 da TAH totalizou a importância de R\$ 65,47 milhões no regime de caixa, conforme Figura 8 e Quadro 19. Os recolhimentos referentes ao primeiro período, com vencimento em janeiro atingiram 93,94% de adimplência, enquanto o registrado no segundo período vencimento em julho totalizou 91,26%. O consolidado do ano chegou a 92,72% de adimplência. Sendo assim, dos 27.069 processos devedores de TAH com vencimento em 2015, apenas 1.058 não foram pagos até o vencimento.

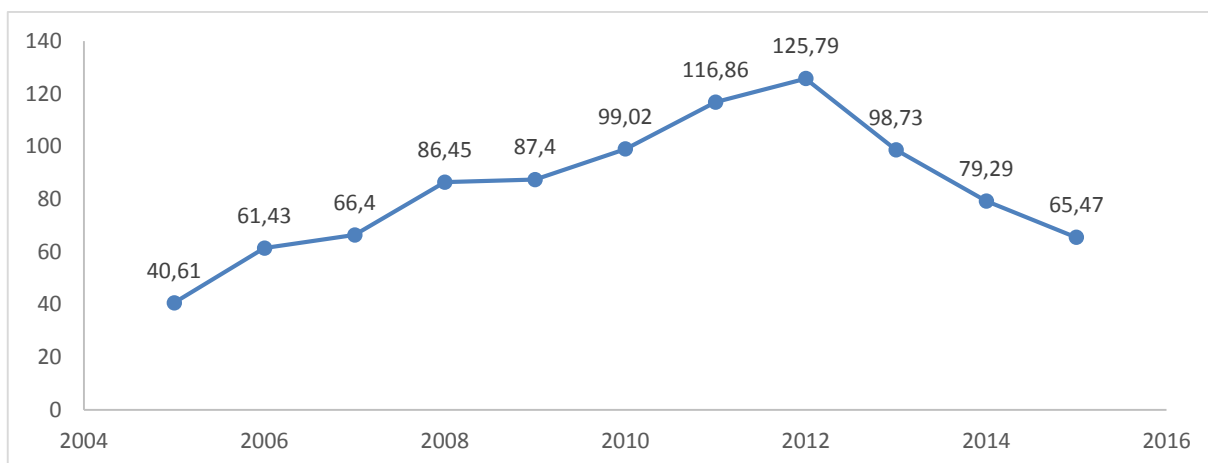


FIGURA 8. Evolução da Arrecadação da TAH

QUADRO 19. - Arrecadação da TAH em 2015

	Superintendência	Processos			R\$		
		Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
1	Superintendência - AL	82	181	99,45	369.951,09	379.874,00	102,68
2	Superintendência - AM	39	121	87,05	1.829.977,42	1.480.041,29	80,88
3	Superintendência - AP	57	33	57,89	694.957,05	347.034,70	49,94
4	Superintendência - BA	572	4141	90,57	11.391.144,11	10.049.516,54	88,22
5	Superintendência - CE	044	1031	98,75	1.860.712,82	1.820.053,10	97,81
6	Superintendência - ES	69	842	96,89	757.269,94	711.729,89	93,99
7	Superintendência - GO	53	1598	96,67	4.111.160,88	3.919.215,18	95,33
8	Superintendência - MA	24	312	96,3	1.181.788,40	1.130.748,60	95,68
9	Superintendência - MG	830	4588	94,99	10.395.647,88	9.692.072,77	93,23
10	Superintendência - MS	41	341	100	522.664,20	523.824,76	100,22
11	Superintendência - MT	979	975	99,59	4.867.323,79	4.825.361,73	99,14
12	Superintendência - PA	63	519	92,18	6.055.765,31	5.510.214,00	90,99
13	Superintendência - PB	89	486	99,39	908.517,07	899.995,39	99,06
14	Superintendência - PE	23	811	98,54	2.198.048,64	2.173.690,72	98,89
15	Superintendência - PI	12	577	94,28	2.161.318,25	2.030.086,29	93,93
16	Superintendência - PR	976	1974	99,9	1.999.080,03	1.994.068,98	99,75
17	Superintendência - RJ	75	959	98,36	758.128,26	747.417,13	98,59
18	Superintendência - RN	10	396	96,59	907.550,49	859.372,73	94,69
19	Superintendência - RO	65	344	94,25	881.639,57	760.825,14	86,3
20	Superintendência - RR	3	61	96,83	162.170,44	144.002,65	88,8
21	Superintendência - RS	443	1439	99,72	1.377.244,43	1.373.823,12	99,75
22	Superintendência - SC	839	1827	99,35	2.409.511,47	2.390.875,04	99,23
23	Superintendência - SE	08	207	99,52	485.424,54	491.806,79	101,31
24	Superintendência - SP	922	1894	98,54	2.214.940,82	2.164.773,33	97,74
25	Superintendência - TO	91	354	90,54	2.322.855,30	1.829.788,59	78,77
BRASIL		7.069	26.011	96,09%	62.824.792,20	58.250.212,46	92,72%

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Os processos minerários contendo título de Alvará de Pesquisa que geraram os recolhimentos de TAH referentes à competência de 2015 foram auditados pela Equipe de Arrecadação. Este trabalho tem a externalidade positiva de colaborar na depuração dos dados do Sistema de Outorga Mineral.

Verifica-se que a taxa de adimplência desta receita permaneceu em patamares semelhantes aos de anos anteriores. Porém, a redução na base de contribuintes derivada da retenção de novas áreas compromete o montante total arrecadado. Ou seja, por fatores alheios à esfera de competência do DNPM, esta receita tende a continuar refluindo.

Outras Receitas

Foram classificadas neste título as arrecadações das seguintes receitas, detalhadas no Quadro 20, abaixo:

- a) Multas Previstas na Legislação Mineral;
- b) Certificação e Homologações da Atividade Mineral;
- c) Serviço de Cadastro da Atividade Mineral;
- d) Serviço de Inspeção e Fiscalização;
- e) Compras e Publicações.

QUADRO 20. - Arrecadação de Outras Receitas

Receita	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Multas previstas na Legislação Mineral	11.506.025,99	10.868.940,45
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	3.979.050,12	4.413.294,46
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	12.179.124,13	12.232.322,47
Serviço de Inspeção e Fiscalização	1.566.068,04	1.226.172,23
Compras e Publicações	295.610,14	142.699,27
Total	29.525.878,42	28.883.428,88

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN

A edição da Portaria nº 314/09 do DNPM, inaugurou a utilização do CADIN, por parte da Autarquia, como instrumento de cobrança regido pela Lei Federal nº 10.522/2002 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 685/2006. Atualmente, constam do banco de dados devedores junto ao DNPM com débitos iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

Inicialmente, o CADIN foi operado diretamente no SISBACEN pelo aplicativo PASC10. Demandado à área de tecnologia da informação do DNPM e colocado em produção, o sistema informatizado de gestão de inscritos no CADIN produziu os seguintes resultados na competência alvo deste relatório, conforme Quadro 21:

QUADRO 21. - Quantitativo de inscritos no CADIN – 2014/2015

Receitas	Valor Histórico (R\$)		Nº Titulares		Nº Cobranças	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
CFEM	94.238.251,80	92.039.200,46	212	213	253	300
Taxa Anual por Hectare-TAH	3.573.035,41	3.503.506,57	476	525	711	749
Multas	4.880.316,74	4.079.069,33	769	938	1208	1416
Vistoria de Fiscalização	19.039,08	21.747,22	34	20	46	21
Total	102.710.643,03	99.643.523,58	1.491,00	1.696,00	2.218,00	2.486,00

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

2.6 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Na área de atuação de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração da Autarquia, atualmente são definidas 3 metas para Sustentabilidade da Mineração: Distrito avaliado, tecnologia mineral difundida e ação desenvolvida.

As 3 metas são mensuradas no “Índice de Desenvolvimento da Pequena Mineração” com peso de 35% na meta global (índice intermediário -PG) planejar a atividade institucional e orçamentária da autarquia e produzir informações da mineração para a sociedade, formalizadas por meio da Avaliação de Desempenho Institucional do DNPM, com ciclos trimestrais.

As metas são controladas semestralmente no sistema SIOP para fins de acompanhamento da LOA (anual) e PPA (quadrienal), e trimestralmente dentro de um ciclo anual. As atividades são geridas pela SEDE, que orienta todas as suas equipes nas Superintendências desde a concepção do projeto até a sua finalização, distribuindo recursos ao longo de cada ano. Os resultados são solicitados trimestralmente para cada projeto, além de acompanhamento das ações realizadas (associadas ou não aos projetos).

A gestão dos indicadores no DNPM tem evoluído lentamente por ausência na instituição de um “escritório de processo” para gestão dos processos, dos produtos e dos indicadores. Atualmente existe um número razoável de indicadores de desempenho, tanto na área finalística como na área administrativa, não está havendo aprimoramento dos indicadores existentes

Por exemplo, o Sistema Cadastro Mineiro permitiu um indicador proposto para medição do tempo de resposta para as demandas da sociedade na aquisição e manutenção dos direitos minerários que se mostrou ineficaz por problemas na base de geração da informação.

Um outro problema detectado diz respeito a falta de disseminação entre os servidores da existência de indicador com o propósito de avaliar o desempenho do processo no qual o servidor participa.

Com o objetivo de conhecer e avaliar as informações e sua integridade nos sistemas de suporte ao processo minerário, alguns servidores passaram a realizar reuniões semanais visitando todas as etapas do processo minerário para avaliar as informações de base para avaliação do processo.

Essas reuniões têm se desenvolvido não somente com o propósito de construir as bases para avaliar a ligação e alimentação dos diversos sistemas que foram construídos no DNPM e dão suporte ao processo minerário, com o propósito de construir as bases para elaboração de um projeto de gestão de riscos.

As diretorias foram solicitadas a elencar cinco indicadores de desempenho com representatividade no desempenho institucional para compor o rol de indicadores institucionais com o estabelecimento de metas globais e intermediárias anuais para efeito de pagamento das gratificações de desempenho do DNPM: da atividade de recursos minerais (GDARM); da gratificação de desempenho da atividade de produção mineral (GDAPM); da gratificação de desempenho da atividade administrativa do DNPM (GDADNPM) e da gratificação de desempenho da atividade administrativa plano especial de cargos do DNPM (GDAPDNPM).

O 5º Ciclo de avaliação se encerrou em 30 de abril de 2015 e a apuração dos desempenhos a partir das informações das metas globais e intermediárias alcançadas (Portaria nº 184, de 30 abril de 2014) mostraram o desempenho com o IDIM (Índice de Desempenho Institucional Médio) de 95,71%. Para o 6º Ciclo de avaliação que se iniciou em 01 de maio de 2015 foi publicada a Portaria nº 252, de 18 de junho de 2015, que se encontra ainda na apuração do terceiro trimestre.

A atividade de Arrecadação da Autarquia, apresenta abaixo, um diagnóstico da meta de arrecadação versus a receita realizada no período. A quantidade de auditorias em processos minerários realizadas durante 2015 referentes às receitas CFEM, TAH, Multas e Ressarcimento de Vistorias ante o quantitativo de servidores à disposição da Arrecadação em todo o país. A redução em relação a 2014 deveu-se ao contingenciamento que impediu o deslocamento de servidores, sobretudo no segundo semestre. O Quadro 22, apresenta o Desempenho comparado das Autuações:

QUADRO 22. - Desempenho Comparado de Autuações

Período de 01/01/15 à 31/12/15									
Auto	Imposição	Nulidade	Encaminhados PROJUR	Notificações					Total Autuações
				TAH	Multa	Vistoria	CFEM	Total	
9.618	6.563	2.043	8.925	1.934	5.487	279	1.018	8.718	44.585
Período de 01/01/14 à 31/12/14									
Auto	Imposição	Nulidade	Encaminhados PROJUR	Notificações					Total Autuações
				TAH	Multa	Vistoria	CFEM	Total	
11.321	8.867	1.779	10.957	2.481	6.496	325	2.160	11.462	55.848
Variação Percentual 2015-2014									
Auto	Imposição	Nulidade	Encaminhados PROJUR	Notificações					Total Autuações
				TAH	Multa	Vistoria	CFEM	Total	
-0,15	-0,26	0,15	-0,19	-0,22	-0,16	-0,14	-0,53	-0,24	-0,20

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Os indicadores de desempenho da atividade de Fiscalização são aqueles das Metas Intermediárias Institucionais do DNPM, que são parte da Meta Global Fiscalizar a Atividade de Mineração do País.

No exercício de 2015 trabalhou-se com indicadores do 5º ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional, no período de 1º de janeiro a 30 de abril, e com o 6º Ciclo de 1º de maio a 31 de dezembro. Houve mudanças entre um ciclo e outro. O IFAM foi substituído pelo IFEL. Também foi incluído a partir de maio o IAEM.

- Índice de Autuação de Empreendimento Minerário - IAEM (Pesquisa e Lavra): Autuações (auto de infração e/ou multa) exaradas em processos minerários com inadimplemento da legislação mineral, por não entrega de Relatório de Pesquisa (§ 1º do Art. 22 do Código de Mineração - CM) e por não entrega do Relatório Anual de Atividades (Item XVI do Art. 47 do CM, combinado com seu caput e com o Art. 50, Art. 63 e 64 do CM, e item II do Art. 100 do Regulamento do Código de Mineração - RCM). Meta: Meta pesquisa: 3.460 processos autuados; Meta lavra: 1.678 processos autuados. Meta total: 5.138
- Índice de Fiscalização de Relatório de Pesquisa e Guia de Utilização (GU) - (IFRP-GU). Meta: 6.505. Relatórios de pesquisa analisados nos termos do Art. 30 e alíneas a) e b) do item III do art. 22 do CM, com decisão publicada no DOU. Composto por 100% dos processos que já tenham emissão de Guia de Utilização e RFP apresentado e por 100% da previsão de ingresso dos relatórios finais e parciais de pesquisa no período. Meta: 903 Requerimentos de Guia de Utilização - GU analisados com decisão publicada no DOU. Composto por primeiro pedido de GUs e de novas Guias.
- Índice de Fiscalização de Empreendimento de Lavra (IFEL). Composta pela análise de processos na fase de lavra, sobre os seguintes requerimentos relacionados ao Código de Mineração - CM: de prorrogação do início dos trabalhos de lavra (item I do Art. 47); de aditamento de nova substância ao título de lavra (Parágrafo Único do Art. 47); de modificação do Plano de Aproveitamento Econômico - PAE; de suspensão dos trabalhos de lavra (Art. 58, Caput e § 2º); de renúncia de título (descomissionamento de mina) (Art. 58, Caput e § 2º), bem como, análise/auditoria dos relatórios anuais de atividades apresentados (item XVI do Art. 47 e Portaria nº

11 de 2012). Visa deixar o empreendimento sem pendências de análise no processo minerário e adimplente com a legislação mineral. Considerando autuações, demandas do Código resolvidas e vistoria realizada quando necessária. Processo minerário saneado em termos de obrigações do DNPM. Meta: 2.561.

- Índice de Fiscalização de Minas de Risco (IFMR). Composto pela Inspeção Presencial de parcela das Barragens de Mineração incluídas na PNSB + 100% das Minas Subterrâneas em produção, inclusive em áreas de Permissão de Lavra Garimpeira - PLG, conforme distribuído entre as Superintendências a seguir. Meta: 166.
- Índice de Atendimento de Demandas Externas (IADE). Composto pelo atendimento de denúncias de extração mineral não autorizada e outras demandas dos Ministérios Públicos e entidades dos executivos municipal, estadual e federal, bem como de entidades organizadas da Sociedade Civil. Meta: 528.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança da Autarquia é composta pelas instâncias internas de governança (Alta Administração), interna de apoio a governança (Auditoria Interna, comitês de apoio a governanças, Sistema de Correição e Ouvidoria), pela gestão tática (Diretorias Finalísticas) e pela gestão operacional (Superintendências).

A Alta Administração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é representada por um Diretor-Geral e cinco Diretores que analisam e decidem as matérias de competência da Autarquia, competências essas que são gerenciadas por repartições horizontalizadas, compostas pela Sede, 25 Unidades Regionais, denominadas Superintendências, 7 Escritórios, 1 Museu de Ciência da Terra, que atuam de forma descentralizada.

A instância interna de governança da Unidade é constituída pela alta Administração. Não constam da estrutura do DNPM conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria.

O Regimento Interno do DNPM prevê como instância consultiva, um Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Diretor-Geral e integrado pelos titulares das Diretorias, das Superintendências, do Gabinete, da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica, bem como pelos assessores do Diretor-Geral objetivando a formulação e o acompanhamento do plano de gestão estratégica da autarquia, com a definição de diretrizes para a operacionalização das políticas de gestão da produção mineral e a proposição de normas para o setor.

Na instância interna de apoio a governança, inclui a Auditoria Interna, instituída pelo Decreto nº4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011. Também, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014. Diretamente subordinada a Diretoria Geral, cujas atribuições e competências estão descritas neste relatório, competindo-lhe complementarmente, exames de conformidade das normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Diretor-Geral, a verificação da adequação entre os meios empregados e os resultados alcançados.

Inclui também a Unidade de Correição Secional, competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011, responsável pelo planejamento, direção, orientação, supervisão, avaliação e controle das atividades de correição, cujo detalhamento consta do item específico que trata do Sistema de Correição.

Destaca-se a existência da Unidade de Ouvidoria, também com competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011, responsável, dentre outros, por recepcionar e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões relacionadas às atividades da Unidade. Com maior nível de detalhamento de suas competências na parte específica, que trata das questões de Ouvidoria.

Em apoio à governança o Comitê de Gestão do Conhecimento (CGC) instituído por meio da Portaria nº 268 / DIRE, de 05 de julho de 2013, em conformidade com a lei 8.112/90, tem como objetivo principal, assessorar o Diretor Geral do DNPM na plena execução do Plano Anual de Capacitação do DNPM, em todos os seus objetivos gerais e específicos, incluindo o auxílio no levantamento e diagnóstico quanto às necessidades de capacitação dos servidores do DNPM e na elaboração do Cronograma Anual de Eventos e Ofertas de Cursos, bem como conceder Gratificação de Qualificação dos servidores da Autarquia.

E o Comitê de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento do DNPM, instituído conforme Portaria nº 396 de 23 de setembro de 2014, tem como objetivo caráter consultivo-deliberativo tem dentre suas competências, garantir o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação às diretrizes estratégicas do Departamento Nacional de Produção Mineral, deliberar acerca das políticas, diretrizes, planos e processos para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação.

Por fim, como instância externa de governança, responsável pela fiscalização e pelo controle, o Tribunal de Contas da União – TCU.

3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

Com a edição do Decreto nº 7.092/2010, o qual aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das funções gratificadas e funções comissionadas, o DNPM passou a ter em seu quadro além dos cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS, as Funções Comissionadas do DNPM - FCDNPM e as Funções Gratificadas FG.

Os cargos do Grupo Direção Assessoramento Superior – DAS, são cargos de ocupação transitória, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento; os seus titulares são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade responsável por sua designação.

Especificamente em relação à nomeação dos Diretores e Superintendentes Regionais é uma competência privativa do Presidente da República, conforme art. 84, XXV, da Constituição de 1988, visto tratar-se de uma Autarquia Federal, ocorre mediante indicação do Ministro de Minas e Energia.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna - AUDIN do DNPM foi criada pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011.

Em caráter complementar, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014, em atendimento as recomendações exaradas no Relatório que fundamentou o Acórdão nº TCU 577/2010- Plenário.

Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades descentralizadas.

Para as atividades a serem desenvolvidas são estabelecidas prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

No processo de hierarquização dos projetos/atividades, são avaliados os riscos das atividades a serem auditadas, a vulnerabilidade pertinente a cada uma delas e sua importância relativa.

O critério utilizado para priorização das atividades da Unidade de Auditoria Interna prevê a avaliação do risco da Unidade por meio de pontuação para cada processo/atividade passíveis de serem auditados, onde são atribuídos peso a cada variável, considerando sub variáveis; calculada a importância de cada processo; e estabelecido critério de definição das auditorias prioritárias.

O processo é dividido em etapas onde são identificadas todas atividades exercidas pela Unidade, o perfil das atividades e avaliação dos riscos correspondentes a cada uma delas.

Para tanto são elencadas todas as áreas de negócio e/ou macroprocessos da Unidade, passíveis de serem auditados, após a priorização das áreas de negócio, são relacionados e selecionados os processos/atividades relacionados a cada área de negócio e/ou macroprocessos.

Mediante a seleção dos processos/atividades, são selecionadas as Unidades Administrativas, a serem avaliadas, observando os mesmos critérios adotados na priorização das atividades.

Após a priorização das atividades e das Unidades Administrativas, é então elaborado o programa de auditoria, denominado Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, conforme disposto na IN CGU 24/2015.

Informações quantitativas e qualitativas referentes as áreas de negócios objeto das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício.

No exercício de 2015, já observados os créditos suplementares, o Departamento Nacional de Produção Mineral geriu um orçamento global na ordem de R\$ 489.234.657, sendo que dos recursos destinados a despesas de capital, o montante de R\$ 160.053.350 foi consignado em reserva de contingência. Dessa forma, pode-se afirmar que os recursos autorizados totalizaram a cifra de R\$ 329.181.307 dos quais foram empenhados e liquidados 83,96%.

No programa Temático 2041- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, a Autarquia participou por meio dos objetivos 0032, 0046, 0481, representando uma dotação de R\$ 11.900.651 da qual foi empenhado o valor de R\$ 2.995.091 e liquidado o valor de R\$ 1.990.487 correspondendo a uma execução de cerca de 25,16% do orçamento inicialmente previsto.

No Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia, estão inseridas todas as ações de sustentação das atividades da Autarquia, incluindo as ações de Pagamento de Pessoal e Benefícios dos Servidores, as Ações de Reforma e Aquisição e também a Administração da Unidade que se configura como a ação responsável por custear todas as despesas de funcionamento da Autarquia no Brasil.

A dotação final foi de R\$ 278.719.108 as despesas empenhadas e liquidadas somaram R\$ 222.922,600, o total pago foi de R\$ 217.770.720, os restos a pagar processados somaram R\$ 5.462.199,85 e os restos a pagar não processados somaram R\$ 11.430.978,55, perfazendo 84,19% do orçamento inicialmente previsto.

Execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliações comparativas entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas.

Foram realizados 15 (quinze) projetos, sendo 02 (dois) projetos vinculados à missão institucional da Autarquia, 03 (três) projetos vinculados às ações de monitoramento e ao atendimento de demanda externa, proveniente da CGU e TCU, 04 (quatro) projetos relativos às disposições contidas na legislação, 06 (seis) projetos relativos à avaliação da Gestão Administrativa da Autarquia.

Usando os quantitativos de horas planejadas para execução dos trabalhos como critério para o cálculo do peso de cada auditoria em relação ao total de auditorias do PAINT/2015 do DNPM, a execução foi de 97,16% e 93,75% relativos às HH e projetos previstos respectivamente.

Foram realizadas auditorias nas Unidades Administrativas, DNPM/Sede e Superintendências Regionais nos Estados do Amazonas, Santa Catarina, Bahia, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul, Amapá, Minas Gerais e Pernambuco, culminando com a emissão de 14 (quatorze) Relatórios de Auditoria, contendo o resultado das avaliações, dentre os quais destacamos os mais relevantes e as principais constatações:

Auditoria de Gestão – Convênios e Subvenções

Finalidade: Avaliação da conformidade das prestações de contas (parcial/final) com os normativos legais e avaliação da conformidade das despesas realizadas com o plano de trabalho aprovado.

Constatações: Não apresentação de Prestação de Contas Final;

- Ausência do relatório de execução físico financeira na prestação de contas parcial.

Auditoria de Gestão - Pagamentos contratuais

Finalidade: Avaliação do pagamento de despesas contratuais no exercício de 2014 DNPM/SEDE.

Constatações: Fragilidade na instrução processual (processos numerados incorretamente e com páginas rasuradas, identificação ilegível do fiscal de contrato);

- Ausência de notificação à contratada para regularização do SICAF;

- Inconsistência dos elementos da nota fiscal/fatura;

- Intempestividade no pagamento das faturas.

Auditoria de Gestão – Gestão de Pessoas

Finalidade: Avaliação dos atos administrativos de Gestão de Recursos Humanos (aposentadoria, cessão, remuneração).

Constatações: Intempestividade na disponibilização das informações cadastrais;

- Fragilidade na instrução processual.

Auditoria de Gestão – Gestão Patrimonial

Finalidade: Avaliação dos inventários anuais de bens móveis e almoxarifado, relativos ao exercício de 2014, acerca da conformidade com os dispositivos legais.

Constatações: Divergências de saldos entre o SIAFI e RMMA;

- Inconsistências nas informações dos relatórios gerenciais do almoxarifado;
- Divergência na contagem física dos bens em estoque;
- Inadequabilidade no armazenamento dos bens do almoxarifado;
- Existência de bens vencidos no almoxarifado;
- Fragilidades na formalização do processo de inventário de bens móveis;
- Divergências de saldos entre o SIAFI e o RMB;
- Fragilidades nos relatórios gerenciais do patrimônio;
- Inconformidade na aposição das etiquetas de registro patrimonial;
- Bens móveis não localizados;
- Fragilidade no controle da transferência dos bens.

Auditoria de Gestão - CPGF

Finalidade: Avaliação das concessões de suprimento de fundos nas superintendências (AM, SC, BA, GO, PA e RS).

Constatações: Ausência de formalização da solicitação ao suprimento;

- Execução de despesa fora do prazo de aplicação;
- Descrição insuficiente nas notas fiscais e/ou recibos, dos materiais/serviços adquiridos;
- Pagamento de encargos decorrentes de atraso no pagamento da fatura;
- Irregularidade na concessão de Suprimento de Fundos;
- Ausência de consulta ao almoxarifado acerca da existência de material;
- Não utilização do formulário de prestação de contas exigido nos normativos;
- Documentos Fiscais não emitidos em nome do DNPM;
- Aquisições caracterizadas como fracionamento de despesa;

- Aquisição de despesas não excepcionais;
- Documentos fiscais atestados pelo próprio suprido;
- Notas de empenho emitidas a título de concessão de suprimento de fundos sem informação do período de aplicação e do período de comprovação.

Auditoria de Gestão - Processos Licitatórios

Finalidade: Avaliação das aquisições ocorridas nas Superintendências do DNPM (PE, MG e AP).

Constatações: Instrução processual inadequada nas aquisições (dispensa e pregão eletrônico);

- Ausência da previsão de critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições (dispensa e pregão eletrônico);
- Contratação de empresa impedida de licitar.

Em decorrência dos trabalhos realizados foram formuladas pela Auditoria Interna, 106 (cento e seis) proposições/recomendações, de caráter operacional e estruturante, das quais 61 (sessenta e uma) foram atendidas e 45 (quarenta e cinco) encontram-se em fase de implementação.

3.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Decreto nº 7.092/2010, que alterou a estrutura regimental do DNPM, instituiu uma Unidade Seccional de Corregedoria, com competência e prerrogativas próprias das unidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal em consonância com as determinações legais. No ano de 2015, a unidade autuou 53 processos referentes a denúncias em 15 (quinze) Unidades Estaduais, conforme descritos abaixo:

- Processo Administrativo Disciplinar-PAD = 02 – (que resultaram em 2 demissões)
- Sindicância - 01
- Investigação Preliminar = 47
- Termo Circunstanciado Administrativo-TCA = 03

Atentando-se à obrigatoriedade de sua utilização pelos órgãos e entidades vinculados ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, estabelecida pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, o DNPM aderiu ao gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, tendo incluído no sistema CGU-PAD, todos os processos disciplinares desde a sua criação como autarquia em 1994. Quanto à regularidade de alimentação do referido sistema, a Corregedoria vem atendendo aos prazos estabelecidos no Parágrafo III, do artigo 1º da Portaria acima mencionada.

Em vigor desde 1º de julho de 2013, a [Lei nº 12.813/2013 \(Lei de Conflito de Interesses\)](#) criou mecanismos para que o servidor ou empregado público federal previna possíveis conflitos de interesses e resguarde informações privilegiadas. Para agilizar a comunicação entre o agente público e o Governo Federal no âmbito da nova lei, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu o SeCI - Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses. O SeCI que permite ao servidor ou empregado público federal fazer consultas e pedir autorização para exercer atividade privada. A Corregedoria Seccional do DNPM tem atuado como administrador deste sistema tendo atendido a 11 consultas, 2 autorizações e 1 encaminhamento a CGU.

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

O modelo de planejamento e gestão estratégica tem suas diretrizes básicas estabelecidas no Regimento Interno, com a previsão como instância consultiva, o Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Diretor-Geral e integrado pelos titulares das Diretorias, das Superintendências, do Gabinete, da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica, bem como pelos assessores do Diretor-Geral objetivando a formulação e o acompanhamento do plano de gestão estratégica da autarquia, com a definição de diretrizes para a operacionalização das políticas de gestão da produção mineral e a proposição de normas para o setor.

Destacamos que na definição formal dos macroprocessos decisórios da Unidade, não há clareza no fluxo de trabalho, com o encadeamento das atividades e das responsabilidades. Não há a identificação dos processos críticos para definição dos objetivos e metas da Unidade, bem como, do diagnóstico de risco envolvido nos processos estratégicos, nem a definição e riscos operacionais, de informação e de conformidade.

Apesar de ter objetivos e metas da Autarquia em diversos documentos, não é prática o diagnóstico e tratamento sistemático de riscos. Cumpre destacar que a Unidade dispõe de procedimentos de controle, no entanto não com a abrangência e razoabilidade necessária para mitigar os riscos de não atingimento dos objetivos estabelecidos para a instituição.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de Acesso do Cidadão

O DNPM tem em sua estrutura a Ouvidoria que é um canal aberto com a sociedade, garantindo uma comunicação ampla com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc.

Um dos principais objetivos da Ouvidoria é manter o diálogo entre o cidadão e o DNPM, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados pela Autarquia.

No ano de 2015, a Ouvidoria respondeu a 2.950 demandas da sociedade, em sua grande parte solicitação de informações sobre os vários temas ligados às atribuições institucionais.

A Ouvidoria também mantém um canal informativo com a sociedade, onde estão cadastrados mais de quatro mil e-mails de pessoas físicas/jurídicas ligadas ao setor mineral, que recebem informações relevantes do DNPM, como edição de novos normativos, notícias importantes do setor mineral, dentre outras. No ano de 2015, foram enviados 49 *newsletters* aos participantes dessa *mailing list* informando novas Portarias do Diretor-Geral e outros assuntos.

Desse número de 2.950 demandas, houve 44 denúncias e 39 reclamações. A maioria das demandas foi de pedidos de informações, com índice de resolubilidade de 100%.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão está disponível ao público em local com grande visibilidade. www.dnpm.gov.br → Carta de Serviços ao Cidadão. Endereço: <http://www.dnpm.gov.br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao>

4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O DNPM está passando por uma fase de transição. De autoria do Poder Executivo, está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, que vai transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração. O Projeto já está em fase final de discussão na Comissão Especial de Mineração da Câmara dos Deputados. Entende-se que o Projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2016. Com a sua aprovação, o DNPM deixa de existir e passa a existir em seu lugar a Agência Nacional de Mineração. Entende-se ser

factível começar a pensar em parâmetros para desenvolver o Sistema de Pesquisa de Satisfação após a aprovação do PL 5.807, de 2013.

4.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No que tange à transparência ativa, o DNPM mantém em seu sítio na Internet, diversos produtos com o objetivo de prestar o melhor serviço ao cidadão sem necessitar que este demande a Autarquia. É o caso de manter na referida página sistemas informatizados que registram o andamento, atualizado diariamente, dos quase 200 mil processos minerários ativos.

Grande parte das informações prestadas pelo DNPM em sua página na Internet tem atuação preponderante da Ouvidoria, por exemplo: atualização da legislação minerária, seja portaria do Diretor-Geral, do Ministro de Minas e Energia sobre mineração, ou outro órgão do Governo Federal que tenha repercussão no setor mineral; Projetos de Lei tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal que entram em tramitação naquelas casas legislativas são disponibilizados na internet, para conhecimento de toda a sociedade. Estas informações estão no canal Legislação, acompanhamento da Execução orçamentária do DNPM, atualizadas quinzenalmente, disponíveis no canal despesas.

Estatísticas de atos publicados no Diário Oficial da União, a saber: Evolução dos Títulos Minerários no Brasil; Requerimentos Protocolados por Superintendência; Alvarás de Pesquisa Publicados por Superintendência; Relatórios de Pesquisa Aprovados por Superintendência; Requerimentos de Lavra Protocolados por Superintendência; Portarias de Lavra Publicadas por Superintendência; Licenciamentos Outorgados por Superintendência; Permissões de Lavra Garimpeira Outorgadas por Superintendência; Registros de Extração Outorgados por Superintendência; Guias de Utilização Autorizadas por Superintendência; Cessões de Direitos Aprovadas por Superintendência; Arrecadação da CFEM e Arrecadação da TAH. Estas estatísticas são atualizadas mensalmente com o objetivo de informar ao cidadão o desenvolvimento do setor mineral em todos os seus aspectos. Estão disponíveis no canal Estatísticas.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão da Lei de Acesso à Informação no DNPM e disponibiliza as suas estatísticas de atendimento em seus Relatórios da Ouvidoria. Também no Relatório da Ouvidoria são disponibilizadas estatísticas, por Superintendências, de Inquéritos Cíveis Públicos, abertos pelo Ministério Público Federal no que concerne às possíveis irregularidades cometidas por empresas de mineração/pessoas físicas por danos ao meio

ambiente ou ao patrimônio público. Também estão disponibilizadas estatísticas da atividade de mineração no canal Economia Mineral, além de outros produtos. Possui também um Sistema de geoprocessamento que qualquer cidadão pode verificar todos os títulos minerários no seu Estado, no seu Município vendo espacialmente sua distribuição geográfica.

Para se ter uma ideia da importância da transparência ativa, no ano que a Ouvidoria foi implantada, em 2010, foram recebidas 5.512 manifestações da sociedade. Com o aumento da disponibilização de vários outros produtos e serviços, ao longo dos últimos anos, em 2015 foram recebidas apenas 2.950 demandas, isto esclarece que ao invés de aumentar a demanda, ela foi diminuída em 46,5%, fruto desse trabalho de disponibilizar o maior número possível de informações ao público usuário que deixa, naturalmente, de demandar a Autarquia.

Também estão disponíveis ao público Relatórios de Gestão em lugar bem visível, no *front page*, no canal Prestação de Contas e inclui o Relatório do TCU Prestação de Contas Anuais, no endereço <http://www.dnpm.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas>.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho Financeiro do Exercício

A execução financeira no DNPM no exercício de 2015 foi muito crítica, tendo em vista que 100% das despesas discricionárias foram fonteadas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG na fonte 0141 – CFEM, e a execução desta UG ficou condicionada a repasse recebido.

O atendimento das Programações Financeiras realizadas por esta autarquia ao MME ocorreu de forma parcial, ocasionando o atraso do pagamento das obrigações liquidadas. Com isso esta Unidade Gestora culminou na inscrição do valor de R\$ 13.644.403,99 em Restos a Pagar Não Processados e R\$ 7.599.999,58 em Restos a Pagar Processados, que somados chegam ao montante de R\$ 21.244.403,57.

Cabe ressaltar que os Restos a Pagar Não Processados em valor vultoso se justificam pela suplementação ocorrida no final do exercício, sem tempo hábil para liquidação.

Os repasses recebidos foram insuficientes para a manutenção de despesas do órgão, o que indiretamente impactou na execução das atividades da instituição.

O repasse recebido no montante de R\$ 32.300.294,29 ficou aquém do solicitado R\$ 69.446.926,28, o que gerou a inscrição significativa de Restos a Pagar, no valor total de R\$ 21.244.403,57.

5.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O DNPM adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que se refere aos critérios e procedimentos contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Algumas Superintendências do DNPM ainda não estão aplicando integralmente os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, devido as dificuldades estruturais de recursos humanos e inobservância das orientações, pelos servidores responsáveis, da

Macrofunção 020330 e da Seccional Contábil – DNPM Sede, quanto a essas obrigações contábeis;

A metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica dos bens foi a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, e a obsolescência tecnológica. No caso de bens que sofreram reavaliação ou redução ao valor recuperável e que ainda tinham vida útil, a depreciação foi recalculada e registrada sobre o novo valor;

A metodologia adotada no cálculo da depreciação foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. Quanto ao cálculo dos encargos de depreciação foi utilizado o método das quotas constantes tanto para os bens adquiridos ou colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, quanto para os bens adquiridos anteriormente a dezembro de 2009, que foram reavaliados e que ainda possuíam vida útil econômica. Ainda não foi realizada amortização nos bens do DNPM devido tal procedimento estar a critério de cada UJ, conforme descrito na Macrofunção SIAFI 020330. Quanto à exaustão, não há bens passíveis de exaustão no patrimônio do DNPM;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, quando referentes ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada a tabela descrita na Macrofunção SIAFI 020330, e quando o bem não estivesse incluso na mesma, o cálculo de valor residual foi feito por similaridade;

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração do imobilizado dos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, foi a aplicação do teste de recuperabilidade dos mesmos, depois verificação do valor de mercado, e quando não era possível foi estipulado um valor de consenso pela utilidade de cada bem, para espelhar o valor justo dos mesmos e que não possuíam valor econômico nos registros contábeis do Órgão. Quanto à avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos, dívidas e dos investimentos, foram realizadas conciliações nas referidas contas e apuradas junto ao Departamento Financeiro do Órgão os registros em contas contábeis específicas. Quanto à avaliação e mensuração dos estoques foram executadas mediante a realização de inventário. Quanto à avaliação e mensuração do intangível e do diferido não foram realizadas ainda devido não ter prazo estipulando sua realização na Macrofunção SIAFI 020330;

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pelo Órgão no exercício 2015 foi um aumento de R\$ 1.601.755,37 (um milhão, seiscentos e um mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) na Conta Contábil 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis, em relação ao ano de 2014.

5.3 Demonstrações Contábeis Exigidas Pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

No anexo estão presentes no Quadro 62. - Balanço Financeiro 2015, Quadro 63. - Balanço Orçamentário 2015, Quadro 64. - Balanço Patrimonial 2015, Quadro 65 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa 2015 e Quadro 66. - Demonstrações das Variações Patrimoniais.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

QUADRO 23. - Força de Trabalho do DNPM

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		987	00	37
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00		00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		987	00	37
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2061	949	00	37
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		35	00	05
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários		00	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		19	00	02
4. Total de Servidores (1+2+3)		1006		

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, >GRCOSITCAR (SERVIDOR P/ SIT. FUNC. /CARGO)

QUADRO 24. - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	490	497
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	490	497
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	453	496
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	35	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	499	507

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, >GRCOSITCAR (SERVIDOR P/ SIT. FUNC. /CARGO) e SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, >GRCOREALSE (QUADRO REAL DE SERVIDORES)

QUADRO 25. - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do DNPM

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	40		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	40	12	12

1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		19	03	03
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		05	02	02
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		3	00	02
1.2.4. Sem Vínculo		19	07	07
1.2.5. Aposentados		00	00	00
2. Funções Gratificadas	118	107	47	48
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	118	107		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	165	147		00

Fonte: SIAPE, >ADCOPREFUN; SIAPE, ADMINIST, VAGADET, PREVLOT, ADCOPRELOT (CONS. PREVISAO LOTACAO NA UA); Planilhas de controle de funções do SGCB/CRG/DGADM. Seguindo a terminologia, não foram contabilizadas as 214 funções comissionadas (FCDNPM) autorizadas. Sendo que dessas 214, 207 funções estão ocupadas efetivamente. Ao consultar o SIAPE na fonte citada foram trazidas 119 funções gratificadas (FG), sendo que 01 consta como não distribuída, 107 como efetivamente ocupadas e 11 vagas.

A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades das unidades mantém a condição de insuficiente, conforme já mencionado em relatórios nos anos anteriores. Tal situação vem se agravando com as aposentadorias dos servidores do Plano Especial de Cargos -PEC e com o preenchimento de requisitos para recebimento do abono de permanência que ensejará na saída a qualquer tempo dos servidores beneficiados.

Uma vez que não há cadastro de reserva a ser gerido pela autarquia, o impacto das aposentadorias sobre a força de trabalho disponível, significará uma perda de aproximadamente 54% da força de trabalho nos próximos 5 anos, conforme Quadro 26, sendo que 32% pode se aposentar a qualquer momento.

QUADRO 26. - Situação da Força de trabalho:

Total de servidores ativos: 985*, sendo:

PCC – 450 , 2 com abono de permanência (Espec. Rec Min.)

PEC – 535, onde 356 com abono de permanência**

Fonte: SIAPE, 12/02/2016. Dados Serviço de aposentadoria

*Incluídos os servidores cedidos.

** foram identificados servidores com direito ao abono em 2016, incluídos no total de abonos concedidos.

Dos 535 servidores do PEC, 323 já recebem o abono de permanência. Em levantamento recente, foram identificados mais 35 servidores com direito ao abono de permanência em 2016. Sendo assim, para efeito desta análise, foram considerados 358 servidores com abono de permanência, sendo 2 servidores ocupantes do cargo de Especialista em Recursos Minerais do Plano de Cargos e Carreiras criado pela Lei nº 11.046/2004. A

distribuição dos servidores com abono por Uorg foi apresentada no Quadro 27 – dados da lotação de dez/2015.

QUADRO 27. - Lotação Geral X Abono de Permanência

CARGOS / UORG	SEDE	1 DS	2 DS	3 DS	4 DS	5 DS	6 DS	7 DS	8 DS	9 DS	10 DS	11 DS	12 DS	13 DS	14 DS	15 DS	16 DS	17 DS	18 DS	19 DS	20 DS	21 DS	22 DS	23 DS	24 DS	25 DS	SERV.	
	DF	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	AC	
TOTAL* : (ATIVO PERMANENT)	165	42	46	77	51	57	65	53	34	41	48	49	28	21	30	16	19	9	10	10	31	11	16	17	15	10		
Quantidade servidores com abono de permanência	74	12	9	7	27	21	35	18	18	8	20	14	9	5	5	2	9	-	3	3	6	3	3	2	4	2	-	
%	44,85	28,6	19,6	9,09	52,9	36,8	53,8	34	52,9	19,5	41,7	28,6	32,1	23,8	16,7	12,5	47,4	0	30	30	19,4	27,3	18,8	11,8	26,7	20	####	
*Servidores em exercício nas unidades																												

Não foram contabilizados os servidores cedidos e os novos abonos a serem requeridos/concedidos em 2016.

Dos 179 servidores do PEC que não recebem o abono, 138 encontram-se na faixa etária entre maior/igual a 51 e 65 anos. Estes estarão aptos a receberem o abono de permanência nos próximos 3-6 anos. Sendo assim, estima-se que 93% dos servidores do PEC irão se aposentar nos próximos 6 anos (Quadro 28).

QUADRO 28. - Estimativa de Aposentadorias nos próximos 5 anos.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa aposentadorias/ano	356 + 2 ERM	35	20	23	24	14	22
Situação quadro PEC - Lotação em fev /16: 535	179	144	124	101	77	63	41

Em relação à Capacitação, a meta para o exercício de 2015 foi a elaboração de uma política voltada para a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação e desenvolvimento na Autarquia. Este trabalho resultou na publicação da Portaria nº 178-DIRE, de 16 de abril de 2015, que dispõe sobre a Política de Capacitação no âmbito do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Os procedimentos seguidos para implementação da Política de Capacitação, no exercício 2015, foram:

- Divulgação dos novos critérios e procedimentos necessários para o acesso à capacitação, na intranet, Portal RH;
- Realização do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) 2015;
- Elaboração do Calendário Anual de Cursos (CCA)2015;
- Realização do LNT para 2016 e elaboração do CCA 2016; e
- Elaboração de dois editais de afastamento para programa de pós-graduação com ônus limitado para o DNPM, sendo o primeiro para o exercício de 2015 e

o segundo para o exercício de 2016 (publicados em Boletim Interno Extraordinário, BIE nº 08/15 e BIE nº 17/15).

Ressalta-se que, apesar do esforço no cumprimento das metas supramencionadas, a execução do Calendário Anual de Cursos 2015 (CCA), previsto na Portaria nº 178/2015 e publicado em Boletim Interno nº 18, de 30/09/2015, às fls 16 a 24, denominado Plano Emergencial de Capacitação (Memo. 095/DGADM, 03/09/2015), não foi concluída em razão do contingenciamento sofrido para a capacitação para atendimento do corte orçamentário anunciado pelo governo federal naquele ano.

Os números da capacitação em 2015 foram: 37 servidores capacitados, com R\$ 56.403,20 de recursos, sendo R\$ 49.017,20 da Administração, R\$ 1.476,00 da DIPLAM e R\$ 5.910,00 da DIFIS.

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O DNPM, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), utiliza os sistemas SIAPE e SIAPECAD como fontes de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista. E estes sistemas não disponibilizam os dados no nível do detalhamento requerido.

Contudo, a área de Recursos Humanos do DNPM ainda está na dependência do desenvolvimento de um sistema interno que permita extrair os dados dos sistemas estruturadores do governo federal (SIAPE e SIAPENET) e adequar as informações à demanda exigida no Relatório de Gestão. Esse sistema ainda não está concluído.

6.1.3 Informações Sobre os Controles Para Mitigar Riscos Relacionados ao Pessoal

Em 17/11/2015 foi enviada ao Ministério de Minas e Energia a solicitação de autorização para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos. Os autos retornaram para o DNPM a fim de que fossem atendidos os critérios do Decreto nº 6.944/09, que dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, mais especificamente ao art. 2º.

Assim, buscou-se junto às diretorias finalísticas justificativas para a solicitação de pessoal alinhadas à apuração das metas inseridas no PPA - 2016/2019. Foi realizada a revisão do material a fim de que fossem atendidas as exigências legais de modo a fundamentar o pedido de concurso público para o ano de 2017. Neste trabalho, ficou demonstrado o impacto do não

atendimento da demanda solicitada (admissão de pessoal) no cumprimento dos macroprocessos e metas previstas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do DNPM-MME.

Apurou-se junto às diretorias um déficit de servidores frente as atribuições regimentais e um passivo gerado, destacando-se a relevância dos acontecimentos marcantes para a mineração no ano de 2015 e o aumento substancial das demandas junto ao DNPM. Este estudo está em fase de finalização para reenvio ao MME com vistas ao Ministério do Planejamento.

Através do levantamento de necessidade de pessoal foi apurado o quantitativo necessário, que está além das vagas apuradas dentro dos limites legais.

Soma-se a tudo isso os indicadores apresentados pela CRH. Esclarecemos que eles são solicitados pela alta administração para auxiliar na tomada de decisão quanto a afastamentos, concurso público, realocação de pessoal.

Os indicadores de pessoal são sinalizadores da realidade sentida pela instituição: baixo número de servidores para atender as atribuições dos diversos setores e a expectativa do impacto das futuras aposentadorias (percentual de servidores com abono), e evasão dos contratados nos últimos concursos. Além destes, o per capita da capacitação.

Servidores com abono de permanência: 36% (Figura 9).

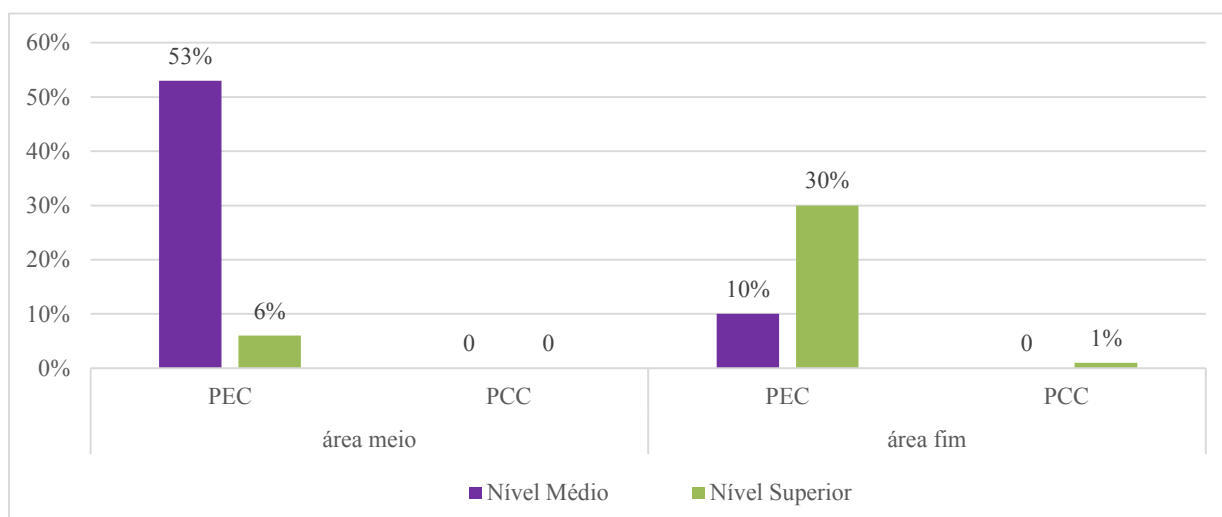


FIGURA 9. Percentual servidores PEC/PCC com abono por área/cargo/nível

Demonstra a criticidade do quadro funcional indicando a perda de 54% da força de trabalho nos próximos 5 anos. Observa-se que o PEC área meio, nível médio, apresenta o maior quantitativo de servidores com abono. A área fim apresenta o maior quantitativo de servidores com abono nos cargos de nível superior (Quadro 29). Em análise recente foram identificados aproximadamente 35 servidores com direito ao abono. Este quantitativo foi contabilizado e os números são:

- Total PEC (meio/fim) com abono em 22/02/2016: 323 (Incluídos 2 Especialistas Recursos Minerais);
- Total PEC (meio/fim) com abono em 22/02/2016: 358 somados os 35 que poderão requerer abono em 2016);
- Lotação DNPM em fev/2016: 985;

QUADRO 29. - Abono de Permanência

Área Administrativa	PEC com abono	PEC sem abono	PCC com abono	PCC sem abono
Nível médio	190	102	0	72
Nível superior	22	5	0	81
Total com/sem abono	212	107	0	153
Área Fim	PEC com abono	PEC sem abono	PCC com abono	PCC sem abono
Nível médio	38	20	0	41
Nível superior	106	52	2	254
Total com/sem abono	144	72	2	295

Os Quadros 30 e 31 apresentam o Relatório da Situação dos Cargos em fevereiro de 2016:

QUADRO 30. - Plano de Cargos e Carreiras (PCC)

Cargo PCC	Nível	Ocupados	Desocupados	Total	Total com abono	% ocupação
Especialista RM	NS	256	534	790	2	32
Analista Administrativo	NS	81	119	200	0	40,5
Técnico Atividades de Mineração	NI	41	372	413	0	10
Técnico Administrativo	NI	72	128	200	0	36
		450	1153	1603	2	

Fonte: SIAPE.

QUADRO 31. - Plano Especial de Cargos (PEC)

Cargos PEC	Nível	Ocupados	Total com Abono	Direito ao abono em 2016
Administrador	NS	18	12	1
Arquivista	NS	6	6	
Bibliotecário	NS	2	2	
Economista	NS	18	12	1
Engenheiro	NS	42	25	2
Geógrafo	NS	1	1	
Geólogo	NS	95	55	7
Químico	NS	2	2	
Téc. Assuntos Educ.	NS	1	-	1
Agente Administrativo	NI	157	90	7
Agente Serv. Engenharia	NI	5	4	

Agente de Portaria	NI	16	3	1
Agente de Vigilância	NI	12	6	1
Agente Telecom/Eletric	NI	6	2	
Artífice Artes Gráficas	NI	1	1	
Aux. Serv. Diversos	NI	1	1	
Aux. Oper. Serv. Diversos	NI	5	5	
Datilógrafo	NI	37	26	3
Desenhista	NI	6	2	
Motorista*	NI	1	1	
Motorista Oficial*	NI	27	18	2
Perfurador Digital	NI	1	1	
Téc. Contabilidade	NI	18	13	2
Téc. Cartografia	NI	13	10	1
Téc. Recursos Minerais	NI	38	17	6
Telefonista	NI	1	1	
Auxiliar de Artífice*	NA	1	1	
Aux. Oper. Serv. Diversos*	NA	4	4	
		535	321	35

* Cargos a serem extintos pela Lei nº 11.046/2004. Ocupados em 02/2016.

Fonte: SIAPE

O PEC representa 54% da força de trabalho da autarquia, dos quais 66% podem se aposentar a qualquer tempo. O que representa uma perda de 36% da força de trabalho.

O Turn over é de 20%, considerando os contratados nos últimos concursos - ocupação atual = Evasão (médio do somatório por cargos/níveis):

QUADRO 32. - Situação dos Cargos da Carreira do DNPM

	Lei 11.046/2004	Autorizadas em concursos	Ocupadas
Especialistas em Recursos Minerais	600	281	256
Técnicos em Atividades de Mineração	200	45	41
Analistas Administrativos	200	101	81
Técnicos Administrativos	200	129	72
TOTAL	1200	556	450

Custo médio de treinamento:

QUADRO 33. - Custo de Treinamentos

Exercício	Número de servidores capacitados	Recurso investidos	Valor médio /servidor:
2013	193	R\$ 388.796,14	R\$ 2.014,48
2014	429	R\$ 581.837,63	R\$1.356,26
2015	37	R\$ 56.403,20	R\$ 1.524,41

Os indicadores apresentados auxiliaram na implantação da proposta de ações de capacitação por instrutoria interna, cujo objetivo é capacitar um maior número de servidores com menor valor per capita.

Resultados observados no ano de 2014, quando o aumento de servidores capacitados foi possível pela otimização de recursos favorecida por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC. Porém, a proposta ficou prejudicada no exercício seguinte devido ao contingenciamento da Capacitação 2015.

A execução do Calendário de Cursos Anual 2015 (CCA), previsto na Portaria nº 178/2015 e publicado em Boletim Interno, não foi concluída em razão do contingenciamento sofrido para a capacitação para atendimento do corte orçamentário anunciado pelo governo federal naquele ano.

Ao observar os indicadores acima apresentados, conclui-se que um órgão de mais de 80 anos que realizou apenas dois concursos públicos, com evasão de 20% da mão -de -obra contratada para a carreira em formação, e 36% de sua força de trabalho com abono de permanência, somado ao baixo investimento na capacitação, está em vias de um colapso. Portanto, resta clara a importância destes indicadores para a instituição.

Por oportuno, fazemos menção a outra situação que tem trazido impacto na gestão de pessoal, especialmente nas unidades do DNPM MG e DNPM ES. Trata-se dos empregados públicos anistiados.

O DNPM recebeu em 2010 a incumbência da gestão de empregados anistiados oriundos das extintas Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Brasileira de Projetos Industriais. O quantitativo de empregados geridos pelo DNPM, em 2014, era de 664 funcionários que passaram a fazer parte do quadro em extinção da Autarquia, embora com exercício em outras instituições.

A administração do DNPM não estava preparada para assumir tal responsabilidade, em virtude de não contar em seus quadros com equipe experiente em CLT, uma vez que o regime próprio da autarquia é o RJU. Para a realização das ações pertinentes ao ingresso de tais funcionários no DNPM, foi constituído um Grupo de Trabalho e providenciado um curso de capacitação que abrangeu, além de seus membros, outros servidores da Coordenação de Recursos Humanos que atuavam na área de administração de pessoal.

Dada a complexidade das questões que envolvem a gestão dos anistiados, em 2015, foi constituída uma comissão específica com representantes das coordenações vinculadas à DGADM (Contabilidade, Financeira, Logística e Recursos Humanos) no intuito de obter

atuação mais ampla da administração na gestão, análise e tomada de decisões (Portaria nº 81-DIRE, 12/02/2015).

Assim, o trabalho em questão vem sendo realizado, no entanto, considera-se que de forma precária. Os servidores envolvidos com a atividade não contam com um setor de normas para auxiliar na aplicação da legislação. Apesar da continuidade do trabalho, no decurso do tempo, não houve a absorção suficiente, pelos servidores, de conhecimento pertinente ao regime da CLT, para o amplo volume de informações nos casos mais diversos que se apresentam. Os envolvidos na rotina do trabalho carecem da segurança jurídica necessária e condicional para o trabalho.

Como a maioria dos colaboradores anistiados está com idade avançada e possui formação acadêmica e perfil profissional divergente da necessidade da autarquia, a sua absorção para a redução dos impactos de aposentadorias dos servidores do DNPM é praticamente impossível. Esta informação faz-se necessária devido ao fato de os órgãos de controle e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contarem esta mão-de-obra como efetiva do DNPM.

Informa-se o quantitativo atual de empregados geridos pelo DNPM (Quadro 32), com destaque para as unidades regionais de Minas Gerais e Espírito Santo:

QUADRO 34. - Empregados geridos pelo DNPM

ESTADO	GERIDOS PELO DNPM	EM EXERCÍCIO NO DNPM
BAHIA	2	0
BRASÍLIA	11	2
CEARÁ	1	0
ESPÍRITO SANTO	255	30
MINAS GERAIS	331	11
PARÁ	18	8
PIAUI	1	0
RIO DE JANEIRO	51	5
SANTA CATARINA	2	0
PARANÁ	1	0
TOTAL GERAL:	673	
EM EXERCÍCIO NO DNPM:		56
CEDIDOS GERIDOS PELO DNPM:		617

6.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Unidade Contratante						
Nome: Departamento Nacional de Produção Mineral						
UG/Gestão: 323002/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
		(CNPJ)	Início	Fim		
2009	Técnico em Secretariado	78.533.312/0001-58	30/10/2009	29/10/2015	Médio	E
2009	Manutenção predial	37.168.960/0001-75	18/09/2009	17/09/2015	Fundamental e Médio	E
2009	Brigadista	04.621.879/0001-40	31/08/2011	30/08/2015	Médio	E
2010	Motoristas	04.356.735/0001-03	01/12/2010	30/11/2015	Fundamental	P
2013	Recepcionista	11.545.051/0001-15	01/07/2012	30/06/2015	Médio	E
2014	Manutenção sistema de ar condicionado	14.081.201/0001-75	09/05/2014	08/05/2015	Fundamental e Médio	P
2009	Limpeza e higiene	00.478.727/0001-89	27/05/2015	26/05/2020	Fundamental	P
2012	Copeiragem	01.708.458/0001-62	29/08/2012	28/08/2015	Fundamental	P
2013	Manutenção ambiente tecnológico	37.057.387/0001-22	02/01/2013	01/01/2016	Fundamental e Médio	P
2008	Segurança armada e desarmada	03.497.401/0001-97	02/01/2009	01/01/2014	Fundamental	E
2015	Técnico em Secretariado	12.879.878/0001-28	03/11/2015	02/11/2016	Médio	A
2015	Manutenção predial	03.591.509/0001-44	01/12/2015	30/11/2016	Fundamental e Médio	A
2014	Segurança armada e desarmada	08.931.820/0002-90	30/12/2014	29/12/2019	Fundamental	P

Fonte: SIAFI e Processos DNPM n°s 48400.000991/2015, 48400.000935/2015, 48400.001157/2010, 48400.000291/2013, 48400.001.928/2013, 48400.000.851/2014, 48400.000.804/2012, 48400.001.219/2015, 48400.001.651/2013, 48400.000.991/2015, 48400.000.935/2015 e 48400.002110/2006.

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM em Alagoas						
UG/Gestão: 323027/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	APOIO ADMINISTRATIVO	00.977.166/0001-62	01/06/2011	31/05/2016	Médio	A
2011	VIGILÂNCIA SEGURANÇA E	06.996.393/0002-00	01/06/2011	23/06/2015	Médio	E
2014	LIMPEZA CONSERVAÇÃO E	18.301.321/0001-91	23/04/2014	22/04/2016	Fundamental	A

Fonte: SIASG/SICON

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Amazonas						
UG/Gestão: 323010/32263						

Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2013	VIGILÂNCIA SEGURANÇA E	02.103.266/0001-95	28/10/2013	28/10/2014	SEM EXIGÊNCIA	P	
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E	05.897.975/0001-88	20/06/2014	20/06/2015	SEM EXIGÊNCIA	E	
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E	14.296.468/0001-80	14/07/2015	12/01/2016	SEM EXIGÊNCIA	E	

Fonte: SIASG/SICON

Unidade Contratante							
Nome: Superintendência do DNPM no Amapá							
UG/Gestão: 323018/32263							
Informações sobre os Contratos:							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2014	APOIO ADMINISTRATIVO	07.304.842/0001-86	20/03/2015	31/12/2015	Superior, Médio e Fundamental	A	
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	13.714.479/0001-70	27/01/2015	27/01/2016	Fundamental	A	
2013	VIGILÂNCIA SEGURANÇA E	09.500.531/0001-18	08/11/2014	08/11/2015	Médio	A	

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/DNPM/AP

Unidade Contratante							
Nome Superintendência do DNPM na Bahia							
UG/Gestão: 323009 / 32263							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2013	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	01.785.444/0001-42	19/09/2013	30/09/2016	Técnico.	A	
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	12.095.751/0001-18	23/12/2013	23/12/2015	Médio e Fundamental	E	
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	16.364.275/0001-44.	13/03/2015	15/03/2016	Fundamental	A	

Fonte: DGADM - Bahia

Unidade Contratante							
Nome Superintendência do DNPM no Ceará							
UG/Gestão: 323012 / 32263							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			

2012	APOIO ADMINISTRATIVO	11.399.787/0001-22	24/10/2012	23/10/2015	Fundamental	E
2012	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	04.808.914/0001-34	01/08/2012	31/12/2015	Fundamental	E
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	14.828.536/0001-04	14/01/2015	30/09/2015	Fundamental	E
2015	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	86.960.598/0001-86	02/05/2015	01/05/2016	Fundamental	A

Fonte: DGADM - Ceará

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA DO DNPM/ES						
UG/Gestão: 323022/32263						
Informações sobre os Contratos: CONTRATO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	13.037.586/0001-00	21/03/2015	21/03/2016	Médio	A
2011	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	10.330.894/0001-31	30/10/2015	29/10/2016	Médio	A

Fonte: DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Goiás						
UG/Gestão: 323008/32263						
Informações sobre os Contratos: CONTRATO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/APOIO ADMINISTRATIVO/VIGILÂNCIA ARMADA						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	LIMPEZA e CONSERVAÇÃO	10.999.557/0001-31	30/06/2011	30/06/2016	Sem exigência	A
2014	APOIO ADMINISTRATIVO	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015	Médio e Superior	I
2013	VIGILANCIA ARMADA	01.160.949/0001-11	01/10/2013	01/10/2016	Sem exigência	A

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Maranhão						
UG/Gestão: 323024/32263						
Informações sobre os Contratos: CONTRATO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	LIMPEZA e CONSERVAÇÃO	08.611.082/0001-12	06/07/2015	05/07/2016	Médio	A
2012	APOIO ADMINISTRATIVO	07.441.614/0001-58	31/12/2015	30/12/2016	Médio	A

2014	VIGILÂNCIA SEGURANÇA	E	10.325.594/0001-64	15/04/2015	14/04/2016	Médio	A
------	-------------------------	---	--------------------	------------	------------	-------	---

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante							
Nome: Superintendência do DNPM em Minas Gerais							
UG/Gestão: 323005/32263							
Informações sobre os Contratos: CONTRATOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / APOIO ADMINISTRATIVO / VIGILÂNCIA ARMADA							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2013	LIMPEZA e CONSERVAÇÃO	15.312.517/0001-93	02/09/2013	01/09/2016	Fundamental	A	
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	07.441.614/0001-58	02/09/2013	01/09/2016	Fundamental e Médio	A	
2011	VIGILÂNCIA SEGURANÇA	E	10.325.594/0001-64	23/02/2011	22/02/2016	Médio	A

Fonte: DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante							
Nome: Superintendência do DNPM no Mato Grosso do Sul							
UG/Gestão: 323025/32263							
Informações sobre os Contratos: CONTRATO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2014	LIMPEZA e CONSERVAÇÃO	E	09.016.469/0001-93	01/01/2015	31/12/2015	Fundamental	P
2013	VIGILÂNCIA SEGURANÇA	E	13.451.078/0001-74	25/07/2015	24/07/2016	Nível Médio	E
2014	MOTORISTA		11.824.188/0001-09	02/06/2015	01/06/2016	Nível Médio	P
2014	RECEPCIONISTA		12.624.167/0001-02	01/12/2014	31/07/2015	Nível Médio	E
2014	COPEIRAGEM		09.016.469/0001-93	13/10/2014	31/07/2015	Fundamental	E

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante							
Nome: Superintendência do DNPM no Mato Grosso							
UG/Gestão: 323014/32263							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim			
2010	LIMPEZA e CONSERVAÇÃO	E	10.732.146/0001-85	01/01/2015	31/12/2015	Fundamental	A
2010	VIGILÂNCIA SEGURANÇA	E	06.236.934/0001-03	01/01/2015	31/12/2015	Fundamental	A
2014	APOIO ADMINISTRATIVO		07.229.980/0001-48	01/01/2015	31/12/2015	Fundamental	A

Fonte: Processos Administrativos n°s 48418-966.909/2010-97 (L), 48412-966.709/2010-50 (V) e 48412-966.070/2014-11 (R).

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Pará						
UG/Gestão: 303007/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	APOIO ADMINISTRATIVO	13.258.951/0001-07	05/02/2014	05/02/2017	Superior	A
2014	APOIO ADMINISTRATIVO	19.362.299/0001-52	01/08/2014	16/10/2016	Fundamental e Médio	A
2010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	63.807.812/0001-63	26/11/2010	25/11/2015	Fundamental	E
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	17.156.351/0001-99	26/11/2015	25/11/2016	Fundamental	A
2010	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	07.069.574/0001-65	07/10/2010	06/10/2015	Médio	E
2015	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	05.742.568/0001-00	07/10/2015	06/10/2016	Médio	A
2015	APOIO ADMINISTRATIVO	13.271.415/0001-41	19/01/2015	18/01/2016	Médio	E

Fonte:

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Paraíba						
UG/Gestão: 323017/32263						
Informações sobre os Contratos: Contratos de Limpeza e Conservação, Apoio Administrativo e Vigilância Armada.						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	LIMPEZA e CONSERVAÇÃO	11.855.183/0001-43	10/03/2015	10/03/2016	Fundamental	Ativo
2015	APOIO ADMINISTRATIVO	08.243.787/0001-24	15/06/2015	15/06/2016	Médio	Ativo
2015	VIGILANCIA ARMADA	05.554.220/0001-80	01/06/2015	31/05/2016	Fundamental	Ativo

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM em Pernambuco						
UG/Gestão:323006						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		

2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	00.323.090/0001-51	01/08/2011	31/07/2016	Fundamental	P
2014	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	11.808.559/0001-69	01/09/2014	31/08/2019	Médio	P
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	00.323.090/0001-51	01/12/2013	30/10/2015	Ensino médio	P

Fonte:

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Piauí						
UG/Gestão: 323023/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.695.725/0001-65	28/05/2010	28/05/2015	Médio	E
2010	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	08.578.865/0001-41	28/12/2010	28/12/2015	Médio	A
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	13.519.211/0001-87	14/04/2014	14/04/2015	Médio	E

Fonte: Serviço de Gestão Administrativa

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Paraná						
UG/Gestão: 323015/32263						
Informações sobre os Contratos:						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	07.228.643/0001-36	24/09/10	29/06/15	Médio	E
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	11.027.483/0001-34	21/12/15	21/12/16	Médio	A
2014	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	05.338.024/0001-79	08/08/14	08/08/15	Médio	E
2015	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	05.338.024/0001-79	08/08/15	08/18/16	Médio	A

Fonte: Carlos Dieter, DNPM/PR, fone 41-3335-3970

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Rio Grande do Norte						
UG/Gestão: 323016/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	10.639.977/0001-07	23/07/2015	23/07/2016	Médio	A

2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	06.982.630/0001-95	11/01/2016	11/01/2017	Fundamental	A
2011	APOIO ADMINISTRATIVO	08.966.334/0001-26	29/03/2015	29/03/2016	Médio	A
2011	APOIO ADMINISTRATIVO	08.966.334/0001-26	29/03/2015	29/03/2016	Médio	A

Fonte: SGADM/DNPM/RN

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM em Rondônia						
UG/Gestão: 323021						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	APOIO ADMINISTRATIVO.	07.662.244/0001-89.	12/04/2010	12/04/2015	Médio	E
2010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	09.540.692/0001-35	13/09/2010	13/09/2015	Fundamental e Médio.	E
2012	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	10.760.842/0001-03	15/07/2012	15/07/2016	Fundamental	A

Fonte: Processos 48419-986748/2009, 48419-986485/2010 e 48419-986085/2012 e SICON

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM em Roraima						
UG/Gestão: 323026/32263						
Informações sobre os Contratos:						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	04.653.234/0001-99	19/09/2014	19/09/2015	Médio	E
2015	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	17.428.731/0171-00	12/06/2015	12/06/2016	Médio	A

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM no Rio Grande do Sul						
UG/Gestão: 323003/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	11.446.367/0001-50	04/07/2012	04/07/2016	Fundamental	A
2012	APOIO ADMINISTRATIVO.	10.235.718/0001-10	03/07/2012	04/09/2015	Fundamental	E
2014	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	89.963.862/0002-14	29/01/2014	29/01/2017	Médio	A

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM em Santa Catarina						
UG/Gestão:323013/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	04.231.640/0001-63	27/05/2013	27/05/2016	Sem exigência	P
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	04.231.640/0001-63	27/05/2013	27/05/2016	Sem exigência	
2014	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	11.650.232/0001-01	01/09/2014	31/08/2015	Sem exigência	E
2014	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	11.650.232/0001-01	01/09/2014	31/08/2015	Sem exigência	E
2011	APOIO ADMINISTRATIVO	78.533.312/0001-58	05/09/2011	04/09/2015	Fundamental	E
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	03.181.576/0001-90	30/09/2013	30/09/2016	Sem exigência	P
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	03.181.576/0001-90	30/09/2013	30/09/2016	Sem exigência	P

Fonte:

Unidade Contratante						
Nome :Superintendência do DNPM em Sergipe						
UG/Gestão:323020/32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	11.984.678.000-172	04/05/2015	04/05/2016	Médio	A
2010	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	16.208.738/0001-89	03/05/2010	03/05/2015	Médio	E
2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	11.718.029/0001-20	12/12/2014	12/12/2015	Fundamental	P
2013	APOIO ADMINISTRATIVO	14.782.495/0001-62	20/01/2015	20/01/2016	Fundamental	P

Fonte:SGADM

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência do DNPM em São Paulo						
UG/GESTÃO: 323004 - 32263						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	00.435.781/0002-28	23.04.2012	20.11.2016	Fundamental	A

2014	LIMPEZA CONSERVAÇÃO E	14490337/0001-39	03.02.2012	07.02.2017	Fundamental	A
2012	APOIO ADMINISTRATIVO	03623340/0001-67	06.04.2012	06.04.2015	Médio	E

Fonte:

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA DO DNPM no Tocantins						
UG/Gestão: 323024/32263						
Informações sobre os Contratos:						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	LIMPEZA CONSERVAÇÃO E	00.495.485/0001-95	11/11/2014	10/07/2016	Médio	A
2011	APOIO ADMINISTRATIVO	05.488.891/0001-90	28/07/2015	27/07/2016	Médio	A
2013	VIGILÂNCIA SEGURANÇA. E	06.088.000/0002-52	19/04/2015	18/04/2016	Médio	A

Fonte: SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, terceirização, tais como: Técnico em Secretariado, Manutenção predial, Brigadista, Motoristas, Recepcionista, Manutenção sistema de ar condicionado, Limpeza e higiene, Copeiragem, Manutenção ambiente tecnológico, Segurança armada e desarmada, inclusive os contratos de informática que tem mão de obra alocada no prédio do DNPM, atenderam ao DNPM de forma satisfatória, bem como cumpriram a legislação fiscal, previdenciária e trabalhista.

Não houve interrupção na prestação dos serviços bem como o não pagamento de verbas trabalhistas. Mensalmente todos os documentos e certidões são verificados, no mesmo momento do recebimento dos serviços/atesto.

QUADRO 35. - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (Em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	92	91	97	98	611.520,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	45	49	57	57	171.000,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	137	140	154	155	782.520,00

Fonte: SIAPE, >ADCOPREFUN; Informações prestadas pelo CIEE e valores extraídos do contrato vigente.

A autarquia não possui um detalhamento das necessidades das áreas e dos objetivos que se espera alcançar com a atuação dos estagiários. Atualmente, as contratações de estagiários

são realizadas para atender demandas não suportadas exclusivamente por servidores. O baixo valor das bolsas na Administração Pública Federal é fator que contribui para a grande rotatividade de estagiários, o que por seu turno prejudica a análise dos resultados alcançados por essa força de trabalho. Embora sejam observados os princípios norteadores da Administração Pública, na seleção de estagiários não há uma definição institucional das competências que se esperam dos estagiários nas respectivas áreas do conhecimento, cabendo a cada supervisor definir os critérios que entende mais relevantes.

6.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

6.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

QUADRO 36. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
UF	MUNICÍPIO	EXERCÍCIO 2015
AM	Manaus	1
BA	Salvador	1
DF	Brasília	1
GO	Goiânia	1
MA	São Luiz	1
MG	Belo Horizonte	1
MS	Campo Grande	1
MT	Cuiabá	1
PA	Belém	1
PA	Itaituba	1
PE	Recife	4
PR	Curitiba	1
RJ	Rio de Janeiro	1
RN	Natal	1
RR	Boa Vista	1
RS	Porto Alegre	2
SC	Florianópolis	1
SC	Criciúma	2
SP	São Paulo	1

SP	São Pedro	1
		25

Fonte: www.dnpm.gov.br, E-mail Superintendências, Contratos firmados e SpiuNET/SIAFI

QUADRO 37. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UF	RIP	ENDEREÇO	Valor do Imóvel	
			Avaliação	Valor Reavaliado
AM	0255 00566.500-0	AV. André Araújo 2150, Petrópolis, Manaus-AM	31/12/2016	2.575.920,81
BA	3849 00313.500-4	AV. Ulysses Guimarães 650, Sussuarana-Salvador-BA	24/12/2016	12.817.275,00
DF	9701 00156.500-3	SAN Quadra 1 Bl. B – Asa Norte-Brasília-DF	11/02/2017	16.811.973,75
GO	9373 00024.500-7	RUA 84 Nº 593 Lotes 49, 51 E 53, Setor Sul-Goiânia-GO	30/06/2015	2.485.443,32
MA	0921 00166.500-6	Rua dos Remédios 365, Centro, São Luis-MA (sem SIAFI)	24/12/2016	184.028,70
MG	4123 00013.500-0	Praça Milton Campos, 201, Serra-Belo Horizonte-MG	30/12/2016	6.523.569,61
MS	9051 00066.500-6	Rua Gal Odorico Quadros 123, Jardim dos Estados-Campo Grande-MS	11/09/2016	841.274,00
MT	9067 00047.500-9	Av. Getúlio Vargas 490, Centro, Cuiabá-MT	26/04/2015	4.869.052,53
PA	0471 00212.500-0	AV. Brigadeiro Haroldo Veloso 162 - Aeroporto Velho, Itaituba-PA	01/09/2016	75.632,29
PA	0427 00501.500-3	Av. Almirante Barroso 1839, MARCO-BELEM-PA	01/09/2016	5.045.803,23
PE	2531 01005.500-5	Rua Taguaritinga S/N, Casa Amarela-Recife-PE	11/08/2016	234.633,64
PE	2531 00997.500-7	Rua Taguaritinga S/N, Casa Amarela-Recife-PE	11/08/2016	2.349.050,23
PE	2531 01004.500-0	Rua Armando Gaioso 136, Casa Amarela-Recife-PE	11/08/2016	723.511,51
PE	2531 00740.500-9	Estrada Do Arraial 3824, Casa Amarela-Recife-PE	22/12/2016	6.217.876,60
PR	7535.00386 500-5	Rua Des. Otávio do Amaral, 279, Lts. 61/62 da Planta Schimmelpfeng, Bigorriho-Curitiba-PR	25/09/2014	1.237.373,58
RN	1761 00229.500-0	Rua Tomaz Pereira 215, Lagoa Nova-Natal-RN	13/02/2016	507.502,01
RR	0301 00255.500-7	Rua Dr. Arnaldo Brandão 1195, São Francisco, Boa Vista-RR	30/09/2016	499.603,66
RJ	6001 01681.500-0	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 709, Centro, Rio de Janeiro – RJ	20/06/2015	628.283,95
RS	8801 00056.500-0	Rua Beck 186 - Menino Jesus, Porto Alegre - RS	18/11/2015	1.653.795,33
RS	8801 00037.500-7	Rua Washington Luis 815, Cidade Baixa-Porto Alegre - RS	18/11/2015	6.368.944,35
SC	8089 00001.500-3	Estrada de Acesso a Ex-Mina 4 Nº 36, Linha De Ação-Criciúma - SC	25/04/2015	52.787,70

SC	8089 00002.500-9	RUA Coronel Pedro Benedit, 269, Centro-Criciúma - SC	25/04/2015	6.400.000,00
SE	3105 00207.500-1	RUA Prof. José Lima Peixoto 98/A, D.I.A.-Aracaju-SE	02/01/2013	38.394,30
SP	7107 00027.500-1	Rua Loefgreen 2225, Vila Clementino, São Paulo-SP	18/07/2015	5.919.564,17
SP	7109 00001.500-6	Prolongamento da Rua Alexandre Fávero S/N, Samambaia-São Pedro-SP	18/07/2015	889.033,53

Fonte: SpiuNet/SIAFI e e-mail Superintendências.

QUADRO 38. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL – OBRAS,

UF	RIP	ENDEREÇO	VALOR	
			Obras / Reformas	Manutenção
AM	0255 00566.500-0	AV. André Araújo 2150, Petrópolis, Manaus-AM		231,23
BA	3849 00313.500-4	AV. Ulysses Guimarães 650, Sussuarana-Salvador-BA	596.785,37	3.920,62
DF ¹	9701 00156.500-3	SAN Quadra 1 Bl. B – Asa Norte-Brasília-DF	538.567,00	361.395,02
GO	9373 00024.500-7	RUA 84 Nº 593 Lotes 49, 51 E 53, Setor Sul-Goiânia-GO		3.980,00
MA	0921 00166.500-6	Rua dos Remédios 365, Centro, São Luis-MA (sem SIAFI)		1959,00
MG	4123 00013.500-0	Praça Milton Campos, 201, Serra-Belo Horizonte-MG		14.143,10
MS	9051 00066.500-6	Rua Gal Odorico Quadros 123, Jardim dos Estados-Campo Grande-MS		0,00
MT	9067 00047.500-9	Av. Getúlio Vargas 490, Centro, Cuiabá-MT		9.739,01
PA	0471 00212.500-0	AV. Brigadeiro Haroldo Veloso 162 - Aeroporto Velho, Itaituba-PA		4053,52
PA	0427 00501.500-3	Av. Almirante Barroso 1839, MARCO-BELEM-PA		
PE	2531 01005.500-5	Rua Taguaritinga S/N, Casa Amarela-Recife-PE		1.640,10
PE	2531 00997.500-7	Rua Taguaritinga S/N, Casa Amarela-Recife-PE		
PE	2531 01004.500-0	Rua Armando Gaioso 136, Casa Amarela-Recife-PE		
PE	2531 00740.500-9	Estrada Do Arraial 3824, Casa Amarela-Recife-PE		
PR	7535.00386 500-5	Rua Des. Otávio do Amaral, 279, Lts. 61/62 da Planta Schimmelpfeng, Bigorriho-Curitiba-PR		0,00
RN	1761 00229.500-0	Rua Tomaz Pereira 215, Lagoa Nova-Natal-RN		271,41
RR	0301 00255.500-7	Rua Dr. Arnaldo Brandão 1195, São Francisco, Boa Vista-RR		0,00
RJ	6001 01681.500-0	Av. Nilo Peçanha 50, Sala 709, Centro, Rio de Janeiro – RJ		8.078,40
RS	8801 00056.500-0	Rua Beck 186 - Menino Jesus, Porto Alegre - RS		0,00
RS	8801 00037.500-7	Rua Washington Luis 815, Cidade Baixa-Porto Alegre - RS		0,00
SC	8089 00001.500-3	Estrada de Acesso a Ex-Mina 4 Nº 36, Linha De Ação-Criciúma - SC		3.473,60
SC	8089 00002.500-9	RUA Coronel Pedro Benedit, 269, Centro-Criciúma - SC		

SE	3105 00207.500-1	RUA Prof. José Lima Peixoto 98/A, D.I.A.- Aracaju-SE		320,00
SP	7107 00027.500-1	Rua Loefgreen 2225, Vila Clementino, São Paulo-SP		2.326,87
SP	7109 00001.500-6	Prolongamento da Rua Alexandre Fávero S/N, Samambaia-São Pedro-SP		

Fonte: SpiuNet/SIAFI e e-mail Superintendências.

Nota¹: O valor da despesa de manutenção SEDE no Distrito Federal, contem R\$ 159.356,28, de despesa corrente, da ação PT 22.122.219.15AL.0001 – Reforma da SEDE.

Na estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito do DNPM, verifica-se que o Órgão possui imóveis de propriedade da União que são utilizados como sede pelas 25 unidades distribuídas nos estados federados.

Esses imóveis são gerenciados quanto ao aspecto legal pela Seção de Patrimônio do DNPM/SEDE e gerenciados quanto a manutenção e as intervenções de reformas ou aplicações, pela Divisão de Engenharia do DNPM/SEDE. Os imóveis estão formalmente registrados no sistema SPIUNet e seus dados atualizados em conformidade com os registros contábeis.

O DNPM não ocupa nem gerencia imóveis funcionais.

A distribuição espacial e de Gestão dos Imóveis da União sob a responsabilidade da UJ, (distribuição geográfica dos imóveis da União e qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet), fica evidenciada nos Quadros 36 e 37;

As despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, estão demonstradas no Quadro 38:

O DNPM, por intermédio da área de engenharia, visita regularmente os imóveis sob a gestão do Órgão e produz relatórios onde são analisados os riscos e a orientação para mitigá-los.

O DNPM utiliza imóveis por empréstimo de outras esferas de governo ou entidades governamentais. A Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Cedidos ao DNPM por Estados e Municípios encontra-se demonstrada no Quadro abaixo:

QUADRO 39. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL CEDIDOS AO DNPM POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA			CEDENTE
UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Exercício 2015
CE	Fortaleza	Escritório do Crato – CE, End.: Praça da Sé, 105 – Centro Crato – CE – 631.000-000	Estado do Ceará

SC	Criciúma	Escritório Criciúma (3) Rua Agrícola Índio Guimarães, 273 Bairro Comerciário	Prefeitura Municipal de Criciúma
SE	Alagoas	Superintendência do DNPM – SE, Rua Prof. José de Lima Peixoto, 98/A - Distrito Industrial Aracajú - SE - CEP 49040-510	Cooperativa Estadual
AC	Rio Branco	Escritório do Acre – AC	Secretaria de Serviços Sociais do Estado do Acre
RO	Porto Velho	Superintendência do DNPM – RO, Av. Lauro Sodré, 2.661 - São Sebastião Porto Velho - RO - CEP 76801-581	Estado de Rondônia, Doação autorizada pelo Lei Estadual nº 2.718/2012 de 17 de abril de 2012, a União Federal. Em fase de Regularização.

O imóvel localizado em Porto Velho – RO, pertence ao Estado de Rondônia, que, por intermédio do órgão responsável, está promovendo a transferência para a União/DNPM;

O imóvel localizado na Rua Álvaro Millen da Silveira, 104, Centro, Florianópolis - SC - CEP 88020-180, pertence à União e parte é utilizada pelo DNIT e outra pelo DNPM. A União, por intermédio do órgão responsável, está promovendo a formalização do uso pelo DNIT. Conforme entendimentos, o DNIT promoverá a formalização do uso da parte utilizada pelo DNPM.

O imóvel RIP nº 6001 01681.500-0, localizado no Rio de Janeiro-RJ, onde funciona a Superintendência do Rio de Janeiro, pertence à União e não está formalmente cedido ao DNPM. O pedido de regularização data de 03 de dezembro de 2013, Ofício nº 3120/2013/SUP/DNPM/RJ, que informa a Superintendência do Patrimônio da União do Rio de Janeiro o interesse na regularização/formalização do uso das salas pelo DNPM.

Quanto ao estado de conservação, a maioria das edificações sob responsabilidade do Órgão apresenta necessidades de intervenções construtivas, dada a inexistência de histórico de reformas e manutenção preventiva com abrangência suficiente para o prolongamento da vida útil das edificações e seus sistemas.

Neste aspecto, é necessário salientar que, das 42 edificações distribuídas em âmbito nacional, cerca de 50% apresenta demanda por manutenção corretiva de grande abrangência. Entre os problemas enfrentados, citam-se: vazamentos, infiltrações, inadequações e inseguranças elétricas, instabilidade e confiabilidade limitada das redes de telecomunicações, deficiências nos sistemas contra incêndio, obsolescência dos sistemas e aparelhos de climatização, além de necessidades de aprimoramentos sanitários e estéticos. Nesta situação encontram-se as Superintendências e escritórios regionais dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e a própria sede no Distrito Federal.

Porém em 2015 não houve as intervenções necessárias, tendo em vista a publicação da Portaria nº 172 de 27 de maio de 2015, que suspendeu contratações relacionadas a obras e reformas. Somente foi possível a continuidade dos serviços para a reforma da Superintendência da Bahia, que teve sua execução iniciada anteriormente a proibição. Dessa forma, permanece a preocupação da Autarquia com a gestão dos bens imóveis, diante das restrições citadas.

Muitas das unidades apresentam necessidades de manutenção preventiva e maior disponibilidade de área.

É necessário salientar ainda que o atual quadro de engenheiros e técnicos competentes para a execução das atividades relacionadas à gestão da infraestrutura e manutenção predial resume-se a 3 pessoas: 1 engenheiro civil, 1 engenheiro eletricitista (cedido) e 1 técnico em edificações (já com tempo de aposentadoria).

Constatou-se que o imóvel RIP 0921.00166.500-6 (MA); está registrado no SpiuNET, porém sem registro no SIAFI, esta inconsistência está sendo tratada junto a SpiuNET/SPU/MP, uma vez que o Sistema SpiuNET deveria atualizar automaticamente o sistema SIAFI.

6.2.2 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Os quadros a seguir demonstram a utilização dos espaços ocupados pelos servidores/associação, com fins culturais.

QUADRO 40. - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701 00156.500-3
	Endereço	SAN Quadra 1 Bloco B DNPM
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala no sub solo com 35m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia.
--	---	-------------------------------------

Fonte: Termos de Cessão Firmados

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107 00027.500-1
	Endereço	Rua Loefgreen nº 2225, Bairro Vila Clementino, São Paulo.
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala com acesso externo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia.

Fonte: Termos de Cessão Firmados

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849 00313.500-4
	Endereço	Avenida Ulysses Guimarães nº 650 - Sussuarana Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal Salvador - BA - CEP 41213-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.140/0001-76
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala sem número, primeiro subsolo, área de 34,20m ² e área de refeitório de 22,96m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia, limpeza e conservação do imóvel.

Fonte: Termos de Cessão Firmados

6.2.3 Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 41. - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	MUNICÍPIO	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ
		Exercício 2015
AL	Maceió	1
AP	Macapá	1
CE	Fortaleza	1
ES	Vitória	1
MG	Governador Valadares	1
MG	Patos de Minas	1
MG	Poços de Caldas	1
MT	Cuiabá	1
PB	Campina Grande	1
PI	Teresina	1
TO	Palmas	1
TOTAL		12

Fonte: www.dnpm.gov.br, E-mail Superintendências, Contratos firmados e SIAFI

O DNPM com o objetivo de descentralizar as atividades e atender as sociedades locais, no que tange a concessão de áreas para lavra e a fiscalização, mantém instalações em todos os estados.

Em alguns estados o DNPM e a União não detêm prédios que sejam adequados para as acomodações das Superintendências, necessitando portanto efetivar a locação de imóveis.

O quadro a seguir demonstra gestão e valores referente a locação.

QUADRO 42. - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS LOCADOS PELO DNPM

UF	RIP	ENDEREÇO	Valor do Imóvel		
			Valor Imóvel	Validade Avaliação	Valor Anual Aluguel
AL	2785 00395.500-6	Rua José Luiz Calazans 168, Quadra 42, Jatiúca, Maceió - AL	621.462,39	21/03/2016	40.800,00
AP	0605 00275.500-8	Rua Raimundo Ozanan 23, Central, Macapá-AP	5.307.800,00	29/07/2016	300.000,00
CE	1389 00658.500-7	Rua Doutor José Lourenço 905 e 929, Aldeota, Fortaleza - CE	2.571.277,16	23/05/2016	197.226,00
ES	5705 00433.500-0	Av. Cezar Hilal 410, Ed. Marlin azul, Bento Ferreira, Vitória - ES	3.281.676,99	04/12/2015	889.130,40

MG	4553 00151.500-9	Rua Graça Aranha 377, Esplanada, Governador Valadares-MG	600.000,66	31/12/2015	39.600,00
MG	4959 00022.500-1	Rua Colômbia 95 - Alto Dos Caiçaras, Patos de Minas-MG	720.000,00	30/12/2015	30.000,00
MG	5035 00025.500-9	Rua Laguna 419 - Jardim Dos Estados, Poços de Caldas-MG	980.007,84	30/12/2015	30.000,00
MT	9067 00335.500-4	Rua da Fé 177 - Jardim Primavera, Cuiabá-MT	1.262.534,32	18/03/2016	105.000,00
PB	1981 00130.500-9	Rua Antonio Campos 252 - Lauritzen, Campina Grande - PB	124.117,01	31/03/2016	66.000,00
PI	1219 00246.500-0	Rua Desembargador Freitas 1385 - Centro/Norte, Teresina - PI	1.099.162,82	01/12/2015	150.000,00
TO	9733 00416.500-4	Quadra 304 Norte, QC 01, Alameda 01, Plano Diretor Norte, Palmas - TO	526.607,59	27/03/2015	159.522,60
TOTAL					2.007.279,00

Fonte: SpiuNet/SIAFI, Contratos firmados e e-mail Superintendências.

Nos estados federados ou localidades que o DNPM não tem imóveis de propriedade da União que atenda às suas necessidades, há imóveis locados para esta finalidade. São em número de 12 (doze) os imóveis locados.

Quando há a necessidade de intervenções nos imóveis de terceiros decorrentes do próprio uso, são via de regra de responsabilidade do locador, ou na sua ausência/inércia realizadas pelo DNPM e as despesas descontadas dos valores de aluguéis.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais Sistemas de Informações

OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS - área gestora DGTM

- SCM - Sistema CADASTRO MINEIRO: É responsável pela automação do processo de outorga, controlando requerentes (pessoas físicas ou jurídicas), solicitações, prioridades, prazos, fases do processo, ações necessárias e emissão/publicação dos documentos necessários à formalização dos atos previstos nos Código de Mineração. Este sistema, além de possibilitar o controle do ciclo de vida dos processos minerários, fornece informações essenciais aos sistemas das demais áreas finalísticas, sendo base para tomada das ações de arrecadação e fiscalização. A gestão deste sistema fica a cargo da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários, responsável pela definição das regras de negócio e operação do mesmo em todas as localidades do DNPM.
- SIGAREAS: Aplicação desenvolvida baseada em tecnologia de geoprocessamento com o objetivo de identificar e tratar sobreposição de áreas nas diversas fases do processo

minerário, prover funcionalidades que auxiliem os técnicos nas atividades de análise de processos e controle das áreas sob os diversos regimes de pesquisa e exploração. Esta aplicação também tem função junto ao usuário externo do DNPM, onde, durante a elaboração de pré-requerimento para pesquisa, é feita uma análise automática da área pretendida junto ao banco de dados do DNPM, sendo apresentado ao requerente possíveis interferências com áreas já concedidas, possibilitando ao mesmo efetuar a correção antes mesmo de protocolar seu pedido junto ao DNPM.

FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO – área gestora DIFIS

- AUTFIS: Sistema que controla o processo de autuação do minerador em caso de não conformidade com os prazos e exigências definidas pelo DNPM. Atualmente está implementado a funcionalidade de autuação por não entrega do Relatório Final de Pesquisa, estando em desenvolvimento a que controla o prazo de comunicação de início de pesquisa;
- SIGFIS: Sistema responsável pela automação dos processos de planejamento, emissão de documentos e execução de vistorias, de planejamento de análises técnicas e de emissão de relatórios gerenciais,
- ANALISADOR DO RAL: Sistema responsável pelo controle das informações declaradas pelos mineradores através do sistema RALWeb, possibilitando, através de cruzamento com informações provenientes de outros sistemas, a identificação, análise e encaminhamento de exigências e/ou vistorias.

GESTÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÃO – área gestora DIPAR

- ARRECADAÇÃO E CFEM: Sistemas desenvolvidos para controlar o processo de arrecadação da Autarquia, contemplando funcionalidades que controlam prazos, valores devidos, valores recolhidos, conciliação e distribuição dos recursos arrecadados conforme previsto na Legislação. Produz também os relatórios gerenciais necessários a uma efetiva gestão dos recursos oriundos da pesquisa e exploração mineral.
- CADIN: Sistema que automatiza o processo de inscrição/retirada de devedores no cadastro de inadimplentes do Banco Central – CADIN/BACEN, através do controle de pagamentos e tempo de atraso;
- DÍVIDA ATIVA: Em conjunto com os sistemas de ARRECADAÇÃO e CFEM, controla o processo de inscrição em dívida ativa.

GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR MINERAL – área gestora DIPLAN

- RALWEB – RELATÓRIO ANUAL DE LAVRA: Trata-se de do sistema responsável por receber as informações declaradas pelos mineradores a respeito das atividades realizadas no processo de lavra no ano referência vinculadas a cada processo minerário de sua responsabilidade, contemplando dados da lavra, reserva, custos, valor de venda, etc.
- AMBWEB – ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO: O AMBWEB é a aplicação responsável pelo tratamento das informações recebidas através da declaração do RAL, juntamente com dados do Sistema SCM e Arrecadação de forma a possibilitar a geração de dados estatísticos do setor mineral brasileiro e sua publicação para o público interno e externo.
- COMEX – Comércio Exterior: Sistema responsável por gerar informações sobre o desempenho do setor mineral na balança comercial brasileira, incluído dados de importação e exportação por substância.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI DNPM 2016-2018 foi construído baseado em um processo de levantamento de informações relativas aos objetivos estratégicos de cada diretoria do DNPM, que foram consolidadas juntamente com documentos situacionais (documentos resultantes de levantamentos preliminares efetuados por recursos do DNPM com foco na situação atual do ambiente de infraestrutura) e com dados obtidos em reuniões com pessoas relacionadas à gestão de TI com conhecimentos dos processos e problemas hoje existentes.

A adoção desta abordagem se deu em parte pelo fato do DNPM não ter, até o presente momento, constituído e operacionalizado Comitê de Gestão Estratégica, responsável pela elaboração, acompanhamento e deliberação acerca do Planejamento Estratégico Institucional - PEI. Em função desta situação, a CGTIG busca definir suas estratégias internas visando obtenção de resultados que possibilitem o atingimento das estratégias gerais de governo, bem como, extensivamente, o que se entende ser a estratégia vigente e necessária à autarquia.

Desta forma, ficaram estabelecidas as seguintes estratégias da CGTIG dentro do contexto atual do DNPM sejam:

- Estabelecer ambiente seguro de tecnologia da informação;
- Estabelecer continuidade de serviço;
- Garantir qualidade do serviço;
- Primar pela economicidade das soluções;
- Implementar soluções de apoio à tomada de decisão executiva;
- Criar um ambiente propício à inovação tecnológica no âmbito da CGTIG.

Desta forma, o resultado obtido foi um planejamento estratégico para a área de TI, mas que demonstra a necessidade de aprimoramento dos processos de gestão estratégica institucional para que a vinculação entre os objetivos institucionais e os de TI seja fortalecida de forma a garantir que os resultados das ações estratégicas institucionais possam ser claramente associados aos das ações de TI executadas.

Este planejamento foi submetido para avaliação pelos integrantes do Comitê Estratégico de TI através do memorando circular nº02/2015-CGTIG, em 28/10/2015 e o próximo passo é a aprovação pelo referido Comitê e posterior publicação.

Objetivando aprimorar o processo de Gestão de Tecnologia da Informação no DNPM, foi criado o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento, sendo que sua criação e regimento interno foram formalizados através da Portaria DIRE nº 396, de 23 de setembro de 2014. Contudo, em função de mudanças ocorridas na composição da alta administração do DNPM desde a criação do comitê, até o presente momento não foram realizadas reuniões deliberativas do Comitê.

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento do DNPM é composto por:

- a. Diretor-Geral do DNPM;
- b. Diretor-Geral Substituto do DNPM;
- c. Coordenador Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento;
- d. Diretor de Gestão Administrativa;
- e. Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária;
- f. Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração;
- g. Diretor de Procedimentos Arrecadatórios;
- h. Procurador-Chefe;
- i. Auditor Interno;

O Plano Anual de Capacitação – PAC 2015 – foi elaborado pela Coordenação de Recursos Humanos e tem como objetivo atender as necessidades do DNPM relacionadas ao desenvolvimento de competências por meio da qualificação de seus servidores e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O processo de elaboração do PAC 2015 foi baseado em duas etapas básicas:

- Levantamento das Necessidades de Treinamento – LNT;
- Elaboração do Calendário de Cursos 2015.

Contudo, segundo consta no Memorando nº 125/DGADM, de 15 de Dezembro de 2015:

“...devido ao contingenciamento orçamentário e financeiro, apesar do Calendário Anual de Cursos (CAC), publicado em 30/09/2015, no boletim Interno nº 18 ter sido parcialmente atendido, O Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) 2015 não foi cumprido.”

Informo que, em função do exposto acima, as solicitações feitas pela área de TI não foram atendidas, sendo estas aproveitadas para a elaboração do CAC 2016.

A força de trabalho da CGTIG é composta da seguinte forma:

- Servidores efetivos da carreira de TI: 4
- Servidores efetivos de outras carreiras: 3
- Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos: 3
- Servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos: 0
- Terceirizados: 18
- Estagiários: 0

Para uma efetiva Governança de Tecnologia da Informação faz-se necessário, dentre outras atividades essenciais, a implementação de processos de gerenciamento dos serviços de TI de forma a permitir a execução otimizada de suas atribuições, bem como possibilitar a gestão com elevado nível de excelência.

Estes processos têm como objetivo principal apoiar a geração de serviços e produtos de TI, garantindo padronização, qualidade e controle, seja qualitativo, seja quantitativo dos resultados alcançados.

Dentre os principais macroprocessos de TI, pode-se elencar:

- Operações de Serviços de Sistemas;

- Operações de Serviços de Infraestrutura;
- Operações de Serviços Segurança da Informação.

De forma a gerenciar os serviços de cada área, a CGTIG vem desenvolvendo uma série de processos de trabalho para apoiar e melhorar a execução das operações de TI no DNPM:

PROCESSOS DE GESTÃO DE SEGURANÇA E RISCOS DE TI: foram necessárias atualizações tanto na política de segurança da informação quanto no processo de gestão de riscos de TI. O principal motivador é a constante mudança em tipos de ataques cibernéticos feitos contra organizações governamentais desde 2013. Por isso, durante o ano de 2015, foram atualizados alguns normativos para refletir os riscos/prevenções da atualidade.

- Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicação

Abrange todas as fases necessárias para tentar mitigar ao máximo algum fator prejudicial aos dados que se encontram sob responsabilidade do DNPM, com ênfase nas atividades de Análise, Avaliação e tratamento dos riscos de TI.

- Política de Segurança da Informação (Portaria nº 296 de 23 de agosto de 2010)

Documento que estabelece a política e os princípios que norteiam a segurança da informação para o DNPM, e aplicasse tanto ao ambiente informatizado, quanto aos meios convencionais de processamento, comunicação e armazenamento da informação. Abrange todos os equipamentos possuídos ou utilizados contendo informações de interesse do DNPM. Durante o ano de 2015 foram atualizados tais normativos de acordo com o ambiente da Autarquia bem como seguindo os normativos de segurança.

PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE: Sofreram atualizações durante o ano de 2014/2015 em virtude do novo modelo de contratação, para realização de uma licitação, a ser conduzida pelo próprio DNPM, para contratação dos serviços de fábrica de software, além de necessidades constantes. O documento foi concluído e fez parte da licitação concluída em Nov/2015 para a contratação da fábrica de software.

- Processo de Atendimento a Demandas de Software

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e critérios envolvidos no atendimento a demandas de software, definindo assim o Processo de Atendimento a Demandas de Software no âmbito no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

- Processo de Gestão de Requisitos

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e do processo de Gestão de Requisitos de Software no âmbito no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

- Metodologia de Desenvolvimento de Software

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e critérios envolvidos no desenvolvimento de software, definindo assim a Metodologia de Desenvolvimento de Software no âmbito do DNPM.

- Processo de Desenvolvimento de Software

Este documento tem por objetivo a definição das diretrizes e do processo de Desenvolvimento de Software no âmbito no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

- Processo de Testes de Software

Tem por objetivo a definição das diretrizes e do processo de teste de Software no âmbito do DNPM, descrevendo técnicas utilizadas, atores e outras informações para entendimento do processo.

PROCESSOS DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA: sofreu atualizações durante o ano de 2015 em virtude da necessidade de atualização constante para melhorar o processo de atendimento bem como a satisfação dos usuários da rede corporativa do DNPM.

- Processo de Classificação de Chamados - Central de Serviços

Tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o ciclo de vida de chamados que incidam na área de tecnologia da informação do DNPM.

- Processo de Atendimento a Problemas

Este documento tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o ciclo de vida de problemas abertos junto à área de tecnologia da informação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Foi customizado através da utilização das melhores práticas da ITIL V3 (Information Technology Infrastructure Library).

- Processo de Atendimento de Incidentes

Este documento tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o ciclo de vida de incidentes que venham a ocorrer na área de tecnologia da informação do DNPM.

- Processo de Requisição de Serviços

Este documento tem por objetivo fornecer as diretrizes para gerenciar todo o fluxo de requisições de serviços direcionados a área de tecnologia da informação do DNPM.

- Catálogo de serviços:

Traz uma visão clara de quais serviços a TI oferece e como a TI agrega valor para a área fim do órgão. Ele viabiliza a boa governança em que os principais termos, condições e controles definidos nele estejam integrados aos processos de prestação de serviço da organização. Ele permite que a organização melhore o planejamento, a entrega e o suporte aos serviços, enquanto avalia de forma correta os custos e preços de cada serviço. Desde Novembro/2015 a CGTIG está trabalhando para lançar uma versão oficial deste documento a qual será divulgada através de portaria do Diretor Geral da Autarquia.

Durante o ano de 2015, o DNPM implantou basicamente os seguintes projetos:

- Moving do CPD e entrada em produção da Sala Cofre: Realizado pela equipe interna da CGTIG, foram realizadas as atividades necessárias para desativação do antigo datacenter, localizado no 1º andar, e instalação dos equipamentos no novo ambiente. Após a mudança, foi registrado o aumento do índice de disponibilidade dos serviços em função da mitigação dos problemas até então recorrentes em relação ao sistema de climatização, energia e rede.
- Criação do Novo Portal Internet DNPM: A necessidade de substituição do antigo portal já era notória. Dificuldade na gestão de conteúdo, defasagem tecnológica e poluição visual eram características que o antigo portal carregava, gerando críticas tanto do público interno quanto da sociedade. Para o novo portal foi utilizado o modelo de identidade visual do Governo Federal, baseado no CMS PLONE, sendo que a migração foi realizada com o apoio da empresa contratada para manutenção do ambiente tecnológico do DNPM.
- Implantação da solução de videoconferência: Em 2015 foi iniciada a operação da solução de videoconferência do DNPM, abrangendo 7 unidades regionais e a Sede. O uso desta tecnologia visa, além da redução de custos com viagens, maior agilidade no processo de comunicação e tomada de decisão, bem como será usada como um importante instrumento de capacitação através do qual poderá atingir um número maior de servidores com menor custo. O valor desta primeira etapa do projeto foi da ordem de R\$ 1.000.000,00, uma vez que não contemplou todas as unidades.
- Implantação da solução de segurança: A manutenção dos níveis de segurança da informação nas organizações passa pela definição de políticas e processos, mas também pela atualização das ferramentas tecnológicas. Sendo assim, o DNPM executou projeto de implantação de nova solução de segurança de rede,

tipo UTM, que visa atender às demandas por capacidade, nível de proteção contra invasões e perda de dados, objetivando assim mitigar os principais riscos relacionados à segurança da informação. Este projeto foi inicialmente elaborado de forma a atender todas as unidades do DNPM, mas em função dos baixos valores disponibilizados no orçamento, foi priorizado o equipamento a ser instalado no Sede –Brasília, a um custo de R\$ 875.000,00.

No cenário de restrição do atual quadro funcional da área de TI do DNPM frente às demandas existentes, é mister reconhecer que os riscos de se criar dependência tecnológica de fornecedores de serviços são relevantes e que a adoção de medidas preventivas para mitigar estes riscos é essencial. Neste sentido, o DNPM tem buscado o aprimoramento dos processos de gestão e documentação, tanto de sistemas de informação como de infraestrutura tecnológica, de forma a possibilitar que nas eventuais mudanças de fornecedores, todo o investimento feito seja preservado e que a curva de aprendizado seja otimizada.

6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

As contratações de obras de engenharia e de elaboração de projetos têm incluído a obrigatoriedade do atendimento da legislação federal, municipal e estadual referente às exigências ambientais regionais. Como exemplo podemos citar que as contratações de serviços de reforma quanto a elaboração de projeto, têm buscado adotar tecnologias similares às citadas, conforme a região do país, tais como: aproveitamento das águas de chuva, sensores de presença, torneiras automáticas e outras tecnologias.

As contratações e aquisições de informática têm observado a legislação ambiental. Como exemplo citamos que foram adquiridos, computadores que possuem fontes de energia e monitores com redução de consumo energético, bem como pode-se mencionar o processo atual de contratação do outsourcing de impressão.

Constam dos termos de referência para as aquisições de material de expediente, copa, suprimentos de informática e outros, orientações sobre aquisições sustentáveis, como exemplo podemos citar a aquisição de papel, para uso comum: Papel A4 reciclado.

Em 2015 o DNPM assina Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Planejamento para implantação do Processo Eletrônico, projeto denominado “DNPM SEM PAPEL” que proporcionará redução do consumo de materiais visando os critérios de sustentabilidade e de combate ao desperdício e redução do consumo de papel.

Sobre o Plano de Logística sustentável o DNPM está participando da Esplanada Sustentável, programa SISPES. Atualmente está monitorando os gastos de energia e água/saneamento básico.

Principais ações executadas

- Incentivo à substituição de cópia reprográfica pela cópia digital;
- Substituição em parte, do papel branco pelo papel reciclado;
- Incentivo ao uso de caneca ou copo reutilizável em substituição aos copos plásticos;
- Redução do consumo de copo plástico, com substituição pelo copo de vidro;
- Distribuição de copos para os servidores em substituição ao de plástico.

QUADRO 43. - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

A Auditoria Interna do DNPM realiza o acompanhamento e monitoramento do atendimento, pelas diversas áreas da Unidade, do cumprimento das recomendações, alertas e determinações emitidas pelos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno e Externo da Administração Pública Federal a qual se submete o DNPM.

No monitoramento são utilizadas planilhas eletrônicas (follow-up) e memorandos de monitoramento, numerados sequencialmente, encaminhado à área ou unidade que responde pela atividade ou ação constante na recomendação.

A princípio, cabe a Divisão de Planejamento e Monitoramento, proceder ao monitoramento, cadastrar as recomendações nas planilhas eletrônicas (follow-up), considerando o documento que originou a recomendação, a data, o prazo para atendimento e as comunicações expedidas.

Com base nos dados e informações coletados durante o monitoramento, a equipe classificará as recomendações segundo o grau de implementação, no período verificado, conforme as categorias, implementada, não implementada, em implementação e não mais aplicável.

No exercício de 2015 foram encaminhados, ao DNPM 06 (seis) Acórdãos com as deliberações, recomendações e notificações da corte de contas, com o seguinte detalhamento, 02 (duas) notificações, 02 (duas) determinações e 01 (uma) recomendação, atendidas em sua totalidade.

Dentre as notificações, destacamos a ciência do julgamento das contas ordinárias do exercício de 2012, mediante o Acórdão 6546/2015 - 2ª Câmara e o monitoramento para verificação do cumprimento das recomendações do Acórdão 1979/2014 – Plenário.

O Acórdão nº 2863/2015-Plenário tratou do monitoramento do atendimento das recomendações do Acórdão 1979/2014 – Plenário, considerou atendido/implementado 08 (oito) itens, em implementação 07 (sete) itens e não implementados (01) item.

As deliberações pendentes de cumprimento (em implementação e não implementados) decorrem do referido acórdão, estão detalhados na tabela a seguir.

QUADRO 44. - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	–	Ofício nº 0348/2014-TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/CGTIG				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Busque o aprimoramento dos sistemas informatizados de controle de arrecadação e cobrança da CFEM levando, junto à Diretoria de Procedimento Arrecadatórios (DIPAR) e às superintendências da entidade, os serviços de tecnologia da informação necessários à realização das atividades de arrecadação e fiscalização da Taxa Anual por Hectare (TAH) e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM).</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Visando aprimorar o sistema de Compensação Financeira sobre exploração mineral foram trabalhadas, em conjunto com a DIPAR, relação de demandas para a implementação do sistema CFEM Fiscalização, que englobam as demandas sob número 964, 1084, 3304, 3375, 3379, 4821, 4770, 4467, 4771, 4818, 4819, 4820, 4817, 4430 e 4822. Atualmente o sistema CFEM Fiscalização encontra-se desenvolvido e preparado para sua publicação em produção. A CGTIG publicou o sistema em produção, efetuou o treinamento para fornecimento de acesso aos servidores responsáveis na DIPAR. Aguarda-se, neste momento portanto, que a Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios efetue sua divulgação interna sobre as funcionalidades do sistema e inste seus colaboradores nas superintendências a utilizar a ferramenta.</p> <p>No processo de desenvolvimento de sistemas envolvendo a CFEM, fizeram-se necessários ajustes e correções nos processos de cálculo das dívidas CFEM. Tais ajustes objetivaram trazer os valores calculados para dentro das regras de negócio pertinentes a esta natureza de receita e eliminar possíveis inconsistências nos cálculos futuros da CFEM. São estas demandas as de números 3896, 4104, 4222, 4268 e 4620. Tais demandas foram entregues pela CGTIG, como pode observar-se pelas evidências anexas.</p> <p>Foram homologadas as demandas citadas no parágrafo anterior pela DIPAR no mês de Julho de 2015 e notou-se que praticamente a totalidade dos cálculos apresenta-se, agora, correto.</p> <p>Ainda visando a melhoria do sistema de pagamento da CFEM, a CGTIG entregou no ambiente de homologação a demanda 4861, que trata de nova sistemática de emissão de boletos CFEM. Através desta sistemática, os cálculos de encargos e impostos devidos ocorrerão diretamente no momento de emissão do boleto, com todos os cálculos automatizados. Aguardamos a homologação da funcionalidade para disponibilização para o usuário cidadão.</p> <p>Quanto ao sistema de TAH, foi definida estratégia de desenvolvimento de novo sistema de arrecadação junto à DIPAR. Nesta estratégia, a CGTIG depende da homologação da demanda 4861, que definirá a aparência e o funcionamento do novo sistema e ainda das demandas 2729 e 4880 que visam o mapeamento completo de processos de trabalho da diretoria de procedimentos arrecadatório e da procuradoria jurídica, que embasarão o desenvolvimento do novo sistema. Aguarda-se, no momento, finalização do contingenciamento de custos do Governo Federal para prosseguir no desenvolvimento do novo sistema.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.3.1	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/CGTIG				
Descrição da determinação/recomendação				
Emissão de relatórios gerenciais para identificação dos títulos minerários que deixam de recolher a CFEM e para efetiva gestão processual, notadamente no que tange ao passivo de processos à natureza, à materialidade e à fase de dívida e ao risco de prescrição dos créditos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A questão foi analisada, inicialmente, através da criação de duas demandas, quais sejam, de número 1820 e 4251. A primeira demanda foi cancelada por entender-se ter seu escopo incluído na segunda. A segunda demanda encontra-se em status “Em Homologação” conforme evidência anexa, em que o servidor lotado na PROJUR está em processo de validação da funcionalidade gerada. A CGTIG deverá aguardar a homologação da demanda para sua colocação em utilização final.</p> <p>Neste interim, a CGTIG representou o DNPM participando de Ata de Registro de Preços para a contratação de solução de BI (Business Intelligence) que permitirá a criação de relatórios em tempo real da situação de processos minerários devedores de CFEM. Contudo não há recursos na CGTIG para a contratação da solução. A CGTIG encaminhou solicitação de aquisição da solução para providências da DGADM e espera-se, até Janeiro de 2016, que já tenhamos os primeiros relatórios que permitam a fiscalização eficiente dos processos devedores de CFEM.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.3.2	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/CGTIG				
Descrição da determinação/recomendação				
A atualização dos débitos de parcelamento cancelado, bem como o pagamento à vista de débitos inseridos em dívida ativa.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A CGTIG deu prosseguimento ao desenvolvimento da demanda. No processo de desenvolvimento, constatou-se dúvida da PROJUR quanto ao modelo de CDA mais apropriado para a situação. Questionamentos foram encaminhados à PROJUR, que efetuou pesquisa em diversos outros entes federais e encaminhou sua resposta definitiva por e-mail no dia 14/05/2015 às 15:50hs conforme evidência anexa. Implementada a nova CDA, a PROJUR nos informou que preferiu voltar atrás no modelo e pede que seja desenvolvido um novo modelo de CDA nos moldes da Receita Federal. No momento, voltamos ao desenvolvimento para entregar a nova CDA.</p>				

Após efetuado levantamento minucioso nos ambientes para mapeamento das ações necessárias para solucionar a situação, foram abertas 17 (dezesete) demandas que complementam-se, visando ao seu término a solução definitiva da questão de pagamento a vista de débitos inscritos em dívida ativa. São estas demandas: **3033, 3065, 3110, 3294, 3365, 3366, 3545, 3781, 4166, 4278, 4044, 4200, 4104, 4159, 4222, 4101 e 4194**. Destas demandas, 10(dez) já estão concluídas, 2(duas) já homologadas aguardando a definição de regras de cálculo de CFEM já descritas no item A, 3 (três) encontram-se em homologação pelas diretorias DIPAR e PROJUR e 2 (duas) estão em desenvolvimento no momento.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.4	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGTM				
Descrição da determinação/recomendação				
Avalie a pertinência de se exigir de todos os mineradores endereço localizados em zonas urbanas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi apresentado em outubro e 2014, proposta de alteração da Portaria nº 270/2008, bem como a proposta de regulamentação da sanção prevista no artigo 81 do Código de Mineração, sem data prevista para conclusão.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.5	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/CGTIG				
Descrição da determinação/recomendação				
Finalize as providências necessárias para adaptação dos sistemas informatizados de arrecadação e de dívida ativa à adesão ao Projeto de Protesto de Certidões da Dívida Ativa (CDA) da Procuradoria Geral Federal.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A questão dos protestos está sendo tratada pela demanda 3069. Foram feitas reuniões de requisitos junto à PROJUR, nas quais ficou evidenciado que não havia uma definição concreta de como se daria a troca de informações entre os sistemas do DNPM e do IEPTB. A CGTIG solicitou, desta sorte, que a PROJUR organizasse reunião junto aos responsáveis (CGCOB/AGU e IEPTB) para que tais dúvidas fossem solucionadas. Foi realizada reunião conjunta entre o IEPTB, IBAMA, DNPM e o Sr. Rodrigo Barreto Saito (AGU) no dia 01/06/2015 com vistas a buscar informações junto ao IEPTB sobre as características dos arquivos que o DNPM, através da aplicação gerada pela CGTIG, deverá encaminhar. Nesta reunião, o Sr. Rodrigo Saito deu encaminhamento para que o IEPTB enviasse ao DNPM as características do arquivo para que a CGTIG possa dar continuidade ao atendimento e enviar os primeiros testes do protesto ao IEPTB.</p>				

A CGTIG desenvolve, no momento, demanda para correção dos honorários advocatícios da AGU, pré-requisito para a instalação dos protestos no DNPM. Desta forma, espera-se implementar os protestos até Novembro de 2015.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.6	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/CGTIG				
Descrição da determinação/recomendação				
Busque meios para implementar a troca de informações com a Secretaria da Receita Federal e Secretarias de Fazendas Estaduais e com outros órgãos e entidades que atuem nas áreas de cobrança e fiscalização, por meio de, por exemplo, acordo de cooperação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Encontra-se vigente no momento contrato celebrado entre o DNPM e o SERPRO no âmbito do Infoconv (convênio informatizado) para acesso a informações da base da Secretaria da Receita Federal pelo DNPM. No momento a CGTIG está trabalhando para a operacionalização de demanda de consulta de endereços que se encontrem desatualizados na base do Sistema de Cadastro Mineiro para que seja possível à PROJUR encaminhar correspondências ao endereço atual do CNPJ ou CPF de maneira que tal desatualização não impacte nas cobranças judiciais encaminhadas. Uma vez efetuado o teste de conceito através desta demanda, prevê-se ampliação do convênio para consulta à base de dados de notas fiscais emitidas para que se possa efetuar cruzamento das informações da SRF com as prestadas pelo minerador na emissão do boleto CFEM, constituindo-se em pré-auditoria dos valores declarados. Há demanda de número 4942 registrada no CODEM para esta funcionalidade, que encontra-se em análise no momento.</p> <p>Contudo ressalta-se que a troca de informações com a Receita Federal do Brasil está condicionada ao entendimento entre a DIPAR e a SRF sobre a forma de atendimento aos créditos de CFEM pois, segundo informações obtidas junto ao Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, há necessidade de alinhar a natureza de tributo da CFEM para que as informações sejam corretamente prestadas.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.12.1	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGTM				
Descrição da determinação/recomendação				
Obrigar a todos os mineradores que possuíam títulos minerários antes de sua edição, a se cadastrarem junto à autarquia, aplicando penalidades aqueles que descumprirem essa obrigação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Foi apresentado em outubro de 2014, proposta de alteração da Portaria nº 270/2008, bem como a proposta de regulamentação da sanção prevista no artigo 81 do Código de Mineração, sem data prevista para conclusão.

Solicitação de ajuste do Sistema de fiscalização para comportar o auto de infração por não entrega da ficha cadastral – demanda CODEM 4505/4503.

Solicitação de construção de um novo sistema cadastral – demanda CODEM 4505/4503.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.373/2012-8	1979/2014 Plenário	– 9.1.12.2	Ofício nº 0348/2014- TCU/Sefid Energia	19/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNPM/DGTM				
Descrição da determinação/recomendação				
Permitir que todos e não apenas os mineradores possam atualizar seu endereço cadastrado junto à Autarquia.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi apresentado em outubro e 2014, proposta de alteração da Portaria nº 270/2008, bem como a proposta de regulamentação da sanção prevista no artigo 81 do Código de Mineração, sem data prevista para conclusão.				
Solicitação de ajuste do Sistema de fiscalização para comportar o auto de infração por não entrega da ficha cadastral – demanda CODEM 4505/4503.				
Solicitação de construção de um novo sistema cadastral – demanda CODEM 4505/4503.				

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No contexto das recomendações/solicitações da CGU, a Auditoria desenvolveu a atividade de buscar as informações nas diversas áreas da Autarquia, DNPM/Sede e Superintendências Regionais, em face da competência inerente aos questionamentos da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR, quando do desenvolvimento dos trabalhos relativos às Auditorias de Avaliação da Gestão, de Acompanhamento da Gestão e/ou outros.

No exercício de 2015 a Controladoria Geral da União, emitiu Relatório de Auditoria Nº 201503634, no qual consignou 48 (quarenta e oito) recomendações de caráter operacionais e estruturantes, onde 16 (dezesesseis) foram atendidas e/ou acatadas, 32 (trinta e duas) estão pendentes de atendimento, entretanto, dentro do prazo de atendimento (2016 e 2017).

Dentre as recomendações pendentes de atendimento, destaca-se que 06 (seis) delas estão condicionadas à autorização de concurso público e 03 (três) condicionadas a

disponibilidades orçamentária e financeiras, condicionantes que independem de ações da Autarquia.

As recomendações de caráter estruturantes, objetivaram basicamente a melhoria e o fortalecimento dos componentes dos controles internos administrativos, conforme detalharemos a seguir:

a) Componente Ambiente de Controle - 03 (três) recomendações relacionadas a elaboração de código de ética e de normativo com procedimentos e instruções operacionais do código de ética ou de conduta; 01 (uma) relacionada a elaboração do planejamento estratégico da autarquia e 02 (duas) relacionadas aos indicadores de desempenho.

b) Componente Avaliação de Risco – 01 (uma) recomendação acerca da implementação de política de gerenciamento de riscos, tendo como base um planejamento estratégico, com identificação dos processos críticos, assim como diagnóstico e níveis dos riscos operacionais envolvidos, de informação e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis de gestão da Autarquia, bem como a definição das medidas mitigadoras em todas as áreas de atuação.

c) Componente Procedimento de Controle - 07 (sete) recomendações relacionadas a elaboração de procedimentos e instruções operacionais padronizados.

d) Componente Informação e Comunicação - 04 (quatro) recomendações que tratam da melhoria das informações disponibilizadas ao público externo e interno.

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

No exercício de 2015 não houve situações que caracterizassem danos ao erário no montante ou maior que R\$ 75.000,00, por essa razão não houve instauração de Tomada de Contas Especial – TCE.

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quanto ao cronograma de pagamento das obrigações, o DNPM atende ao disposto no art. 5º, da Lei 8.666/93, conforme demonstrativo exemplificativo de controle de notas fiscais/faturas detalhadas por fornecedor, fonte de recurso e data de entrada na Coordenação de

Execução Orçamentária e Financeira, para pagamento baseado na estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

QUADRO 45. - PROCESSOS LIQUIDADOS A PAGAR

EMPRESA	NOTA FISCAL	PERÍODO	Data CEOF	129323002	141032184	174022018
REDISUL INFORMATICA	10380/2015	mar/15	15/04/2015	91.630,00		
HEPTA	2503/2015	jun/15	07/08/2015		208.467,79	
SQUADRA	264/2015	jul/15	19/08/2015		181.396,39	
HEPTA	2540/2015	jul/15	25/08/2015		195.347,09	
SQUADRA	321/2015	ago/15	17/09/2015		384.128,87	
PAX TRANSPORTA DORA	095/2015	out/15	18/09/2015			
REDISUL INFORMATICA	3152/2015	ago/15	22/09/2015			33.990,00
HELLEN JARJOUR	30935/2015	ago/15	24/09/2015		666,00	
HEPTA	2581/2015	ago/15	29/09/2015		207.188,33	
BARROS AUTOMOVEIS	14469/2015	ago/15	19/10/2015		625,82	
SQUADRA	358/2015	set/15	19/10/2015		223.787,72	
SQUADRA	374/2015	set/15	19/10/2015		63.825,24	
LOGGOS	1026/2015	12 MESES	04/11/2015		7.013,16	
RV PROMOCIONAL	074/2015	out/15	04/11/2015		530,00	
CENTRÃO COMERCIO	11049/2015	set/15	10/11/2015		6.378,00	
ELEVADORES OTIS	7780/2015	set/15	10/11/2015		838,90	
ERIDATA	1681/2015	out/15	10/11/2015		917,50	
JPS SEGURANÇA	913/2015	set/15	10/11/2015		290,00	
SQUADRA	428/2015	repar. Jun/14 a dez/14	10/11/2015			303.640,02
STILOPLAST	2800/2015	out/15	10/11/2015		20.100,00	
HELLEN JARJOUR	32287/2015	out/15	13/11/2015		2.952,00	
HEPTA	2618/2015	set/15	13/11/2015		167.595,56	
JOSE DOS REIS CHAVEIRO	061/2015	out/15	13/11/2015		813,00	
PLANSUL	63591/2015	set/15	13/11/2015		132.954,22	
VISAO	620/2015	out/15	13/11/2015		9.603,68	
CSS EDITORA GRAFICA	056/2015	nov/15	16/11/2015		1.924,20	
CIEE	10/2015	out/15	18/11/2015		4.386,50	
EBC PUBLICIDADE	782893/2015	out/15	18/11/2015		1.951,08	
NEW LINE	096/2015	out/15	18/11/2015		46.206,12	

ARCANJOS COMERCIAL	1425/2015	nov/15	26/11/2015		450,00	
ELEVADORES OTIS	10107/2015	out/15	26/11/2015		838,90	
GLAUCIANE ALVES	AJUDA DE CUSTO		26/11/2015		25.046,15	
HP BRASIL	343436/2015	06/10/15 a 05/11/15	26/11/2015		6.175,49	
MULT TECNICA	137/2015	set/15	26/11/2015		8.497,78	
PLANSUL	64304/2015	out/15	26/11/2015		128.522,33	
PRIMASOFT	57614/2015	18/10/15 a 17/11/15	26/11/2015		3.273,66	
SQUADRA	438/2015	out/15	26/11/2015		296.317,23	
WORLD DIGITAL	7265/2015	nov/15	26/11/2015		9.435,60	
ACECO	1129/2015	13/10/15 a 12/11/15	01/12/2015		18.529,00	
AGROSERVICE	2905/2015	out/15	01/12/2015		32.007,45	
ALVORADA	530/2015	out/15	01/12/2015		6.066,00	
ERIDATA	1707/2015	nov/15	09/12/2015		917,50	
FOCUS	344/2015	21/10/15 a 20/11/15	09/12/2015		4.268,88	
HEPTA	2653/2015	out/15	09/12/2015		221.862,79	
VISAO	656/2015	nov/15	09/12/2015		9.603,68	
TOTAL				91.630,00	2.641.699,61	337.630,02

QUADRO 46. - Processos a Liquidar

EMPRESA	NOTA FISCAL	PER. DO SERVIÇO PREST	Data CEOF	-	129323002	141032184	174022018
CLARO	9842/2014	02/12/13 a 01/01/14	10/06/2015			3.749,81	
METROQUATTRO	10/2015	abr/15	03/08/2015		64.998,63		
SERPRO INFOVIA	42696/2015	ago/15	17/09/2015			17.400,00	
SERPRO INFOVIA	43286/2015	set/15	04/11/2015			17.400,00	
CIEE	08/2015	ago/15	06/11/2015			4.351,35	
CLARO	1974/2015	02/08/15 a 01/09/15	11/11/2015			2.136,93	
CLARO	13816/2015	02/08/15 a 01/09/15	11/11/2015			287,64	
CLARO	14589/2015	02/09/15 a 01/10/15	11/11/2015			1.575,46	
CLARO	14590/2015	02/09/15 a 01/10/15	11/11/2015			287,64	
CLARO	21957/2015	02/06/15 a 01/07/15	11/11/2015			287,64	
CLARO	32308/2015	02/07/15 a 01/08/15	11/11/2015			2.188,80	
CLARO	32309/2015	02/07/15 a 01/08/15	11/11/2015			287,64	

CLARO	32363/2015	02/05/15 a 01/06/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	32662/2015	02/04/15 a 01/05/15	11/11/2015		1.808,50	
CLARO	32663/2015	02/04/15 a 01/05/15	11/11/2015		287,64	
CLARO	32379/2015	02/05/15 a 01/06/15	11/11/2015		2.241,28	
SERPRO INFOVIA	43627/2015	out/15	26/11/2015		17.400,00	
CEB	34062/2015	14/10/15 a 13/11/15	09/12/2015		48.888,95	
OI FIXO	240308/2015	18/10/15 a 17/11/15	09/12/2015		4.539,70	
TOTAL					64.998,63	125.406,62

TOTAL POR FONTE		156.628,63	2.767.106,23	337.630,02
SALDO FINANCEIRO - 14/12/2015		140,98	143.056,08	33.582,08

7.5 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

O DNPM revisou os contratos vigentes para identificar possíveis contratos atingidos pela Lei da Desoneração (art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012).

Identificou-se os seguintes contratos beneficiados pela referida lei:

Contrato nº 27/2009, CNPJ 41.893.678/0001-28, Processo nº 48400.0001000/2009-97, Squadra Tecnologia S/A. O contrato se encontra encerrado. Ressalte-se que o processo está sob análise para averiguação sobre a desoneração da folha de pagamentos, bem como está sob análise cálculos apresentados para a última repactuação.

Contrato nº 26/2015, CNPJ 41.893.678/0001-28, Processo nº 48400.001219/2015-34, Squadra Tecnologia S/A, O contrato foi firmado após a lei 12.546/2011 e as planilhas apresentadas contemplam a desoneração da folha de pagamento.

Contrato nº 02/2013, CNPJ 37.057.387/0001-22, Processo 48400.001.432/2012-01, Hepta Tecnologia e Informática Ltda. O contrato foi firmado após a lei 12.546/2011 e as planilhas apresentadas contemplam a desoneração da folha de pagamento.

ANEXO

QUADRO 47. - Planos Orçamentários utilizados em 2015

Ação Governo		Plano Orçamentário	
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PREC)	0001	PRECATORIOS
00G5	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0000	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	0001	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	0000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0000	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS
0Z00	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA	0000	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA
14UE	AQUISICOES DE IMOVEIS PARA UNIDADES DO DNPM	0003	AQUISICAO DE IMOVEL PARA UNIDADE REGIONAL DO DNPM/PB
15AL	REFORMA DE UNIDADES DO DNPM	0001	REFORMA DO DNPM-SEDE
		0002	REFORMA DO DNPM/GO
		0004	REFORMA DO DNPM/RN
		0005	REFORMA DO DNPM/SP
		0006	REFORMA DO DNPM/RS
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS
		0002	ADMINISTRACAO DA SEDE DO DNPM
		0003	INVESTIMENTO NA ESTRUTURA DA AUTARQUIA
		0004	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DAS ALAGOAS
		0005	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO AMAPA
		0006	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO AMAZONAS
		0007	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DA BAHIA
		0008	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO CEARA
		0009	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO ESPIRITO SANTO
		000A	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO GOIAS
		000B	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO MARANHAO
		000C	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE MINAS GERAIS
		000D	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO MATO GROSSO DO SUL
		000E	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE MATO GROSSO
		000F	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO RIO GRANDE DO NORTE
		000G	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO RIO GRANDE DO SUL
000H	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE RONDONIA		

		000I	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO PARA
		000J	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DA PARAIBA
		000K	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE PERNAMBUCO
		000L	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO PIAUI
		000M	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO PARANA
		000N	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DO RIO DE JANEIRO
		000O	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE RORAIMA
		000P	INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO
		000Q	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE SANTA CATARINA
		000R	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE SERGIPE
		000S	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE SAO PAULO
		000T	ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA DE TOCANTINS
		000U	SERVICO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
		000V	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS PROPRIOS DA UNIAO
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO
		0002	EXAMES PERIODICOS - CIVIS
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	0001	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	0001	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	0000	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO
20TZ	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PEQUENA MINERACAO	0002	EXTENSIONISMO MINERAL
20WT	FISCALIZACAO DAS ATIVIDADES MINERARIAS	0000	FISCALIZACAO DAS ATIVIDADES MINERARIAS - DESPESAS DIVERSAS
		0001	FISCALIZACAO DE PESQUISA E LAVRA DA ATIVIDADE MINERAL
		0002	FISCALIZACAO E PROTECAO DE DEPOSITOS FOSSILIFEROS
		0003	AUDITAGEM DAS RECEITAS DA ATIVIDADE MINERAL
		0004	PROJETO DE REDUCAO DE ACIDENTES EM MINERACAO
		0005	HABILITACAO AGENTES FISCALIZADORES
2377	GESTAO DA EMISSAO, MANUTENCAO E EXTINCAO DE DIREITOS MINERAR	0001	HABILITACAO DE AGENTES DE OUTORGA
		0002	POSICIONAMENTO DE AREAS OBJETO DA ATIVIDADE MINERAL E IMISSAO DE POSSE
		0003	VISTORIA DE CAMPO PARA FINS DE CONCESSAO DE LAVRA
		0004	AUDITORIA EM TITULOS MINERARIOS
4396	AVALIACAO DE DISTRITOS MINEIROS	0000	AVALIACAO DE DISTRITOS MINEIROS
8890	INFORMACOES E ESTUDOS DO SETOR MINERAL	0001	ESTATISTICAS DO SETOR MINERAL
		0002	ESTUDOS DE ECONOMIA MINERAL
		0003	HABILITAR SERVIDORES PARA O EXERCICIO DAS ATIVIDADES DE INFORMACOES E ESTUDOS DA ECONOMIA MINERAL

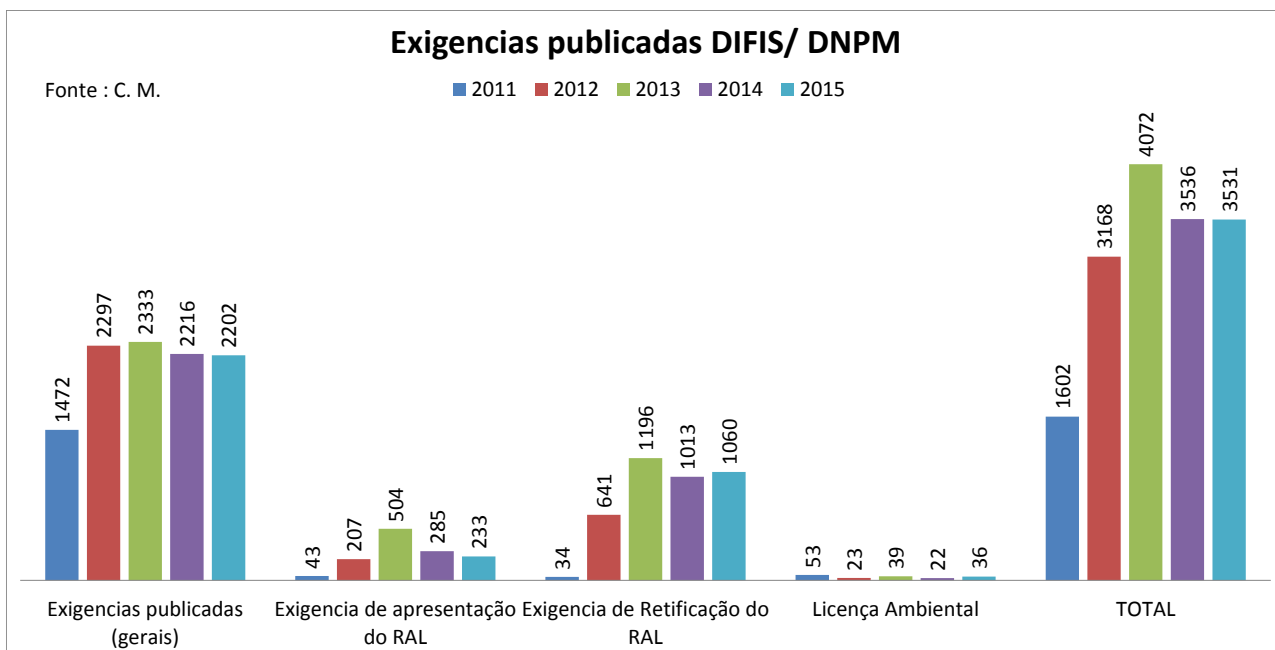


FIGURA 10. Exigências resultantes das fiscalizações realizadas.

QUADRO 48. - Detalhamento das Análises Técnicas por Unidade Regional

Evento	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
RFP ¹	4	21	4	650	255	275	412	32	745	44	196	151	42	56	81	182	181	101	73	4	159	200	66	297	26	4.257
RPP ²	1	36	7	134	36	6	114	25	175	9	79	87	26	13	24	29	41	25	10	6	476	26	0	113	26	1.524
RRR	0	0	1	0	0	11	7	0	16	3	1	7	3	0	0	3	3	0	0	0	0	11	0	22	2	90
Rel. nova subst.	0	0	0	2	0	3	5	0	3	2	0	1	0	0	0	2	1	1	1	0	1	2	0	18	1	43
Guia de Utilização ³	1	3	0	139	31	138	82	2	207	6	35	7	24	27	9	93	13	33	77	6	3	182	7	1	22	1.148
TOTAL	6	60	12	925	322	433	620	59	1146	64	311	253	95	96	114	309	239	160	161	16	639	421	73	451	77	7.062

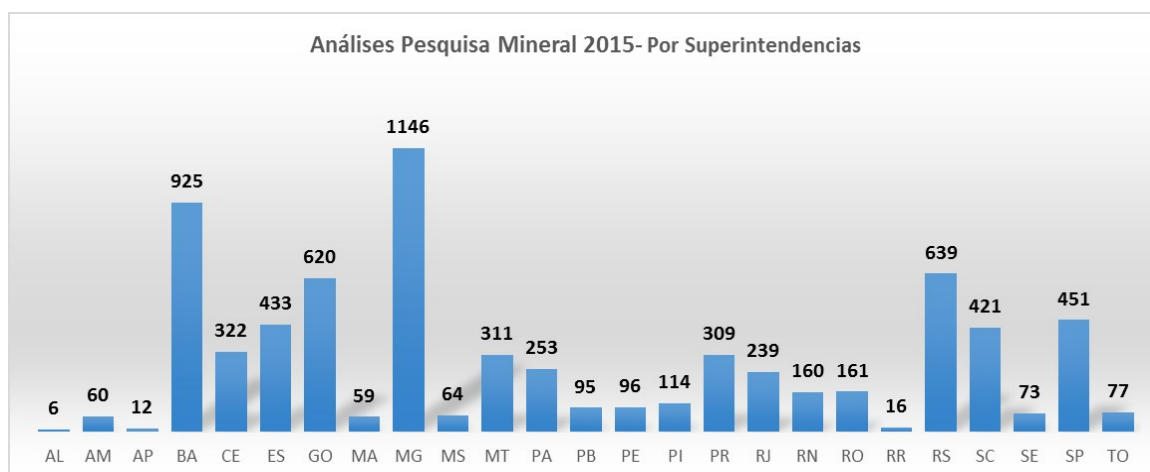


FIGURA 11. Distribuição do total das análises técnicas referentes a pesquisa Mineral por Superintendência.

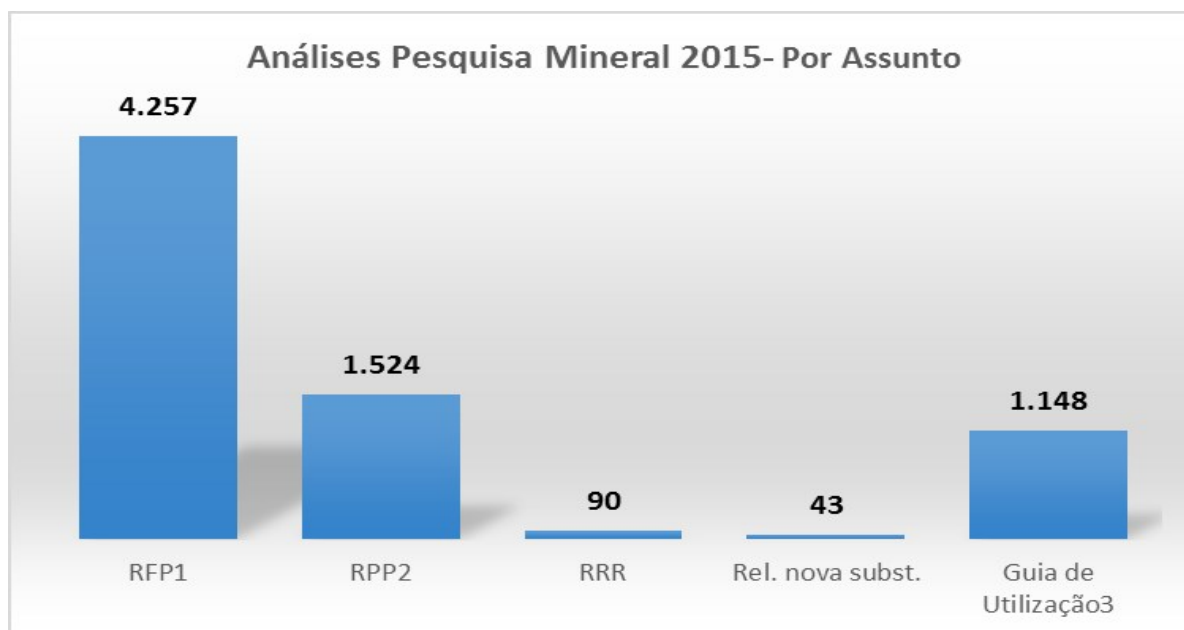


FIGURA 12. Distribuição das Análises Técnicas por Assunto da Pesquisa Mineral.

QUADRO 49. - Vitorias de Pesquisa Mineral por Unidade Regional e Evento.

Vistoria	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Acomp. pesquisa	0	0	0	3	2	0	0	0	6	0	2	0	2	1	0	0	0	8	0	1	2	0	0	0	0	27
RFP	1	4	1	187	50	2	107	5	126	5	53	21	21	21	0	108	49	35	5	0	43	136	0	256	15	1251
RPP	4	0	5	0	7	1	1	0	19	1	3	32	2	0	2	0	0	11	0	0	112	0	0	0	0	200
Guia de Utilização	1	0	0	3	30	2	11	0	72	0	10	1	11	0	0	0	1	2	4	2	1	21	2	0	12	186
Água mineral e potável de mesa	Acomp. pesquisa	0	0	0	25	5	0	1	0	0	1	0	5	0	0	0	0	1	2	1	3	0	0	0	0	45
	Estudos "in loco"	1	1	0	3	8	0	0	1	0	1	8	2	3	0	6	0	15	2	4	0	1	2	1	1	60
	Teste de vazão	1	0	0	3	1	0	3	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	2	0	0	2	2	1	0	20
TOTAL	8	5	6	224	103	5	123	6	223	8	77	58	46	23	2	114	50	72	15	8	161	160	6	258	28	1.789

Fonte: Relatório Gerencial Mensal da DIFIS.

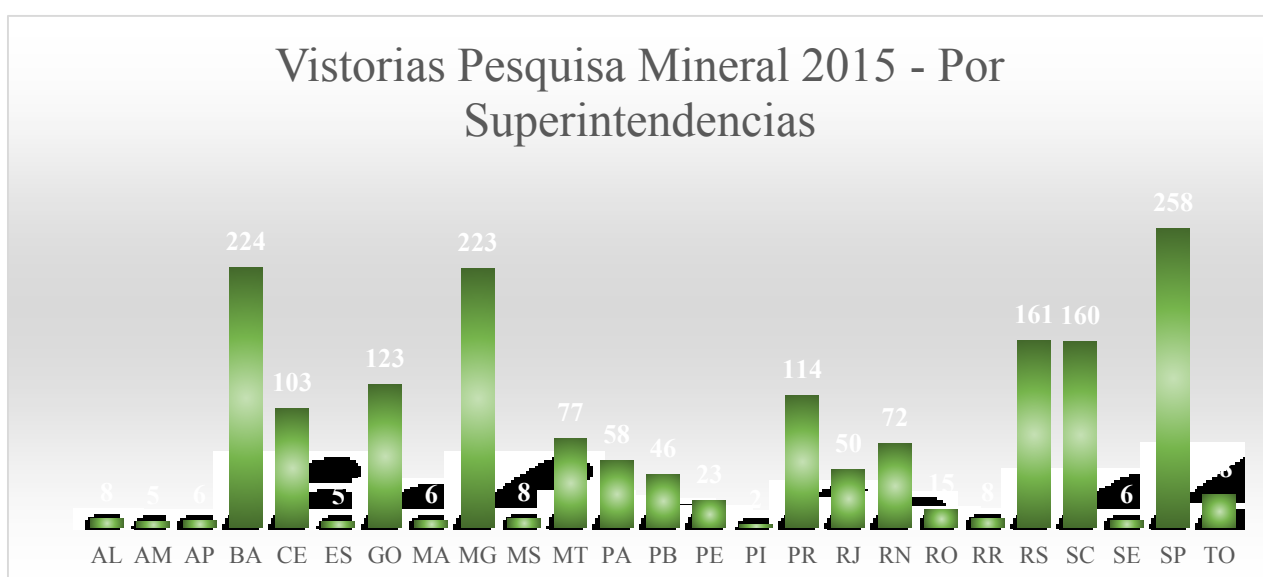


FIGURA 13. Vitorias de Pesquisa Mineral por Superintendência.

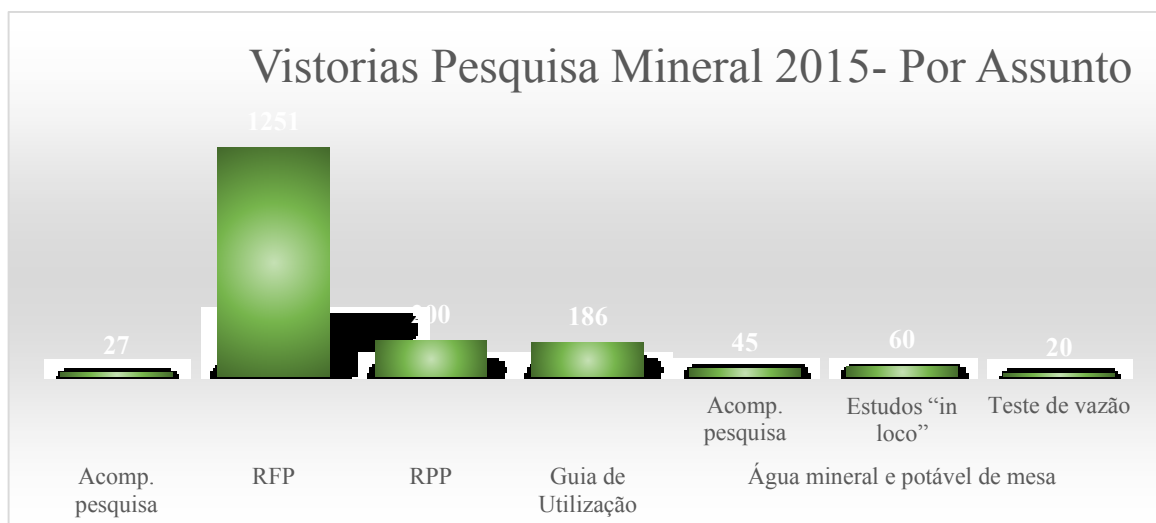


FIGURA 14. - Vistorias por Assunto da Pesquisa Mineral.

QUADRO 50. - Atos Publicados D.O.U. Fiscalização da Pesquisa Mineral.

Atos publicados no DOU - pesquisa mineral	Quantidade
Auto de infração lavrado por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	2.808
Multa imposta por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	836
Auto de infração por não entrega de RFP	4.286
Multa imposta por não entrega de RFP	2.270
Relatório Final de Pesquisa aprovado	1.608
Relatório Final de Pesquisa negado	2.627
Relatório Final de Pesquisa arquivado	9
Relatório Final de Pesquisa sobrestado	13
Relatório de Reavaliação de Reserva aprovado	84
Relatório de Reavaliação de Reserva negado	6
Relatório de Nova Substância aprovado	40
Relatório de Nova Substância negado	3
Prorrogação do alvará de pesquisa deferida	1.210
Prorrogação do alvará de pesquisa indeferida	314
Guia de Utilização emitida	856
Guia de utilização cancelada ou indeferida	292
TOTAL	17.262

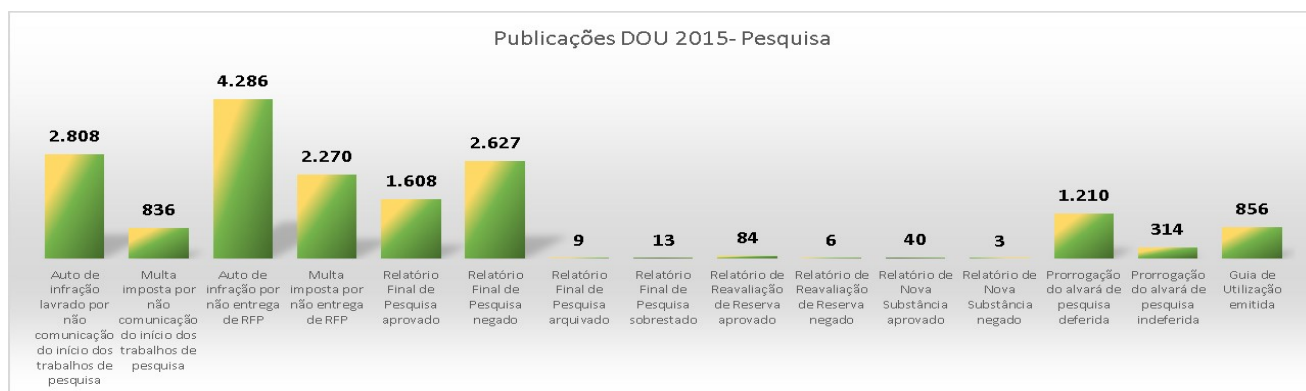


FIGURA 15. Distribuição das Publicações de Despachos Decisórios por Assunto

QUADRO 51. - IFRP - Relatórios de Pesquisa Analisados, de 2012 a 2015.

	2012	2013	2014	2015	Evolução 2014/2015
RFP analisados	4.436	4.972	5.748	4.390	-23,6%
RFP aprovados ⁽¹⁾	1.522	1.613	1.472	1.732	17,7%
RPP analisado	1.550	2.508	2.383	1.524	-36,0%
RPP aprovado	1.387	2.233	2.110	1.210	-42,7%
RFP +RPP analisados	5.986	7.480	8.131	5.914	-27,3%

Notas: (1) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa, e Relatórios de Reavaliação de Reservas (84) e Relatórios de Nova Substância (40), apresentados durante a fase de lavra.

QUADRO 52. - Relatórios Finais de Pesquisa por Superintendência

Superintendência	Aprovados ⁽¹⁾	Negados ⁽²⁾	Arquivados	Sobrestados	Total
AL	1	3			4
AM	8	13			21
AP	1	1	3		5
BA	120	532			652
CE	51	203		1	255
ES	192	97			289
GO	190	233		1	424
MA	11	21			32
MG	238	526			764
MS	23	25		1	49
MT	31	166			197
PA	33	125		1	159
PB	31	14			45
PE	25	28		3	56
PI	2	77		2	81
PR	112	73		2	187
RJ	115	68	2		185
RN	50	52			102
RO	50	24			74
RR		2	2		4
RS	35	125			160
SC	142	70		1	213
SE	2	63		1	66
SP	260	75	2		337
TO	9	20			29
TOTAL	1.732	2.636	9	13	4.390

Notas:(1) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa, bem como Relatórios de Reavaliação de Reservas (84) e Relatórios de Nova Substância (40), apresentados durante a fase de lavra.

(2) Engloba relatórios apresentados em fase de pesquisa ou lavra.
 Fonte: CFPM/DIFIS, com informações do Cadastro Mineiro.

QUADRO 53. - Relatórios Finais de Pesquisa e Relatórios Parciais de Pesquisa

	RFP ¹	RPP ²	Total
Janeiro	223	79	302
Fevereiro	174	145	319
Março	470	140	610
Abril	698	235	933
Mai	312	215	527
Junho	289	177	466
Julho	394	113	507
Agosto	423	120	543
Setembro	283	76	359
Outubro	502	93	595
Novembro	255	29	284
Dezembro	367	102	469
Total	4.390	1.524	5.914

Nota: (1) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa, e Relatórios de Reavaliação de Reservas e Relatórios de Nova Substância, apresentados durante a fase de lavra. Inclui relatórios aprovados, negados, sobrestados e arquivados com decisão publicada no Diário Oficial da União. (2) Considerando deferimentos e indeferimentos de prorrogação do Alvará de Pesquisa.

Fonte: CFPM/DIFIS, com informações do Cadastro Mineiro.

QUADRO 54. - Análises Técnicas de Lavra por Superintendências

Evento	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Rel. Anual de Lavra	19	0	0	97	130	90	129	110	246	344	76	28	5	93	13	133	123	47	0	0	194	201	0	20	20	2118
Suspensão de Lavra	0	0	0	0	0	7	5	0	1	1	0	0	0	2	0	4	0	1	0	0	0	11	1	8	0	41
Aditamento de subst.	0	0	0	0	0	3	0	0	4	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	15	1	27
Novo PAE	2	1	0	0	7	11	4	0	12	0	1	3	2	2	0	5	10	0	0	0	0	10	0	33	2	105
Renúncia de título	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	0	0	0	0	7	0	2	0	15
Prorrog. início lavra				1			5		12		2	1	1		6	2						11	3	2		46
TOTAL	21	1	0	98	138	111	143	110	275	345	77	33	8	100	13	151	137	48	0	0	194	242	4	80	23	2306

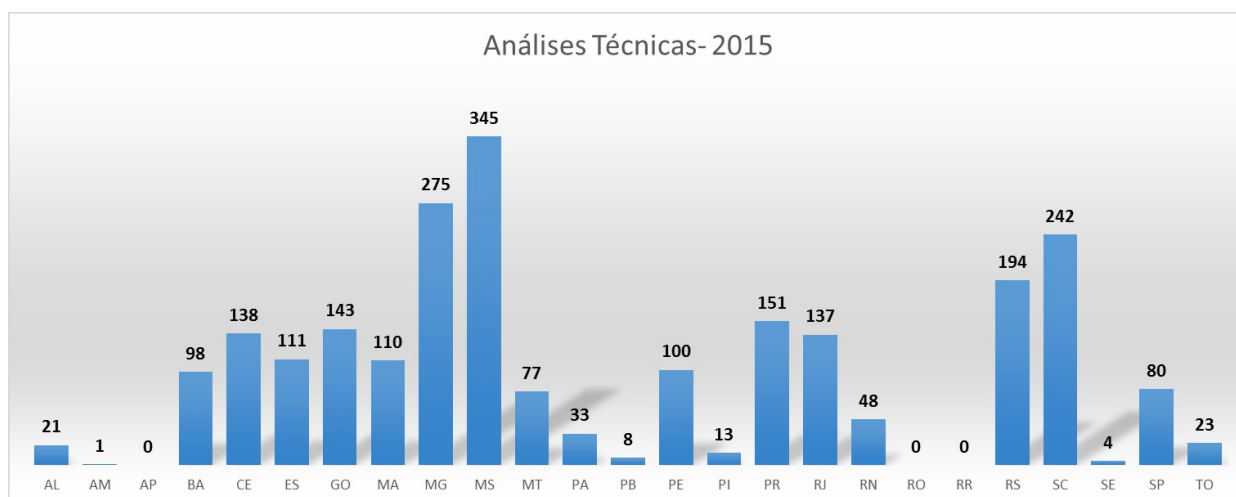


FIGURA 16. Análises Técnicas da Lavra por Superintendência.

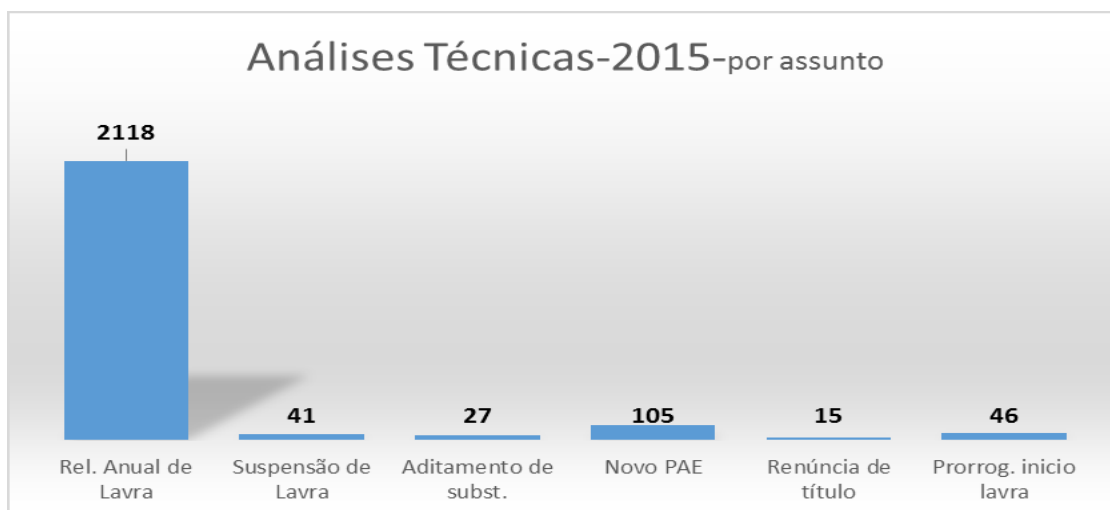


FIGURA 17. Análises Técnicas da Lavra por Assunto.

QUADRO 55. - Vistorias de Lavra por Superintendência

Vistoria	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total
Acomp. lavra céu ab.	7	0	0	40	13	10	60	0	57	19	15	10	2	13	0	4	14	1	2	1	13	37	2	53	7	380
Acomp. lavra subter.	1	0	0	12	0	0	7	0	22	0	6	3	0	0	0	8	0	9	0	0	0	28	0	0	0	96
Lavra água mineral	4	0	0	10	8	3	20	3	12	2	4	11	3	9	1	2	4	7	0	0	11	9	7	18	1	149
Fix limite prof. horiz.	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Reaval. reservas	0	0	0	0	4	5	7	1	20	1	0	1	0	0	1	9	2	0	1	0	0	19	0	26	0	97
Aditamento nova subst.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	8	0	3	0	0	0	0	0	1	0	14
Monit. barragens	0	0	0	11	0	0	1	1	39	14	12	55	0	0	1	1	1	0	0	0	0	11	0	4	1	152
Monit. poços	0	0	0	0	0	1	380	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	383
Licenciamento	14	0	0	1	4	0	1	2	0	54	0	24	0	0	0	0	14	1	0	1	64	0	3	2	0	185
Renúncia título (fech.)	0	1	0	2	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	11	0	0	0	19
Capacidade financeira	0	0	0	10	1	0	41	0	0	0	4	0	0	1	0	10	2	2	1	0	0	0	0	0	6	78
Vistorias	26	1	0	87	30	22	519	7	150	91	41	105	5	24	3	43	37	23	4	2	88	116	12	104	15	1.555

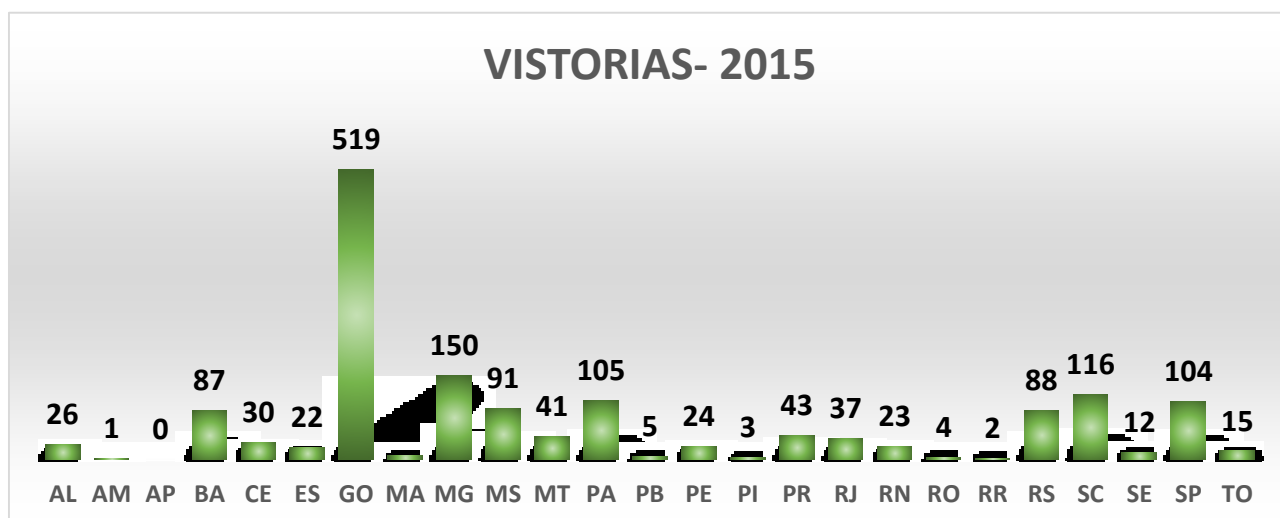


FIGURA 18. Vistorias de lavra por Superintendência.

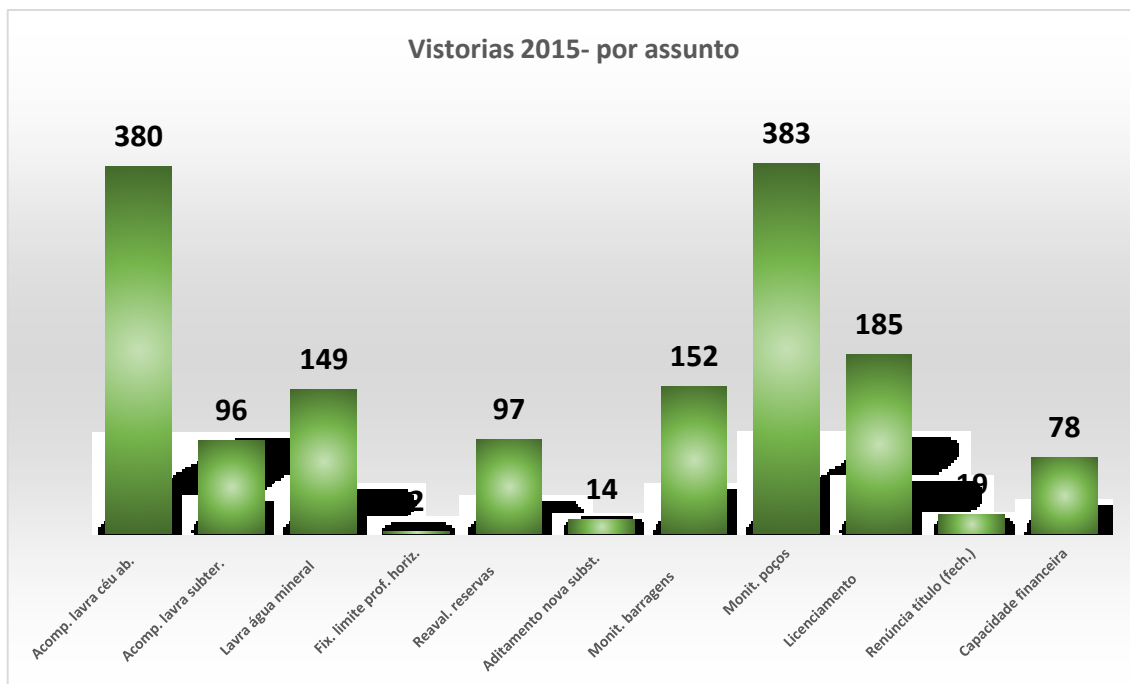


FIGURA 19. Vistorias por Assunto da Lavra.

QUADRO 56. - Atos Decisórios da Fase de Lavra.

Evento	Quantidade
Aprovação do novo PAE	105
Aditamento de nova substância	27
Suspensão temporária da lavra	41
Área de servidão autorizada	9
Autorização de Grupamento Mineiro	57
Prorrogação do início da lavra	46
Renúncia ao título de lavra	15
Exigências publicadas em Concessões de Lavra, Registros de Licença e Permissões de Lavra Garimpeira e Registro de Extração.	3.531
TOTAL	3831

ACOMPANHAMENTO DAS VISTORIAS CFAM- DIFIS
Janeiro a Dezembro de 2015

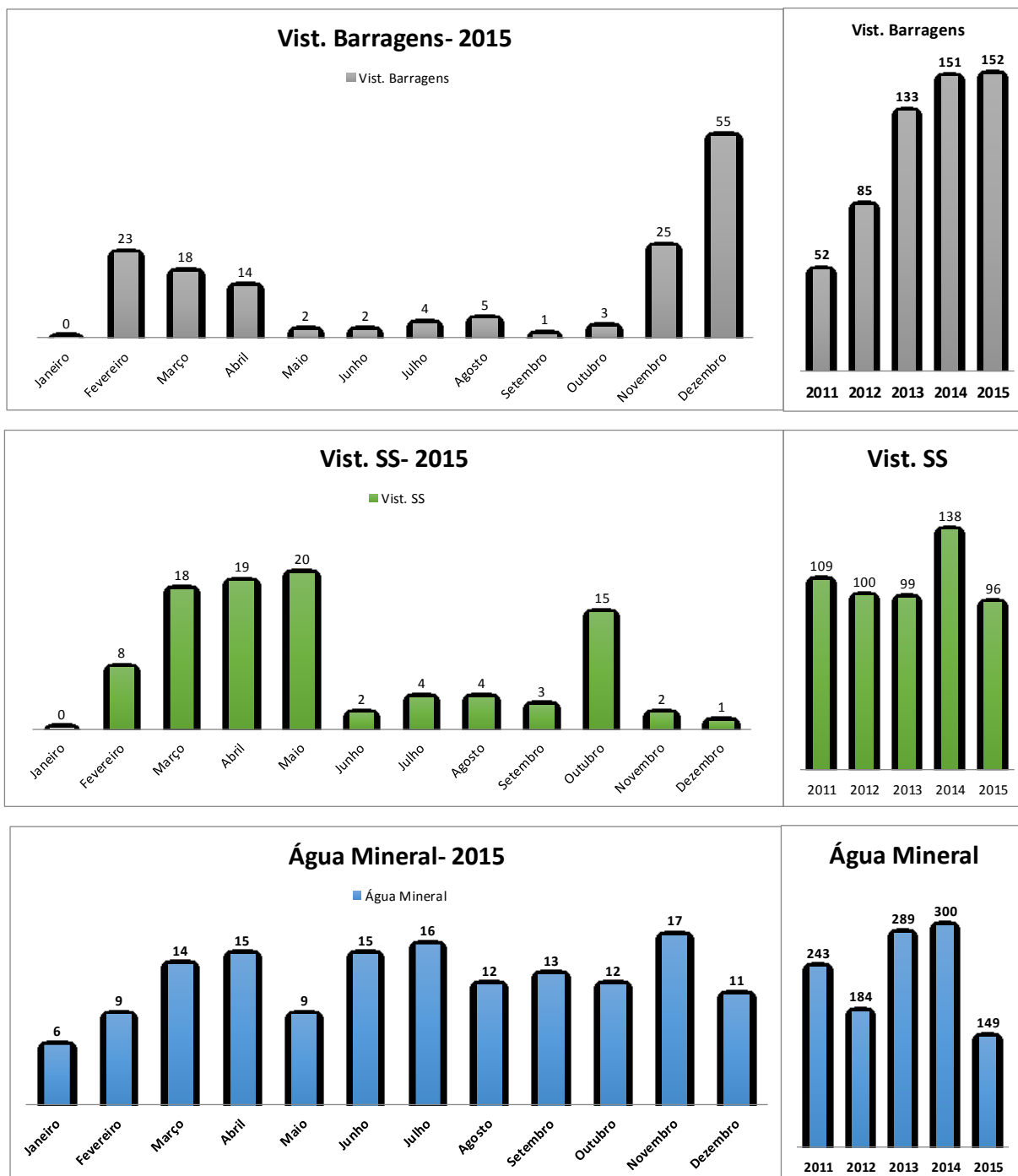


FIGURA 20. Atividades Executadas Mensalmente em 2015

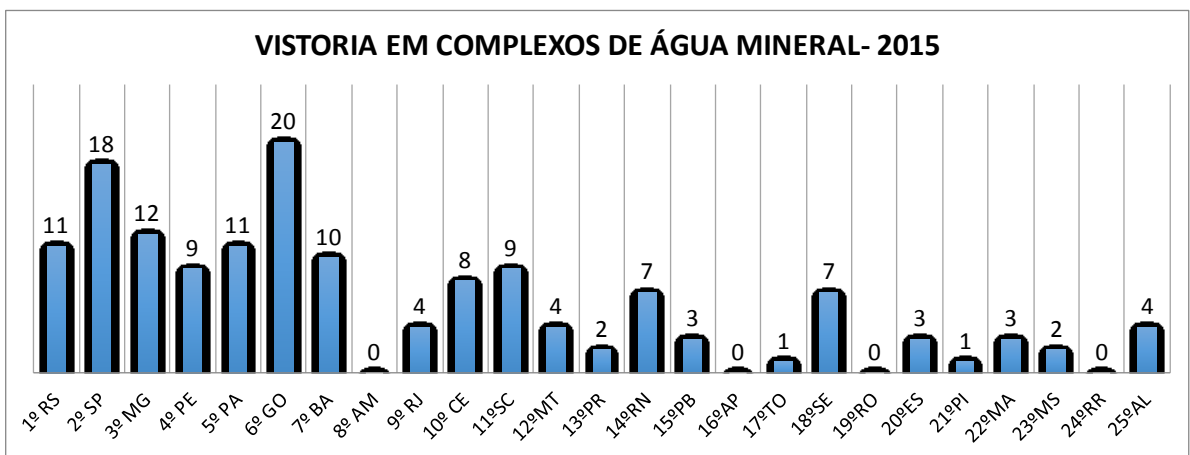
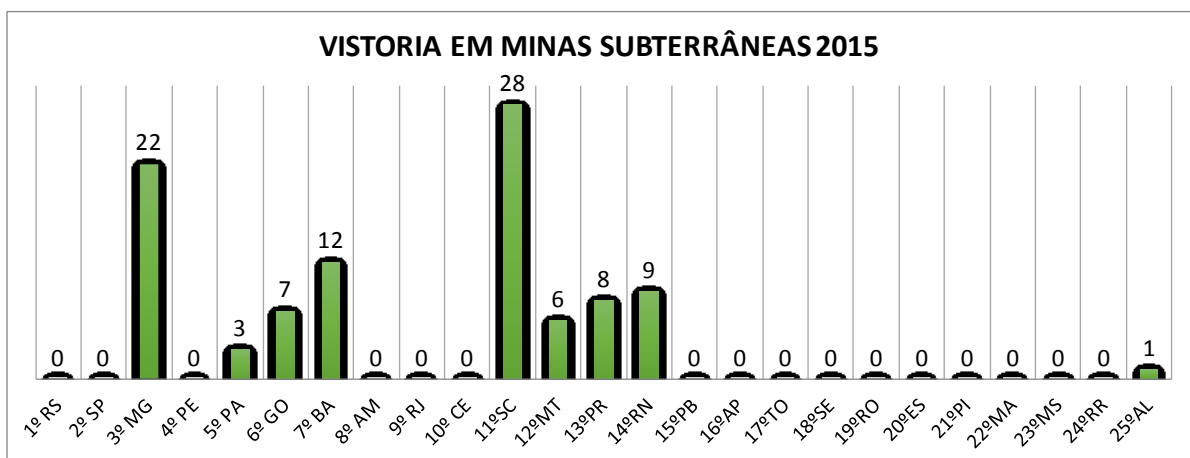
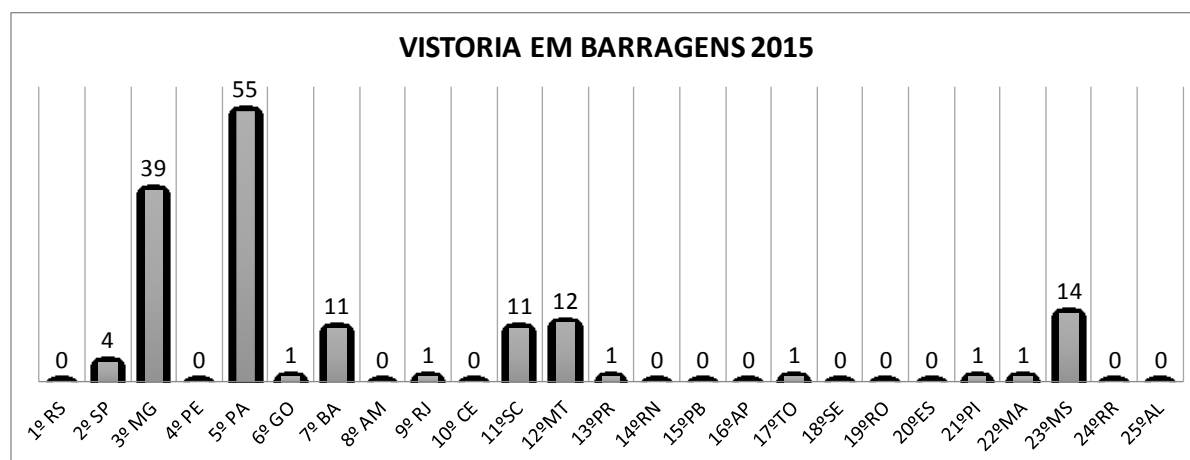


FIGURA 21. Atividades Executadas na Fiscalização distribuídos por Superintendência

QUADRO 57. - Vistorias Efetuadas por Superintendências

Vistoria	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	Total	
3 – Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																											
Vistoria prévia PLG	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Acomp. PLG	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	19	8	3	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	34
Registro Extração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4	1	0	0	0	7	
Subtotal	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	19	8	3	0	0	0	1	0	1	0	7	1	0	0	0	44	
4 – Demandas externas																											
Área não autorizada	13	5	3	84	6	73	56	3	60	0	13	15	19	22	7	37	74	10	8	5	24	35	17	6	14	609	
Ordenamento mineral	0	0	0	0	0	0	0	6	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	1	20	
Eventos interinstitucionais	2	0	0	0	0	2	0	0	7	1	0	1	4	0	0	2	3	0	2	0	1	10	0	0	18	53	
Outros	10	19	5	5	4	48	7	13	66	5	3	3	45	0	1	9	0	23	7	3	2	31	13	2	2	326	
Subtotal	25	24	8	89	10	123	63	22	142	6	16	19	68	22	8	48	77	33	17	9	30	76	30	8	35	1008	
TOTAL	25	24	8	90	11	123	65	22	142	6	35	27	71	22	8	48	78	33	18	9	37	77	30	8	35	1052	

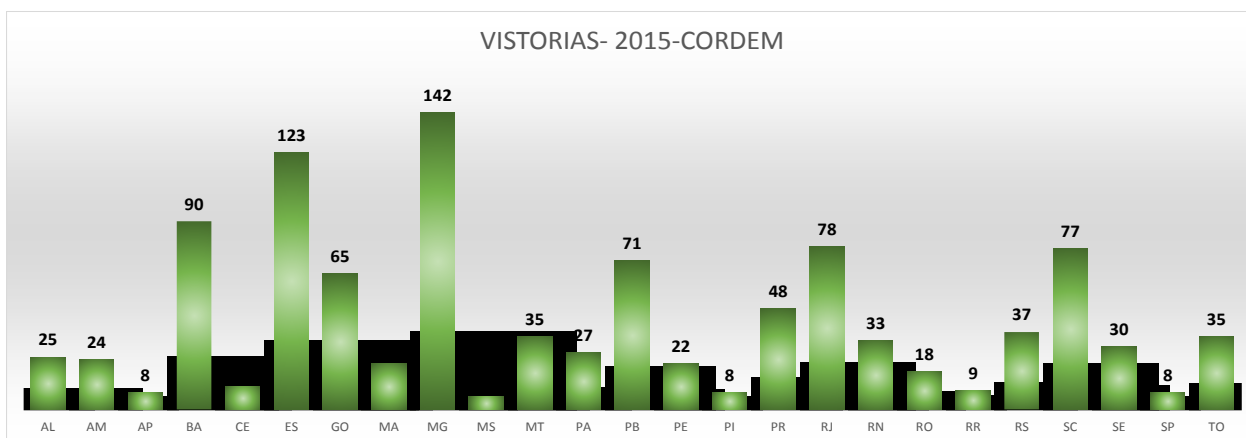


FIGURA 22. Vistorias Referentes a Lavra Garimpeira e Ordenamento Mineral por Superintendência.

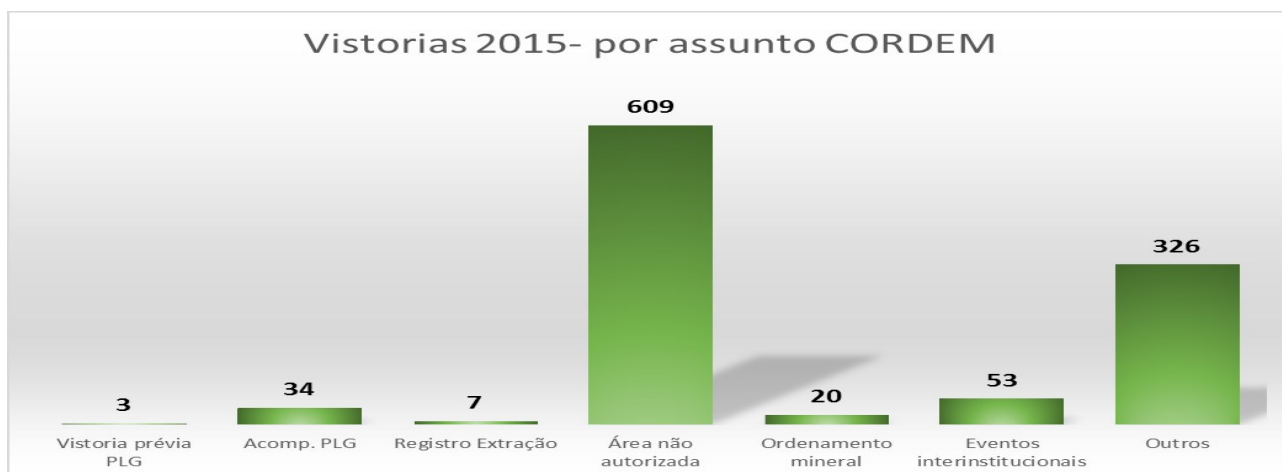


FIGURA 23. Vistorias de Lavra Garimpeira e Ordenamento Mineral.

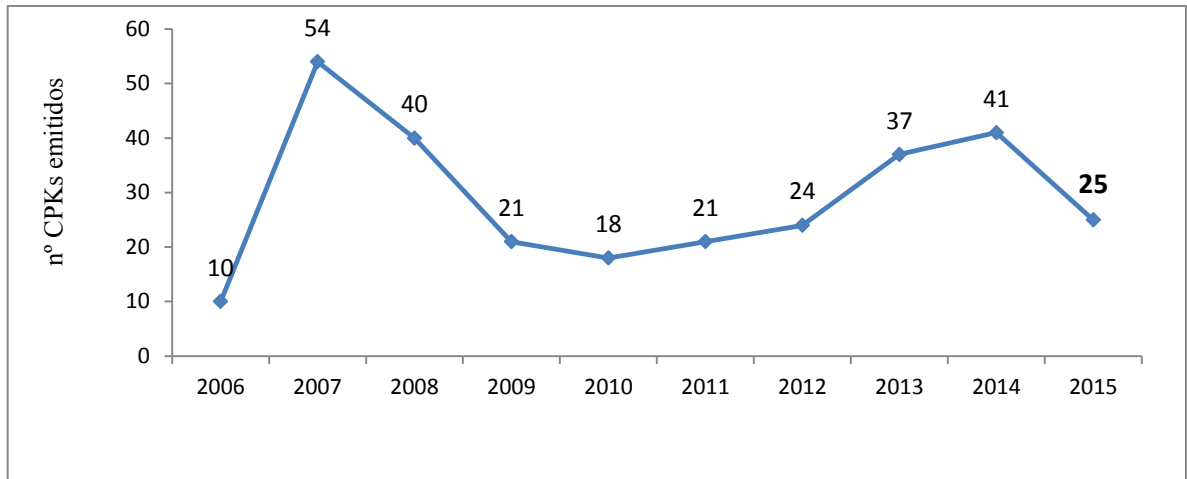


FIGURA 24. CPKs emitidos no Brasil

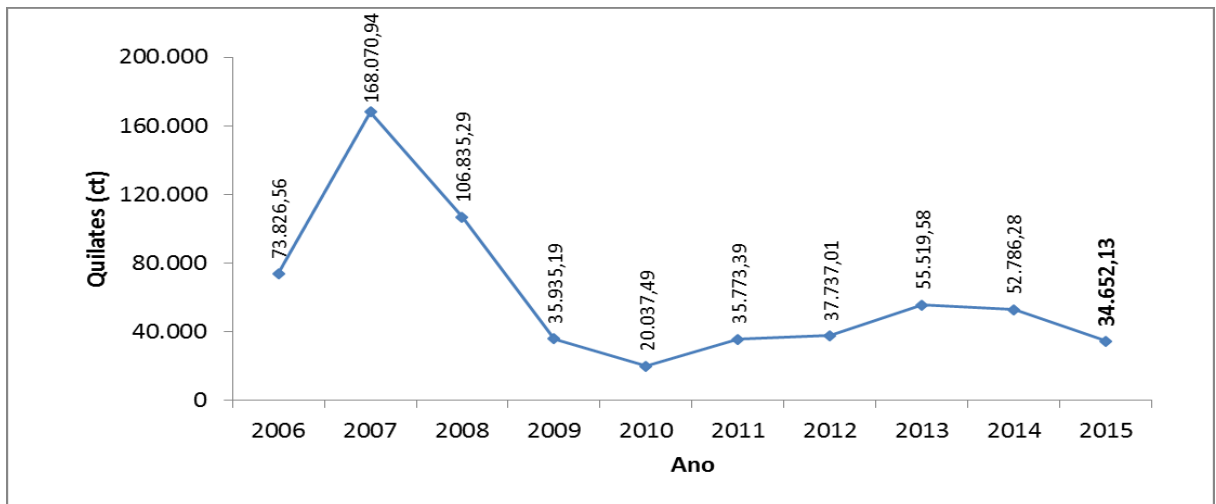


FIGURA 25. Peso em Quilates dos Lotes Certificados no Brasil

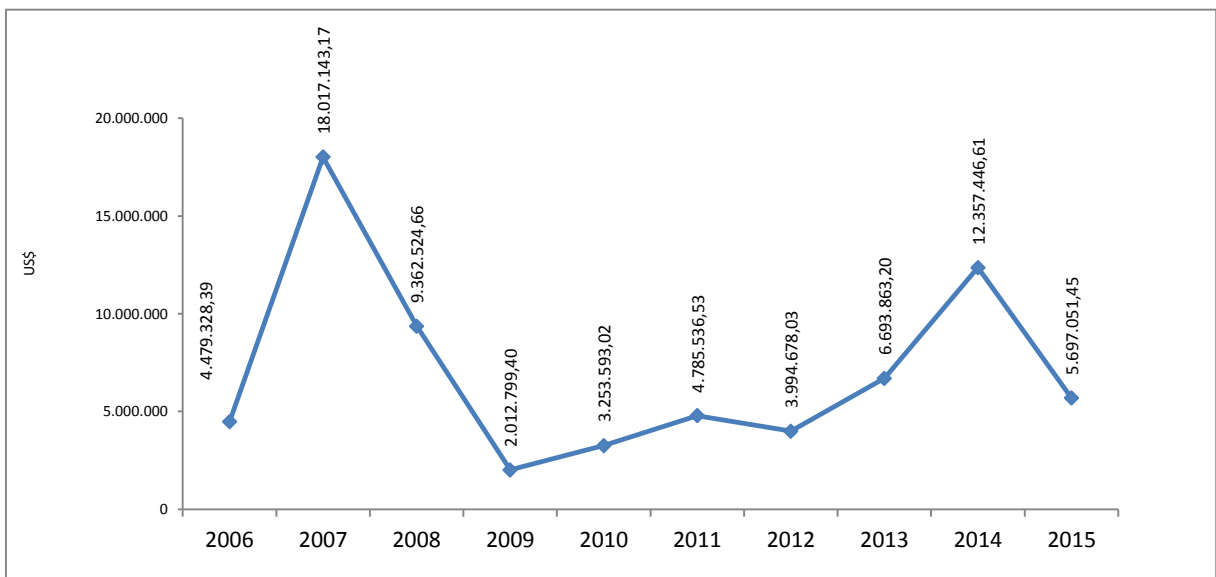


FIGURA 26. Valor em US\$ dos Lotes Certificados no Brasil

QUADRO 58. - Atividades Realizadas de Proteção de Depósitos Fossilíferos

	Descrição	Executores	Mês
1	Vistoria de reconhecimento de novas ocorrências fósseis no município de Salinópolis/PA, na qual pesquisador da UFPA realizou a coleta de espécimes.	DNPM-PA	Mar.
2	Participação em Audiência Pública organizada pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, na cidade de Araripina, sobre ocorrências de fósseis na região do Polo Gesseiro do Araripe.	DNPM-CE (Crato)	Mar.
3	Vistoria de acompanhamento da extração de fósseis de dinossauro saurópode no município de Cajapió/MA, por pesquisadores da UFMA, CPHNAMA e UFRJ.	DPDF e DNPM-MA	Jun.
4	Vistoria para averiguação do material fóssil armazenado em área disponibilizada pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Brasília/DF.	DPDF	Jul.
5	Vistoria nas áreas de ocorrências fossilíferas na Bacia do Araripe, municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Jardim e Porteira, abrangendo minerações de calcário laminado (“Pedra Cariri”).	DNPM-CE (Crato)	Ago.
6	Vistoria na área da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira e Vitória do Xingu, Pará. Acompanhamento do salvamento paleontológico executado durante a implantação da usina.	DPDF	Ago.
7	Participação em evento promovido pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, em Canoas/RS. Abrangeu visita técnica à coleção paleontológica da universidade e a troca de material bibliográfico entre a ULBRA e DNPM-RS.	DNPM-RS	Out.
8	Vistoria para acompanhar a devolução de parte do material fóssil coletado em Cruzeiro do Oeste à delegação da Prefeitura desse município. Ocorrida nas dependências do Centro Paleontológico – CENPALEO/UnC-Mafra, em Mafra/SC.	DPDF e DNPM-PR	Out.
9	Vistoria nas obras do túnel/viaduto na Avenida Claricinda Rezende, na cidade de Uberaba/MG, atendendo à demanda do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.	DPDF	Nov.
10	Vistoria em áreas de mineração de calcário laminado (“Pedra Cariri”), no município de Nova Olinda. Ocorrências de fósseis na Bacia do Araripe.	DNPM-CE (Crato)	Dez.
11	Vistoria na coleção paleontológica do “Parque Paleontológico Mastodonte”, em Campina Grande/PB, para prestar informações sobre extração de fósseis sem autorização do DNPM, à Procuradoria da República no Município de Campina Grande.	DNPM-PB	Dez.

Fonte: DPDF.

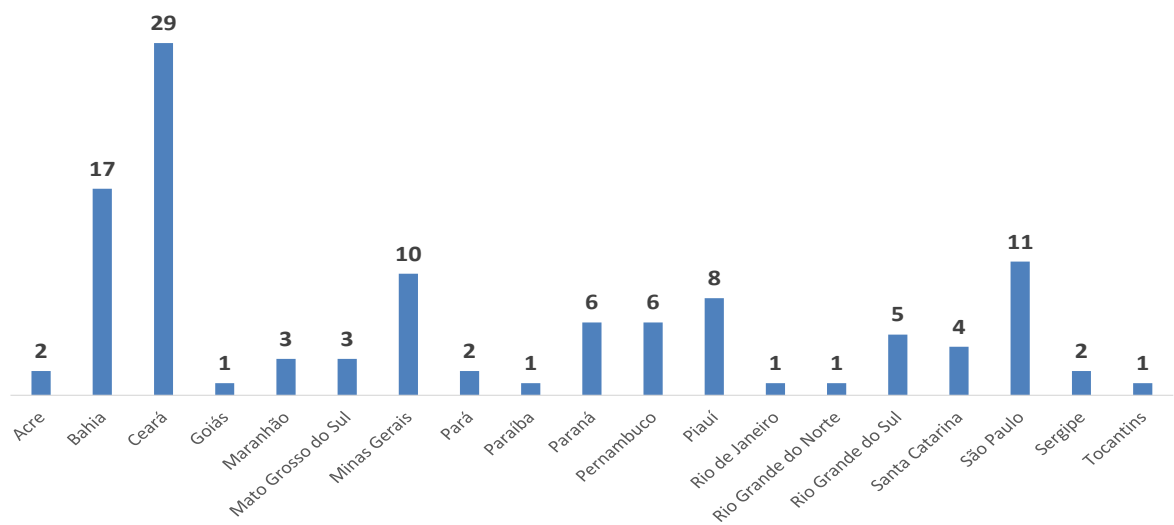


FIGURA 27. Coletas de fósseis em 2015

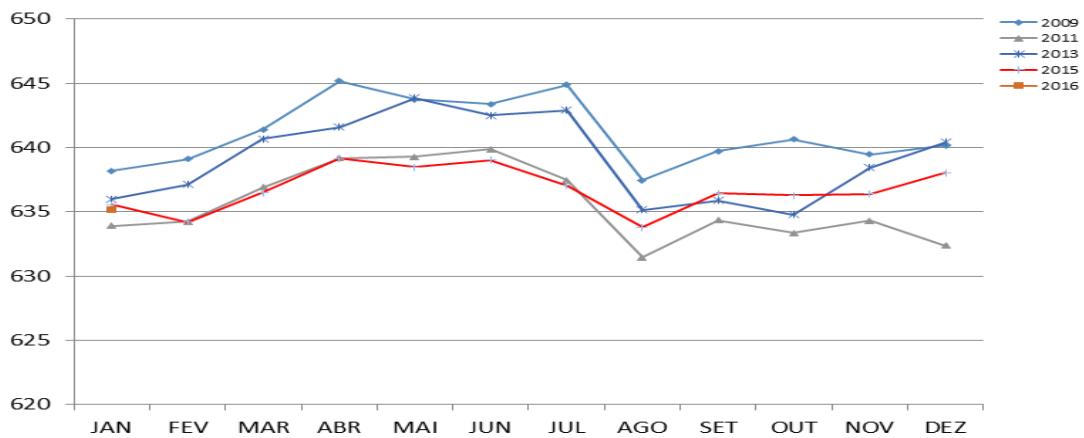


FIGURA 28. Evolução do Nível Estático (m) do Aquífero Termal Araxá

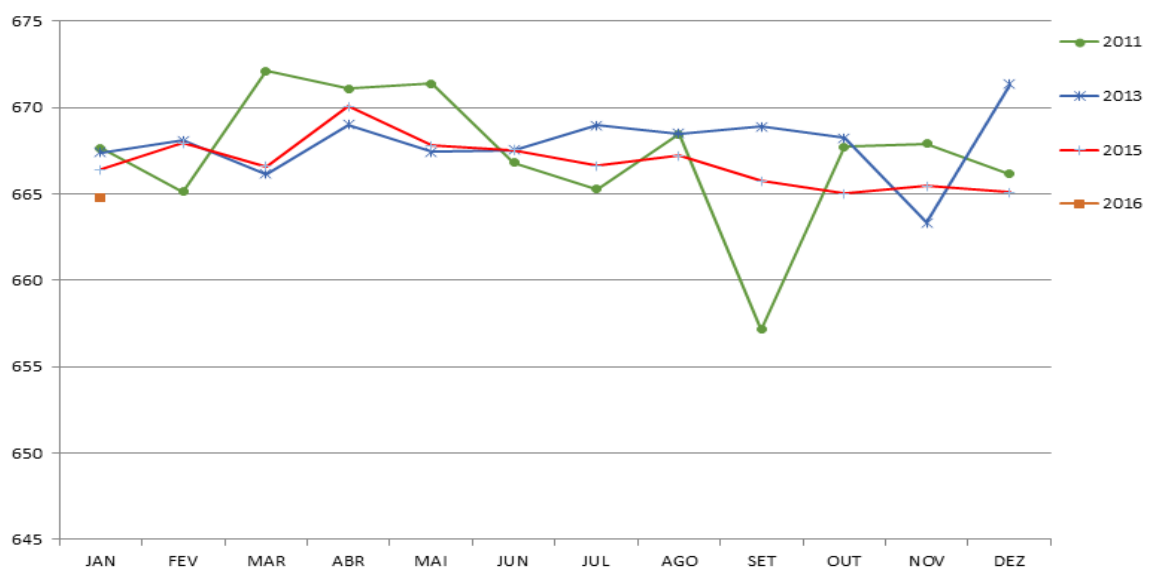


FIGURA 29. Evolução do Nível Estático (m) do Aquífero Termal Paranoá.

QUADRO 59. - Maior Arrecadação por Substância Mineral - 2015

Substância	Recolhimento CFEM (R\$)
1 MINÉRIO DE FERRO	792.301.782,57
2 MINÉRIO DE OURO	70.350.490,11
3 MINÉRIO DE COBRE	135.328.777,06
4 MINÉRIO DE ALUMÍNIO	89.401.138,43
5 GRANITO	52.055.492,85
6 CALCÁRIO DOLOMÍTICO	50.043.579,36
7 AREIA	31.061.032,73
8 ÁGUA MINERAL	28.911.508,33
9 FOSFATO	28.289.016,84
10 MINÉRIO DE NÍQUEL	21.751.048,90

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (DIPAR)

QUADRO 60. - Municípios que Mais Arrecadaram CFEM em 2015

Município	Recolhimento CFEM (R\$)
1 PARAUAPEBAS - PA	232.112.169,90
2 MARIANA - MG	104.389.607,06
3 NOVA LIMA - MG	81.534.475,74
4 CONGONHAS - MG	65.395.630,10
5 ITABIRA - MG	59.743.924,54
6 MARABÁ - PA	66.685.740,32
7 ITABIRITO - MG	52.538.290,40
8 SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - MG	47.092.867,71
9 OURO PRETO - MG	45.227.403,57
10 PARACATU - MG	21.217.840,78

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

QUADRO 61. - Estados que Mais Arrecadaram CFEM em 2015

Município	Recolhimento CFEM (R\$)
1 Minas Gerais	675.485.413,80
2 Pará	442.437.525,96
3 Goiás	79.351.217,45
4 São Paulo	60.880.725,90
5 Bahia	39.688.896,93
6 Mato Grosso	14.840.278,61
7 Santa Catarina	20.910.706,21
8 Mato Grosso do Sul	21.142.623,32
9 Rio Grande do Sul	17.453.821,39
10 Rio de Janeiro	16.497.979,23

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (DIPAR)

OUADRO 62. - Balanço Financeiro 2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	1.571.499.140,22	-	Despesas	298.784.878,49	-
Ordinárias	54.016,12	-	Orçamentárias		
Vinculadas	1.571.756.277,08	-	Ordinárias	44.563.801,75	-
Educação		-	Vinculadas	254.221.076,74	-
Seguridade Social		-	Educação		-
(Exceto RGPS)		-	Seguridade Social	31.345.140,49	-
Operação de Crédito		-	(Exceto RGPS)		-
Alienação de Bens e		-	Operação de	17.728.739,00	-
Direitos		-	Crédito		-
Transferências	1.316.747.130,83	-	Alienação de Bens		-
Constitucionais e Legais		-	e Direitos		-
Previdência Social		-	Transferências		-
(RGPS)		-	Constitucionais e Legais		-
Doações		-	Previdência Social		-
Outros Recursos	255.009.146,25	-	(RGPS)		-
Vinculados a Órgãos e		-	Doações		-
Programas		-	Outros Recursos	205.147.197,25	-
Outros Recursos		-	Vinculados a Órgãos e		-
Vinculados a Fundos		-	Programas		-
Demais Recursos		-	Outros Recursos		-
(-) Deduções da Receita	-311.152,98	-	Vinculados a Fundos		-
Orçamentária		-	Demais Recursos		-
Transferências Financeiras	323.128.524,49	-	Transferências	1.630.784.148,97	-
Recebidas			Financeiras		
Resultantes da Execução	280.976.349,10	-	Concedidas		
Orçamentária		-	Resultantes da	18.710.810,39	-
Cota Recebida		-	Execução Orçamentária		-
Repasse Recebido	262.265.538,71	-	Cota Concedida		-
Sub-repasse Recebido	18.710.810,39	-	Repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados -		-	Sub-repasse	18.710.810,39	-
Recebidos		-	Concedido		-
Valores Diferidos -		-	Recursos		-
Baixa		-	Arrecadados -		-
Valores Diferidos -		-	Concedidos		-
Inscrição		-	Valores Diferidos -		-
Correspondência de		-	Baixa		-
Débitos		-	Valores Diferidos -		-
Cota Devolvida		-	Inscrição		-
Repasse Devolvido		-	Correspondências		-
		-	de Créditos		-
		-	Cota Devolvida		-
		-	Repasse Devolvido		-

Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	42.152.175,39	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.612.073.338,58	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	20.785.589,45	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.003.971,41	-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	21.366.585,94	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.605.069.367,17	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	49.868.141,13	-	Despesas Extraorçamentárias	18.057.951,12	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.462.199,85	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.388.171,87	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.430.978,55	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.203.887,00	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	27.077,57	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	48.816,12	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	32.947.885,16	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	417.076,13	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	7.076,13	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.600,92	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	410.000,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	32.920.954,09	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial Valores para Compensação		-	Variação Cambial Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	22.330,15	-			-
Saldo do Exercício Anterior	7.783.191,16	-	Saldo para o Exercício Seguinte	4.652.018,42	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.783.191,16	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.652.018,42	-
TOTAL	1.952.278.997,00	-	TOTAL	1.952.278.997,00	-

QUADRO 63. - Balanço Orçamentário 2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	383.641.034,00	383.641.034,00	1.571.499.140,22	1.187.858.106,22
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	341.853.542,00	341.853.542,00	1.529.280.745,98	1.187.427.203,98
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	117.783.680,00	117.783.680,00	66.035.112,06	-51.748.567,94
Compensações Financeiras	224.069.862,00	224.069.862,00	1.463.245.633,92	1.239.175.771,92
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-

Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
Receitas de Serviços	21.198.106,00	21.198.106,00	20.680.344,90	-517.761,10
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes	20.589.386,00	20.589.386,00	21.538.049,34	948.663,34
Multas e Juros de Mora	13.280.081,00	13.280.081,00	11.395.077,09	-1.885.003,91
Indenizações e Restituições	36.725,00	36.725,00	77.847,70	41.122,70
Receita da Dívida Ativa	7.272.580,00	7.272.580,00	10.054.197,99	2.781.617,99
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas			10.926,56	10.926,56
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				

Transferências do Exterior						
Transferência de Pessoas						
Transferências de Outras Instituições Públicas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
Outras Receitas de Capital						
Integralização do Capital Social						
Resultado do Banco Central do Brasil						
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional						
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.						
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café						
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional						
Receitas de Capital Diversas						
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
SUBTOTAL DE RECEITAS	383.641.034,00	383.641.034,00	1.571.499.140,22	1.187.858.106,22		
REFINANCIAMENTO						
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária						
Contratual						
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	383.641.034,00	383.641.034,00	1.571.499.140,22	1.187.858.106,22		
TOTAL	383.641.034,00	383.641.034,00	1.571.499.140,22	1.187.858.106,22		
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA						
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro						
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação						
Créditos Cancelados Líquidos						
Créditos Adicionais Reabertos						
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES	284.818.984,00	311.868.517,00	296.084.753,23	286.338.073,10	280.934.446,62	15.783.763,77
Pessoal e Encargos Sociais	224.259.156,00	242.811.280,00	241.690.023,64	241.153.960,81	240.968.406,63	1.121.256,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	60.559.828,00	69.057.237,00	54.394.729,59	45.184.112,29	39.966.039,99	14.662.507,41
DESPESAS DE CAPITAL	21.292.147,00	17.432.790,00	2.700.125,26	1.015.826,84	957.253,47	14.732.664,74
Investimentos	20.292.147,00	16.432.790,00	2.700.125,26	1.015.826,84	957.253,47	13.732.664,74
Inversões Financeiras	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160.053.350,00	160.053.350,00	-	-	-	160.053.350,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	466.164.481,00	489.354.657,00	298.784.878,49	287.353.899,94	281.891.700,09	190.569.778,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	466.164.481,00	489.354.657,00	298.784.878,49	287.353.899,94	281.891.700,09	190.569.778,51
SUPERÁVIT	-	-	1.272.714.261,73	-	-	-1.272.714.261,73
TOTAL	466.164.481,00	489.354.657,00	1.571.499.140,22	287.353.899,94	281.891.700,09	-1.082.144.483,22

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	967.119,17	11.458.147,20	9.506.007,25	8.275.376,53	1.281.270,12	2.868.619,72
Pessoal e Encargos Sociais	10.824,84	1.425.046,65	987.743,45	987.743,45	444.782,65	3.345,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	956.294,33	10.033.100,55	8.518.263,80	7.287.633,08	836.487,47	2.865.274,33

DESPESAS DE CAPITAL	1.738,50	2.186.256,79	2.054.130,47	1.928.510,47	7.902,32	251.582,50
Investimentos	1.738,50	2.186.256,79	2.054.130,47	1.928.510,47	7.902,32	251.582,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	968.857,67	13.644.403,99	11.560.137,72	10.203.887,00	1.289.172,44	3.120.202,22

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES		81.770,90	5.693.790,62	5.481.962,91	10.504,11	283.094,50
Pessoal e Encargos Sociais		-	90.494,33	90.494,33	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		81.770,90	5.603.296,29	5.391.468,58	10.504,11	283.094,50
DESPESAS DE CAPITAL			1.906.208,96	1.906.208,96		
Investimentos			1.906.208,96	1.906.208,96		
Inversões Financeiras			-	-		
Amortização da Dívida			-	-		
TOTAL		81.770,90	7.599.999,58	7.388.171,87	10.504,11	283.094,50

QUADRO 64. - Balanço Patrimonial 2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
 ORGÃO
 SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	6.702.433,84	9.811.623,44	PASSIVO CIRCULANTE	15.246.283,24	205.181.403,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.652.018,42	7.783.191,16	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	185.554,18	91.479,33
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13.037.470,65	8.840.578,72
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.023.258,41	196.249.345,22
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.383.285,05	1.314.759,09			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	667.130,37	713.673,19			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	111.090.369,89	106.995.766,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	28.310,22	24.010,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	28.310,22	24.010,22	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	2.235,26	2.235,26	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-

Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	15.246.283,24	205.181.403,27
Participações Avaliadas pelo Método de Custo (-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Demais Reservas	117.111,02	-
Demais Investimentos Permanentes	2.235,26	2.235,26	Resultados Acumulados	102.429.409,47	-88.374.013,38
Demais Investimentos Permanentes	2.235,26	2.235,26	Resultado do Exercício	191.024.058,43	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-88.374.013,38	-88.374.013,38
Imobilizado	110.797.606,54	106.707.303,10	Ajustes de Exercícios Anteriores	-220.635,58	-
Bens Móveis	25.423.566,96	25.355.510,61	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	31.304.023,10	29.702.267,73	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.546.520,49	-88.374.013,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.514.446,12	-4.346.757,12			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-366.010,02	-			
Bens Imóveis	85.374.039,58	81.351.792,49			
Bens Imóveis	85.404.018,54	81.440.719,35			

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-29.978,96	-88.926,86			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	262.217,87	262.217,87			
Softwares	45.303,91	45.303,91			
Softwares	45.303,91	45.303,91			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	216.913,96	216.913,96			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	216.913,96	216.913,96			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	117.792.803,73	116.807.389,89	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	117.792.803,73	116.807.389,89

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	4.670.751,60	262.107.381,08	PASSIVO FINANCEIRO	21.259.701,32	240.024.101,53
ATIVO PERMANENTE	113.122.052,13	-145.299.991,19	PASSIVO PERMANENTE	7.071.651,28	-20.229.436,60
SALDO PATRIMONIAL		102.987.275,04	SALDO PATRIMONIAL	89.461.451,13	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.271.648,37	6.223.695,51	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	77.146.418,64	63.618.584,49
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.271.648,37	6.223.695,51	Execução dos Atos Potenciais Passivos	77.146.418,64	63.618.584,49
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.259.908,83	2.211.955,97	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	12.338.699,79	12.338.699,79
Direitos Contratuais a Executar	4.011.739,54	4.011.739,54	Obrigações Contratuais a Executar	64.807.718,85	51.279.884,70
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	6.271.648,37	6.223.695,51	TOTAL	77.146.418,64	63.618.584,49

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.735.798,98
Recursos Vinculados	-14.853.150,74
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-14.076.735,35
Demais Recursos	-776.415,39
TOTAL	-16.588.949,72

QUADRO 65. - Demonstrações dos Fluxos de Caixa 2015**MINISTÉRIO DA FAZENDA****SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
ORGÃO
SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.660.800,16	-
INGRESSOS	1.927.602.627,44	-
Receitas Derivadas e Originárias	1.571.499.140,22	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.529.280.745,98	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	20.680.344,90	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	21.538.049,34	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	356.103.487,22	-
Ingressos Extraorçamentários	27.077,57	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.600,92	-
Transferências Financeiras Recebidas	323.128.524,49	-
Arrecadação de Outra Unidade	32.920.954,09	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	22.330,15	-
DESEMBOLSOS	-	-
	1.925.941.827,28	-
Pessoal e Demais Despesas	-262.410.959,40	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-38.193.108,71	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-

Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-224.210.774,56	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-7.076,13	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-32.287.902,79	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-32.287.902,79	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
	1.631.242.965,09	-
Dispêndios Extraorçamentários	-48.816,12	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
	1.630.784.148,97	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-410.000,00	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.791.972,90	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.791.972,90	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.791.972,90	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-

Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.131.172,74	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.783.191,16	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.652.018,42	-

QUADRO 66. - Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.132.608.430,34	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.587.149.527,04	-
Venda de Mercadorias	229.241,03	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.586.920.286,01	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	25.373,31	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	25.373,31	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	326.336.950,14	-
Transferências Intragovernamentais	323.128.524,49	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.208.425,65	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	201.850.371,48	-
Reavaliação de Ativos	2.898.855,98	-
Ganhos com Alienação	-	-

Ganhos com Incorporação de Ativos	971.834,90	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	197.979.680,60	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17.246.208,37	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.246.208,37	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.941.584.371,91	-
Pessoal e Encargos	212.834.399,77	-
Remuneração a Pessoal	164.906.830,21	-
Encargos Patronais	34.434.803,25	-
Benefícios a Pessoal	9.257.295,10	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.235.471,21	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	38.228.744,19	-
Aposentadorias e Reformas	31.469.357,53	-
Pensões	6.724.100,24	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35.286,42	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	45.608.406,04	-
Uso de Material de Consumo	939.581,49	-
Serviços	43.270.640,67	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.398.183,88	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	35.566,17	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	34.551,76	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.014,41	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.632.110.520,76	-
Transferências Intragovernamentais	1.630.784.148,97	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.326.371,79	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.444.475,61	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.720.003,10	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	6.223,77	-
Incorporação de Passivos	9.201.603,58	-
Desincorporação de Ativos	1.516.645,16	-
Tributárias	50.212,39	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	50.142,39	-
Contribuições	70,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	272.046,98	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	272.046,98	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	191.024.058,43	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014